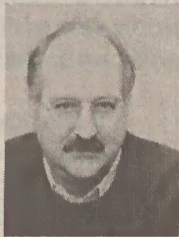


Nota da Comissão Política
A propósito dos seis meses do Governo

Pág. 11

EM FOCO
Privatização da velhice

Uma intensa campanha mistificatória



■ Edgar Correia

Pág. 18

Agricultores portugueses continuam a reclamar uma nova política

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

JCP
Um novo fôlego para a juventude



O próximo Congresso e a dinâmica de intervenção. Fazer face aos problemas concretos da juventude é a grande aposta da JCP em vésperas do Congresso.

Pág. 21

O PS quer mudar de nome?

No essencial, a política económica e social do PS no Governo reproduz a do PSD.

■ José Bernardino

Pág. 20

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Maio de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1170 • Director: Carlos Brito

Em luta pelos direitos

CGTP marca nova jornada nacional

para dia 16



1.º MAIO

Nas comemorações realizadas em seis dezenas de localidades de todo o País, a CGTP anunciou uma jornada de luta, de âmbito nacional, para 16 de Maio, véspera da votação na AR da proposta de lei da «flexibilização» e da «polivalência».

Pág. 5

25 Abril Festa em todo o país

O 22º aniversário do 25 de Abril foi comemorado em todo o País, juntando em festa os que defendem a liberdade e a democracia.

Centrais

Regionalização PCP insiste no debate

Finalmente, aconteceu o debate sobre a regionalização, na Assembleia da República, em torno dos projectos do PCP e do PS.

Pág. 32

Editorial Trabalho com direitos



A juventude nas comemorações do 25 de Abril, em Lisboa

RESUMO

24 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP interpela o Governo sobre o aumento da taxa de desemprego em Portugal ■ Jorge Sampaio termina a sua primeira «presidência aberta» ■ A Comissão dos Direitos Humanos da ONU diz estar «muito preocupada» com Timor-Leste ■ O general Dudaiev, o líder dos independentistas tchetchenos, morre numa ofensiva da força aérea russa ■ No Paraguai, é suspensa a nomeação do general rebelde Lino Oviedo para o cargo de ministro da Defesa ■ A OLP aprova a supressão dos artigos da sua Carta que defendiam a destruição de Israel ■ Explode uma bomba em Londres ■ O Sinn Féin anuncia que participará nas eleições de 30 de Maio no Ulster ■ Shoko Asahara, o líder da seita Verdade Suprema, recusa declarar-se culpado ou inocente dos 17 crimes de que é acusado.

25 Quinta-feira

O 25 de Abril é comemorado em todo o país ■ As Nações Unidas condenam os ataques militares de Israel contra «a população civil do Líbano» e pede a Televiv que «retire imediatamente as suas forças do território libanês» ■ Um erro de transporte de detritos provoca uma ligeira contaminação da central de Chernobyl ■ O parlamento turco abre um inquérito por corrupção contra a ex-primeira-ministra Tansu Ciller ■ O secretário de Estado norte-americano desloca-se à Síria, no âmbito das negociações de paz israelo-libanesas ■ Felipe González é ilibado no caso GAL.

26 Sexta-feira

Na Assembleia da República, realiza-se a última sessão da audição parlamentar da Comissão de Agricultura sobre o caso das vacas loucas ■ Os dirigentes associativas das universidades públicas debatem, em Coimbra, o financiamento académico ■ É anunciado em simultâneo pelos governos de Beirute e Telavive um acordo de cessar-fogo no Líbano, que vem legalizar o direito do Hezbollah à resistência ■ Mas de mil mulheres e crianças fogem de Chali, na Tchetchénia, na sequência de um ataque de helicópteros russos ■ Paolo Berlusconi, o irmão do ex-primeiro-ministro italiano, é considerado culpado de pagamentos ilícitos ■ Assinala-se o décimo aniversário da explosão nuclear de Chernobyl.

27 Sábado

O Ministério da Administração Interna anuncia a reabertura de algumas esquadras de bairro, o fim das superesquadras e o reforço da segurança ■ Guterres diz confiar na «lealdade» da diplomacia portuguesa, comentando o alegado envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros no tráfico de informações com a Indonésia ■ Apesar da morte do seu líder, os independentistas tchetchenos

prosseguem a luta pela autonomia daquela república do Cáucaso ■ A direita israelita afirma-se contra o cessar-fogo no Líbano e lança uma violenta ofensiva política ■ O início das eleições legislativas indianas é marcado por um atentado que provoca 13 mortos.

28 Domingo

Milhares de libaneses regressam às suas casas destruídas pelo exército israelita na operação «Vinhas da Ira» ■ Em Espanha, é retificado o pacto entre o Partido Popular e a Convergência i Union, que proporciona a José Maria Aznar os 16 votos que necessitava para chefiar o Governo ■ A comissão eleitoral indiana ordena a repetição de um escrutínio em 69 assembleias de voto ■ No Paquistão, um atentado à bomba provoca a morte de 52 pessoas ■ Um tresloucado mata 32 pessoas, na Austrália.

29 Segunda-feira

Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) reconduz o general Almeida Bruno na presidência do Supremo Tribunal Militar ■ Banco de Portugal divulga novas projecções para 1996 que indicam que a economia crescerá 2,25 por cento este ano ■ Eduardo Lourenço recebe em Vila Real o Prémio D. Dinis ■ O correspondente da Lusa em Madrid, Manuel Lopes, é condecorado pelo Governo espanhol com a cruz oficial da Ordem de Mérito Civil ■ Miguel Trovoada anuncia a sua decisão de se recandidatar às eleições presidenciais de 30 de Junho em São Tomé e Príncipe.

30 Terça-feira

O Presidente da República condecora o embaixador cessante de Cabo Verde em Portugal, José Luís Jesus, com a grã-cruz da Ordem do Mérito e reafirma, durante a cerimónia, a importância da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ■ Presidente da Câmara de Miranda do Douro, Júlio Meirinhos, critica posição de Mário Soares contra a regionalização ■ Comissão Política do PCP, no balanço que faz dos seis meses de Governo socialista considera que, no essencial, o PS prossegue a política do PSD ■ Conselho de Ministros analisa plano para salvar empresas ■ Em entrevista ao DN, o Ministro da Presidência e da Defesa, António Vitorino, diz que «referendo é falsa proposta do PSD» ■ Presidente da Câmara Municipal de Lisboa inaugura o Mercado 31 de Janeiro, entre Picoas e Saldanha ■ Fórum médico aprova propostas da ministra da Saúde sobre o prolongamento do vínculo dos médicos internos e da eleição dos directores clínicos ■ Polícia implicado na assassinação de oito «meninos de rua», em 1993, no Rio de Janeiro, recebe pena de 30 anos ■ Bispos argentinos consideram «insuficiente» autocritica feita pela Igreja Católica argentina, quanto à sua colaboração com a ditadura militar.

EDITORIAL

Trabalho com direitos

O lema do VIII Congresso da CGTP - «Trabalho com direitos para todos» - que a central sindical trouxe à rua como principal palavra de ordem do 1º de Maio, recebeu o fortíssimo apoio de milhares e milhares de trabalhadores em 60 localidades do país.

Distinguiram-se entre todas, como é natural, pela impressionante participação popular, as manifestações de Lisboa e do

Porto, apesar do mau tempo e da primeira se ter efectuado fora dos lugares tradicionais de assegurada mobilização, devido às obras que tornaram impraticável a Alameda Afonso Henriques.

Vários meios de comunicação social, ao serviço do grande capital, optaram por ignorar, e bem se percebe

porque, esta expressiva afirmação de vontade dos trabalhadores portugueses. O escândalo maior foi dado, no entanto, pelos dois canais públicos da televisão, nas ridículas reportagens com tentaram minimizar o acontecimento, provavelmente com a preocupação de proteger o Governo e a sua política de ataque aos direitos dos trabalhadores.

É que o lema do Congresso da CGTP chama a atenção para o flagelo do desemprego a ultrapassar o número record de meio milhão desempregados e incita, ao mesmo tempo, à luta contra a iníqua proposta de lei governamental que visa estabelecer a desregulamentação dos horários de trabalho e a obrigatoriedade polivalência de funções do trabalhador.

Referindo-se a esta proposta de lei, o Coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, ao discursar no encerramento da manifestação de Lisboa, salientou: «concede tantos poderes discricionários ao patronato que, a ser aplicada, desencadearia um clima de guerra social».

O lema «trabalho com direitos para todos» exprime a exigência de medidas de combate ao desemprego e dá resposta, simultaneamente, aos que pretendem usar o flagelo do desemprego como argumento para novos ataques aos direitos dos trabalhadores.

As sondagens da Universidade Católica encomendadas por uma estranha aliança do privadíssimo «Público» com as realmente públicas RTP e Antena Um começam a constituir uma intervenção mais que suspeita na vida política do país.

Anotem-se apenas estes dois exemplos: no dia 25 de Abril é divulgada uma sondagem, sem indicação dos índices, que proclama que o PS já teria a maioria absoluta se voltassem a realizar-se eleições legislativas; no dia 1º de Maio é anunciada outra sondagem que proclama que a maioria dos trabalhadores aceita renunciar a aumentos de salários e até aceita cortes no salário para evitar despedimentos.

Não cheira isto, as sondagens e a maneira como são divulgadas pelos órgãos que as encomendam, a pura manipulação da opinião pública?

A partir de apenas 1916 pessoas inquiridas (segundo a ficha técnica), sabe-se lá em que condições (alertamos nós) e com perguntas que claramente não permitem extrapolações (como se vê pelo texto) a Universidade Católica apurou e o «Público», a RTP e Antena Um anunciam, entre outras «pequenas coisas»: que «os portugueses estão dispostos a renunciar a aumentos salariais e a reduzir salários, tudo para salvar empregos».

A sucessão das perguntas, segundo o texto do «Público», é esclarecedora: começa por incentivar a preocupação com o desemprego e o seu aumento (que é muito real) e ataca depois com a seguinte formulação: «Admitia renunciar a aumentos salariais para evitar despedimentos na sua empresa?»

É mais que evidente que a resposta a isto não pode ser tomada como uma posição sobre a questão das relações das políticas salariais com a política do emprego, como fizeram os divulgadores da sondagem.

A maneira como a sondagem da Universidade Católica foi feita e sobretudo como foi divulgada visa obter efeitos favoráveis ao ataque aos direitos dos trabalhadores, especialmente ao direito à actualização e a aumentos salariais reais, tomando como pretexto o desemprego.

É claro que a situação concreta do nosso país responde muito singelamente a esta questão, mostrando que o desemprego cresceu mais sobretudo quando foi maior a quebra dos salários reais.

Mas a sondagem e os divulgadores permitiram-se outras «enormes» conclusões sobre sindicalização, participação em manifestações e greves e até sobre a força relativa das diferentes centrais.

Lá diz o «Público»: «A sondagem quase que reparte em terços a força sindical. Isto porque 36,3 por cento dizem que o seu sindicato faz parte da UGT, 34,3 por cento que ele faz parte da CGTP e 29,5 por cento declaram-se membros de sindicatos independentes das centrais.»

Mas o que assim demonstra realmente é que a amostra em que a sondagem se baseia não é representativa, pois toda a gente sabe que a força da aderência da CGTP não tem qualquer comparação com a da UGT ou dos chamados independentes.

As celebrações do 1º de Maio constituíram, mais uma vez, a demonstração desta abissal diferença de influência.

O lema de «trabalho com direitos para todos», responde também à demagogia com que o Governo procedeu ao balanço dos seus primeiros seis meses de acção, voltando «infelizmente a instalar-se na cultura do contentamento», como sublinhou Agostinho Lopes, na conferência de imprensa da Comissão Política do PCP, na passada terça-feira.

Os comunistas não se limitaram a criticar a política do Governo, demonstrando como este passou da proclamada «consciência social», com que ainda se apresentava no início do seu consulado, para a transformação do social num subproduto ou uma mera «rede social de protecção». Tal como já tinha feito durante a recente interpelação ao Governo na Assembleia, o PCP voltou a apresentar propostas, desta vez doze, para uma efectiva mudança de rumo da política socioeconómica do país, para a concretização de uma nova política.

Salientamos de entra elas a que preconiza:

«Que seja abandonada a revisão da legislação laboral e a desregulamentação em curso com a proposta de lei da flexibilidade e da polivalência. Que sejam dignificados e valorizados os direitos de quem trabalha. Que seja posto termo ao trabalho infantil. Que seja drasticamente reduzido o recurso ao trabalho precário, designadamente na administração pública e no primeiro emprego. Que seja reduzida a duração do horário semanal para 40 horas, sem perda de direitos e sem redução de salários.»

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotelo Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotelo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$000	50 números: 24 750\$000
25 números: 3 487\$500	
ESPAÑHA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$000	50 números: 39 950\$000
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$000

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

O professor embatucado

O novo líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, em pouco mais de um mês de que ocupação do lugar, já deve ter batido todos os recordes nacionais de conferências de imprensa e de presença nos ecrãs de televisão.

Mas como acontece habitualmente com as pessoas que falam de mais, vai-se tornando difícil ouvi-lo e ainda mais prestar-lhe atenção.

Apanhá-lo numa entrevista escrita tem várias vantagens: poupa-nos ao matraquear da sua palavra fácil e dificulta-lhe os artificios de dizer e desdizer não só com poucos dias de diferença, mas no próprio dia e até na mesma frase.

Por exemplo, na recente entrevista ao «Público», ao ser instado a responder claramente se o PSD não vota em circunstância alguma a revisão da Constituição, no caso do PS inviabilizar o referendo nacional sobre a regionalização, Marcelo, contrariando todas as terríveis ameaças que tem proferido oralmente, fugiu a comprometer-se dizendo: «É o Conselho Nacional do partido que vai deliberar».

O líder do PSD dá assim plena razão à posição de Carlos Carvalhas que o acusa de

estar fazer um puro «bluff» com a campanha do referendo.

Realmente se há coisas que Marcelo quer ver concretizadas, como se prova nesta mesma entrevista, é a revisão da Constituição antes de 1997, para se lançar depois na campanha pelo derrubamento do Governo.

Entretanto, vai pressionando uma ainda maior aceleração das privatizações, a renovação dos subsídios ao patronato perdulário, a cega sujeição aos critérios de Maastricht, e, claro, a manutenção dos «boys» do PSD nos altos cargos da administração e das empresas públicas onde foram colocados pelos governos laranja.

Tais são as grandes linhas do pacto de regime que quer firmar com o PS.

Desta vez, Marcelo foi muito evasivo em matéria de esclarecimentos sobre como entende o reforço da autoridade do Estado, objectivo sempre caro aos meios conservadores e forças da direita, que lançou no discurso inaugural da sua liderança e de que aqui logo alertámos para os perigosos desenvolvimentos.

Em compensação, revelou uma certa apêndice pela censura a propósito do episódio

do «Hernanzap» sobre a «A última ceia». Deixou-o claro tanto ao censurar o Governo por não ter intervindo, como ao afirmar que se fosse ele o primeiro-ministro não deixaria de intervir para que o programa não passasse.

O mais divertido da entrevista foi, no entanto, aquela passagem em que o jornalista questionou o novo líder do PSD sobre a utilização do preservativo.

Ao contrário do acontecia num anúncio que passou nas televisões há meses atrás, onde, questionados pelo professor que exibiu um preservativo, todos os alunos de uma turma respondiam «é meu!», «é meu!», o professor Marcelo embatucou. E saiu-se assim: «Respeito muito a posição da Igreja Católica sobre esta matéria, mas sou sensível a que há um número apreciável de cristãos que entende que o preservativo é uma forma de controlo da natalidade...»

Puro farisaísmo ou será que Marcelo pensa, como o Conselheiro Acácio de Eça de Queiroz, que «a religião é um freio»?

■ Carlos Brito

Ainda o referendo

Com a muito insuficiente informação disponível sobre todas as delicadas questões que envolvem a figura do referendo, não tem grande mistério e não pode causar particular admiração nem especial intimidação que as sondagens revelem a existência de uma maioria de opiniões favoráveis à realização de um referendo nacional sobre a regionalização.

Com efeito, desde o debate sobre Maastricht e da justa reclamação de um referendo sobre a sua ratificação por Portugal, que a generalidade dos cidadãos passou a simpatizar com o ideia do referendo associando-o, genericamente, à ideia da sua participação e decisão em importantes questões.

É esse sentimento que sobretudo deverá explicar os resultados das sondagens dedicadas ao referendo sobre a regionalização. E, por isso, também não temos qualquer dúvida que, definidas uma ou várias outras questões que sejam minimamente relevantes, faladas ou sentidas, se forem feitas sondagens a perguntar se sobre elas se devem fazer referendos, a resposta positiva também será maioritária. E, nesse caso, podemos estar certos que alguns dos responsáveis políticos que agora tanto usam as sondagens para reforçar a sua reclamação do referendo sobre a regionalização, ligariam tanto aos resultados dessas outras sondagens sobre outros referendos como o PSD, o PS, a RTP e a SIC ligaram às sondagens que revelaram que 80% dos cidadãos queria debates televisivos a quatro e não apenas entre Nogueira e Guterres.

A verdade, que não pode ofender ninguém, é que, no momento da resposta quase instantânea a estas sondagens, grande parte dos inquiridos não tem nenhuma condições para ponderar que, para referendar a regionalização, é preciso eliminar a sua actual previsão imperativa na Constituição, o que representaria aceitar uma espécie de vitória retardada das últimas posições de Cavaco Silva e aceitar que fosse agora negado a uma maioria parlamentar o direito de fazer aquilo - aprovar a lei de criação das regiões administrativas - que até foi precisamente um compromisso do Governo PSD/Cavaco Silva constante do seu Programa apresentado à AR em Novembro de 1991.

Não tem ainda nenhuma condições para se aperceber do grave precedente que significaria, em termos de estabilidade constitucional, que aspectos constitutivos do regime democrático (que hoje só podem ser revistos por maioria de 2/3 dos deputados e ainda assim com importantes limites), passassem a ser passíveis de alteração através de referendo, isto é, por uma decisão de uma maioria simples de votos, eventualmente de natureza conjuntural.

E não tem também nenhuma condições para ter presente que cada referendo representa uma campanha e um acto eleitorais com todos os matadores e que, assim sendo, uma vez que há quem considere e bem que é praticamente obrigatória a realização em 1997 de um referendo sobre a globalidade do novo Tratado da União Europeia que sair da CIG/96 (o que os projectos de revisão constitucional do PSD e do PS continuam a não permitir), teríamos em 1997 três actos eleitorais - dois referendos mais as eleições autárquicas -, o que seguramente não obterá apoio maioritário em nenhuma sondagem.

■ Vítor Dias

Os Homens e os outros

No Reyno dos Barretos quem tem meia página do Público julga-se rei. Há-de ter sido isso que levou António Barreto, na sequência de leitura vesga de uma entrevista do General Vasco Gonçalves ao «Diário de Notícias», a escrever no dito Público, no seu «Retrato da Semana», que «o General Vasco Gonçalves é velhaco e covarde».

De Barreto conhecíamos a sua notável biografia, uma coerência a toda a prova, uma honestidade intelectual inatacável, uma prática política assente no apego à defesa da justiça social e etc. e tal.

De Barreto sabíamos, também, a profunda dedicação a um amplo leque de nobres e justas causas (que vão desde, por exemplo, a humaníssima batalha pela defesa dos interesses dos

latifundiários do Alentejo e do Ribatejo até à recente e generosa proposta de distribuir por toda a gente os arquivos da Pide e, assim, introduzir no livro da História de Portugal meio século de interessantíssimas e utilíssimas páginas brancas). Por outro lado, Barreto revelara-nos já, abundantemente, a sua condição de erro ortográfico — feliz condição, aliás, cuja, estou em crer, há-de ter constituído para ele um proveitoso abono de família político-mediático, digamos assim.

Para além de tudo isto, o genial retratista causou-nos sempre uma profunda impressão: aquele seu visual bizarro, aquele seu olhar desorbitado, aquele seu discurso alucinado, deixa-nos sempre a ideia de um Barreto acabado de saltar de dentro de um romance de Dostoiévsky. Só

não conhecíamos a vertente temerária e heróica revelada por Barreto neste disparo à queimadura — desferido da sólida trincheira que é o dominical lugar cativo que o seu invejável currículo lhe assegura no jornal de Belmiro de Azevedo — sobre o General Vasco Gonçalves.

Não surpreende que da prosa de Barreto sobre o General Vasco Gonçalves escorra, viscosamente, tanto ódio, tanta raiva. Sabe-se que os barretos são sempre a voz fiel de um ou de vários donos e sabe-se que nenhum dono gosta de ver os seus interesses minimamente postos em causa.

Quando este concreto Barreto, António de pia, desencadeou o moderníssimo processo de liquidação da Reforma Agrária — e se transformou em responsável directo pelo regresso do desem-

prego, da miséria, da fome aos campos do Alentejo e pela transformação das terras cultivadas em coutadas onde os grandes senhores se divertem em tiroteios de fim-de-semana — estava a servir os interesses desses donos. Que lhe hão-de ficar eternamente gratos.

Escrevendo o que escreveu no Público, Barreto cumpriu uma tarefa. E há-de sentir-se satisfeito julgando que insultou o General Vasco Gonçalves. No que está profundamente enganado. Porque os insultos de Barreto a um homem digno, vertical, coerente, honesto, constituem um verdadeiro elogio a esse Homem.

Coisa que Barreto, coitado, nunca compreenderá. Mas não é para compreender isso que servem os barretos... não é verdade?

■ José Casanova

ITÁLIA
As eleições

A derrota da direita ultra-reaccionária nas eleições italianas é um acontecimento importante e positivo, que abre novas perspectivas para os trabalhadores e o movimento popular italiano.

A derrota eleitoral da direita correspondeu a vitória da aliança «A Oliveira» que reúne os ex-comunistas do PDS, os ex-democrata-cristãos do PPI e outras formações menores. Mas a derrota da direita não teria sido possível sem o contributo determinante dos 3.215.960 votos do Partido da Refundação Comunista que, não fazendo parte da Oliveira, assinou com esta um acordo de desistências mútuas nos círculos uninominais onde se elegem a maioria dos membros do Parlamento. E os parlamentares próprios do PRC serão necessários para enfrentar uma direita unida, pois sem o seu contributo a «Oliveira» não terá a maioria parlamentar. Os 8,6% dos comunistas italianos representam um aumento de quase 50% em relação aos 6% obtidos nas últimas eleições gerais e foram conquistados num contexto de fortíssimas pressões para silenciar e esmagar a voz própria e autónoma dos comunistas. E ainda há poucos meses o PRC sofreu uma cisão de cerca de um quarto do seu grupo parlamentar que, receoso das consequências de novas alterações à lei eleitoral, entrou na órbita do PDS. Os resultados eleitorais premiaram a coerência e firmeza do PRC em se afirmar como porta-voz e representante dos interesses e anseios da classe operária e dos trabalhadores italianos.

Mas se a direita sofreu uma pesada derrota eleitoral, vários indícios fazem recear que a política económica e social de direita venha a prosseguir com um novo figurino. Por um lado, a própria composição da Oliveira, que inclui a formação política que é herdeira directa da antiga DC, o Partido Popular Italiano. O homem escolhido para chefiar o novo governo, Romano Prodi, é um ex-democrata-cristão. E vários personagens de direita como o Primeiro-Ministro cessante, Lamberto Dini, aliaram-se à Oliveira. Convém lembrar que Dini foi ministro no Governo Berlusconi e foi o autor da famigerada proposta de destruição do sistema de reformas italiano fortemente contestado na rua por milhões de italianos no Outono de 1994. E que enquanto Primeiro-Ministro levou à prática uma política fortemente antipopular, como seria de esperar de quem fez a sua carreira nas altas esferas das grandes instituições financeiras italianas e internacionais. Mas não são apenas os homens a inspirar desconfiança. É o vergonhoso episódio pré-eleitoral da disponibilidade, por parte dos dirigentes do PDS, para um governo com Fini e Berlusconi cuja missão seria preparar a revisão da Constituição. E nas suas declarações programáticas, Prodi, Dini e os dirigentes do PDS revelam-se fervorosos partidários das privatizações em massa e de Maastricht, da moeda única e do eixo franco-alemão. E Dini vai mesmo mais longe. Na recente cimeira euro-asiática de Banguoçoque, obviamente extasiado com a miséria e sobreexploração de crianças e adultos nas «economias emergentes», declarou-se *juppeanamente* convencido de que a Europa tem segurança social a mais.

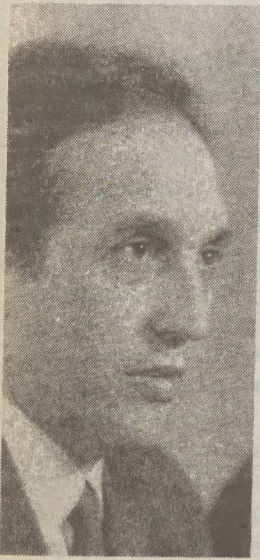
Cabe referir que, desta vez, as manifestações de fidelidade dos dirigentes da Oliveira aos interesses do grande capital financeiro mundial foram devidamente retribuídos. O Presidente norte-americano Clinton fez questão de declarar que os EUA aceitariam o veredicto dos eleitores italianos, qualquer que ele fosse. Declaração que só parece óbvia e normal para quem queira esquecer que nunca assim foi, durante 50 anos, e que a «doutrina da soberania limitada» sempre foi a *lex* no império. Atrás de Clinton veio o *Financial Times* e a Igreja Católica. A esperança é óbvia: talvez a Oliveira consiga fazer aquilo que Berlusconi tentou e não conseguiu - fazer pagar aos trabalhadores italianos o preço do banquete que arruinou as contas do Estado italiano. O papel dos comunistas italianos é o de prosseguir a sua batalha para colocar na ordem do dia as grandes questões do emprego, da pobreza e da ausência de direitos de quem trabalha, nos locais de trabalho e na sociedade, contribuindo para impedir uma tal política, que teria consequências desastrosas para a Itália e a Europa.

■ Jorge Cadima

SEMANA

Carlos Carvalhas no Conselho de Estado

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, tomou posse na segunda-feira, como membro do Conselho de Estado, tendo sido uma das personalidades da escolha do Presidente da República.



Melo Antunes foi outra das escolhas de Jorge Sampaio, que convidara Manuel Monteiro e recebeu a recusa do líder do PP. O Presidente da República escolheu ainda, para o Conselho de Estado, Maria de Jesus

Serras Lopes, José Manuel Galvão Teles e Vítor Constâncio. O Partido Socialista indicou na Assembleia da República, para este órgão consultivo do PR, Manuel Alegre, Gomes Canotilho e Fernando Gomes. O PSD avançou os nomes de Eurico de Melo e Barbosa de Melo. Por inerência, ficam a pertencer ao CE o Presidente da AR, Almeida Santos, o Primeiro-Ministro António Guterres, o Presidente do Tribunal Constitucional, Cardoso da Costa, o Provedor de Justiça, Menezes Pimentel, os presidentes dos governos das Regiões Autónomas, João Jardim e Madrugada da Costa, e os antigos presidentes da República eleitos, Ramalho Eanes e Mário Soares.

Ameaças de Guerra

Segundo a imprensa - "Diário de Notícias" do sábado passado - o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua viagem a Washington, levava na bagagem

a ameaça de fazer sair as tropas portuguesas estacionadas na Bósnia, se acaso os Estados Unidos procedessem de igual forma. Em lugar de anunci-

ar a simples decisão de pôr fim à participação portuguesa na intervenção naquela região, Jaime Gama terá preferido colocar-se numa posição "negociadora",

visando provavelmente dar "credibilidade" à diplomacia portuguesa. Nessa operação de credibilização política do Governo, o Ministro dos Negócios Es-

trangeiros levaria por missão "sensibilizar" os Estados Unidos para uma candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança da ONU.

Ameaças de Saúde

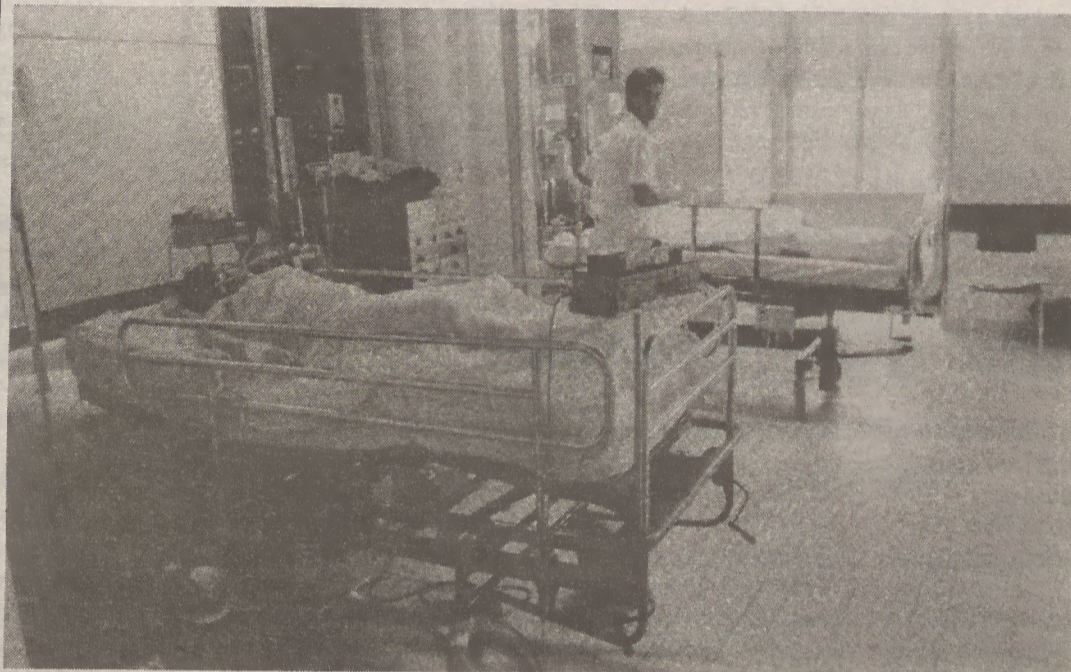
Noutros campos da actividade governamental, também as promessas têm mais relevância do que os actos. No âmbito da Saúde,

por exemplo, a imprensa revela que a respectiva Ministra já recebeu um relatório sobre a situação hospitalar, nomeadamente no que

toca ao caos em que as urgências funcionam. No entanto, e apesar de já se encontrar em poder da proposta de reestruturação das urgên-

cias hospitalares - com a "garantia" de que nenhuma virá a ser encerrada, mas projectando-se funções diferentes - a reforma será apenas

iniciada em Outubro. De salientar que o relatório sobre as urgências fora encomendado pelo anterior Ministro de Cava-



Caros pareceres

A semana foi também marcada pelo anúncio de um verdadeiro record, o de um jurista que arrecadava uma média mensal de mil contos para fornecer pareceres à Junta Autónoma das Estradas. Cerca de vinte e cinco mil contos por ano, segundo as contas de "A Capital", o jornal que revelou o negócio. A nova

directora do vespertino, que levou consigo o estilo do "Independente", começou já a fazer colecção de demissões provocadas pelas revelações. O demitido, desta vez, não foi aquele que embolsava o dinheiro, mas aquele que o pagava. Com efeito, Rangel de Lima, que era o presidente da JAE, contrata-

ra um amigo, José Mário Ferreira de Almeida, como assessor jurídico. Não se pode acusar este de trabalhar pouco, já que os dados disponíveis mostram que era capaz de debitar uma centena de pareceres por mês. O que se pode é duvidar da ponderação de cada parecer, debitados que eram à dúzia.

Banquetes

Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, reuniu-se com Rosado Fernandes, da CAP, e com o Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, num banquete preparado por produtores de gado. O churrasco teve lugar em Santarém, no passado sábado. A ementa foi carne de vaca e o propósito, a que o Presidente da AR e o Ministro deram apadrinhamento, foi o de dramatizar a situação e espantar os medos da doença das vacas-loucas, que já afecta o consumo e, portanto, os preços da carne em Portugal. Nos restaurantes

afirma-se que a quebra nas vendas de refeições de carne de bovino já vai nos cinquenta ou mais por cento. Restaurantes há que retiraram o bife pura e simplesmente da ementa. Triunfam o peixe e o porco.



Chernobil

A central nuclear de Chernobil, na Ucrânia, voltou esta semana a ser notícia. Primeiro com um incêndio de grandes proporções ateado em cinco aldeias próximas da central, situadas numa zona de "exclusão" de 30 quilómetros em redor. O incêndio declarou-se na sequência da visita às aldeias de antigos habitantes, e teme-se que haja lançado na atmosfera partículas radioactivas, levantando mais perigos dez anos depois do grave acidente que destruiu um dos reactores. As medições efectuadas revelaram uma radioactividade 20 vezes mais forte que antes do incêndio. Dois dias depois, o bloco 3 da central registou uma fuga radioactiva, originada por erro humano. Mais uma vez, as normas de segurança não terão sido respeitadas.

Octanas e escudos

Ao anúncio do aumento dos preços da gasolina - um aumento automático decorrente da legislação do governo anterior que aparentava pretender que os preços sofressem as oscilações do mercado internacional de combustíveis - logo se seguiram as afirmações (e as des-

Petrogal, empresa que pratica em Espanha preços mais baixos do que no mercado nacional, não se tratará de grande sacrifício. Resta saber a atitude que vai ser tomada pelas outras petrolíferas. A BP, por exemplo, não pretende alinhar na "baixa" da gasolina



"verde". O recente aumento automático e as afirmações de Guterres, somados às posições diversas assumidas pelas companhias distribuidoras, criam uma situação de efectiva liberalização dos preços. Situação que certamente não vai ser favorável aos consumidores.

FRASES

“Em termos publicitários, Herman José, a RTP e a hierarquia católica estão de parabéns. Herman José e a hierarquia católica pelo que fizeram, a RTP pelo que deixou fazer. Tentar perceber o sentido de toda esta polémica já é mais complicado.”

(Frei Bento Domingues - «Público», 28.04.96)

“Em caso de colisão entre liberdade de expressão, traduzida no exercício da criatividade entre o humor e a sátira, e o direito de liberdade religiosa, as autoridades eclesásticas não hesitam em reivindicar intervenções censórias.”

(Mário Mesquita - «Diário de Notícias», 26.04.96)

“Fica-se com a sensação de que a proclamada separação entre a Igreja e o Estado tem mais buracos do que um queijo emental ou a simples ideia de que fazer comédia tomando como pano de fundo um episódio religioso é, mais do que ilícita, maldita.”

(Nuno Brederode dos Santos - «Expresso-Revista», 27.04.96)

“Até os que dizem mal da "Revolução dos Cravos" prestam uma homenagem ao 25 de Abril; foi ela que restituiu a todos os portugueses o direito de falar sem medo e, sobretudo, a liberdade de discordar sem medo.”

(Manuel Alegre, nas comemorações do 25 de Abril na AR, 25.04.06)

“O PS, ao ganhar as eleições, devia saber que, para além dos clamorosos erros de estratégia de Cavaco, a derrota do PSD deveu-se, em larguíssima parte, ao falhanço da sua política económica e à insatisfação do eleitorado após meia década de expectativas frustradas. Aparentemente, ignora isso.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 29.04.96)

“A Assembleia da República tem obrigações que não pode iludir, cabe-lhe definir a ossatura das regiões e os partidos pagarão o ónus político que têm de pagar.”

(Valente de Oliveira, ex-Ministro do Planeamento - «Público», 25.04.96)

“Tive que engolir em seco.”

(idem)

“Trabalho com uma fisga e a televisão é uma arma atómica, uma bomba nuclear.”

(Mário Castrim - «Diário de Notícias», 21.04.96)

“Todos ganham com as falências”

(Augusto Mateus, Ministro da Economia - «Expresso», 27.04.96)

“Monteiro admite deixar liderança do PP se perder referendo interno.”

(Título - «Público», 29.04.96)

“Descobrimos hoje, aqui, uma coisa importante: a qualidade da cerveja pode ser melhorada, se for combatido o "stress" da levedura. Temos de convencer as cervejeiras a pagar umas investigaçõeszinhas.”

(Jorge Sampaio, no final de uma visita aos laboratórios de Citologia Experimental e Biologia Molecular da Universidade do Porto, citado em «Expresso», 27.04.96)

TRABALHADORES

Aposta de Maio é continuar a luta por «trabalho com direitos para todos»

CGTP marca para dia 16 nova jornada nacional

Nas comemorações do Dia do Trabalhador, levadas a cabo pela CGTP em seis dezenas de localidades de todo o País, foi afirmada claramente a disposição de prosseguir a luta contra a proposta de lei que pretende impor a flexibilidade de horários e a polivalência de funções. A central anunciou uma jornada de luta, de âmbito nacional, para 16 de Maio, véspera da votação na Assembleia da República.

Em Lisboa, o 1º de Maio teve este ano um percurso diferente. Devido às obras na Alameda Afonso Henriques, a concentração de trabalhadores efectuou-se no Campo Pequeno, donde partiu a manifestação para a alameda da Cidade Universitária. Também não é frequente, como sucedeu desta vez, ter uma forte chuva na véspera e uma constante ameaça de aguaceiro no próprio Dia do Trabalhador.

Manteve-se, contudo, o tradicional ambiente de festa popular e de empenhamento na luta de todos os dias por parte dos milhares de manifestantes que encheram a faixa lateral da Avenida da República e do Campo Grande, com a cauda do desfile a chegar ao vasto recinto frente ao palco já no final dos discursos.

Vencendo as dificuldades de uma ou outra palavra de ordem mais arrevesada (como aquela que dizia «Cedências ao patrão é contra a liberdade de contratação») e cantando sempre com gosto «CGTP unidade sindical», o desfile expressou, nas vozes, como nos cartazes e faixas, os problemas dos diferentes sectores e muitas empresas, confluindo na necessidade de preservar o emprego e os direitos e no repúdio da tentativa de, através da proposta de lei que o Governo apresentou na AR e que será votada dia 17, impor como regra das relações laborais os princípios da polivalência de funções profissionais e de flexibilidade dos horários de trabalho.

Foram estes também os temas que marcaram as inter-

venções de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, e de Célia Portela, da Interjovem. «Trabalho com direitos para todos», lema deste Maio e do próximo congresso da central, foi também defendido na resolução aprovada no final do comício.

Ataque aos direitos é retrocesso social

Ao caracterizar a actual situação social, política e laboral, Carvalho da Silva começou por chamar a atenção para o grave problema do desemprego, que atinge já 500 mil trabalhadores e tem consequências directas sobre um quinto da população portuguesa. Admitindo que «o País precisa de mais emprego e precisa de aumentar a competitividade da economia», realçou que «ninguém de boa-fé acredita que seja com a precarização do emprego, com o aumento da polivalência das funções e da flexibilização absoluta das relações de

trabalho que o emprego vá crescer e a competitividade vá aumentar».

Antes, o coordenador da Intersindical Nacional recorda que, «com a luta que desenvolvemos nos últimos anos pela redução do horário de trabalho, levámos a que a generalidade

consagrados na contratação colectiva».

Neste contexto, «a concertação estratégica está envenenada, porque o que é estratégico para o patronato já está na proposta de lei do Governo», que procura impor «regimes de trabalho ao arpejo de tudo o que está consa-

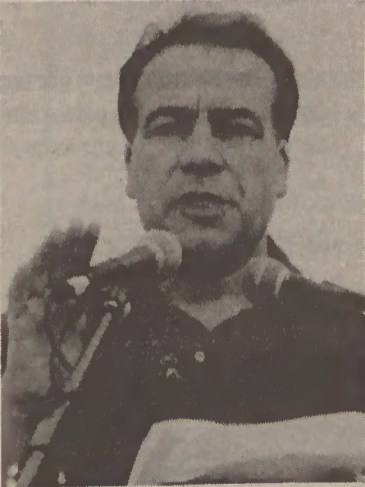
sobre uma proposta de lei laboral desde 1979, como se refere na resolução aprovada na Cidade Universitária) — será levada ao conhecimento de António Guterres, com quem a CGTP reúne na próxima quarta-feira.

Dos deputados a central reclama que «tenham em conta

O risco do desemprego não pode servir de ameaça

Comentando o reconhecimento oficial de que há centenas e centenas de empresas em dificuldades, pondo em causa cerca de 300 mil postos de trabalho, Carvalho da Silva protestou contra o facto de que «o actual Governo, em vez de corrigir o que está mal, persiste nos critérios de Maastricht, persiste na afirmação da inevitabilidade das falências de empresas, persiste em políticas que têm produzido estas situações de desemprego e exclusão».

Entretanto, alertou o coordenador da CGTP, «não se pode aceitar que se tente aproveitar esta situação e esta ameaça efectiva para criar um clima de inevitabilidade do aumento do desemprego, que, em última instância, visa levar



os trabalhadores a recuar nas suas reivindicações salariais e abdicar dos seus direitos».

«Em vez desta prática de anúncio da desgraça sem nada fazer» — reclamou — «há que tomar medidas efectivas e concretas para salvaguardar os postos de trabalho existentes e criar novo emprego».

A este propósito, Carvalho da Silva sublinhou que «as políticas de desregulamentação,

de liberalização, de privatizações a todo o custo já provaram ao longo dos anos que são geradoras de desemprego, de insegurança no emprego e de exclusão social, provocando simultaneamente falta de condições e confiança dos consumidores e quebra na procura interna, não assegurando, por isso, nem o desenvolvimento, nem o bem-estar».

Por isso, contrapõe a CGTP no discurso do seu coordenador, «em vez de priorizar os interesses financeiros e insistir na desregulamentação, o Governo e o patronato devem assumir que o capital humano é o investimento mais retributivo e compensador». A partir de tal pressuposto, «há que apostar de forma séria, e não como mera propaganda, nas políticas de educação e formação» e em três grandes objectivos de futuro:

- assegurar a entrada dos mais jovens no mercado de trabalho,
- garantir a segurança no emprego ao longo da vida activa,
- e evitar o abandono prematuro do mercado de trabalho.



o desfile teve em Lisboa um percurso diferente, mas manteve-se a forte participação de trabalhadores, afirmando a disposição de prosseguir a luta em defesa dos direitos

das forças políticas assumisse em 1995 o compromisso de legislar as 40 horas como limite da duração máxima do horário semanal de trabalho». O actual Governo — que, realçou Carvalho da Silva, subiu ao poder também devido à luta dos trabalhadores — «tinha todas as condições políticas» para ter decretado as 40 horas sem outras exigências, mas «não teve nem vontade, nem coragem política para o fazer». Pelo contrário, «o acordo de concertação social de curto prazo, subscrito pelo Governo, confederações patronais e UGT, defraudou as expectativas dos trabalhadores e, em muitos aspectos, constituiu uma violência contra direitos arduamente conquistados e

grado na legislação e na contratação colectiva». Frisando que o acordo e a proposta de lei em que ele foi vertido representam «uma violência intolerável contra os trabalhadores e suas famílias» e, se se tornarem lei, constituirão «um factor de regressão social», Carvalho da Silva reafirmou o empenhamento da Inter em prosseguir o esclarecimento e a luta contra tais objectivos, há muito perseguidos pelo grande patronato.

A «dimensão do protesto» — reflectida nas manifestações do 1º de Maio, como antes na luta de 11 de Abril, mas também em inúmeros abaixo-assinados e mais de 1600 pareceres de organizações de trabalhadores (o maior número de pareceres

o conteúdo das centenas e centenas de pareceres que foram remetidos à AR e respeitem os compromissos e promessas que fizeram aos trabalhadores e ao povo em períodos pré-eleitorais), o que «significará inevitavelmente ter de votar contra esta proposta de lei», disse Carvalho da Silva.

Para sublinhar «a nossa total oposição às normas da flexibilidade e polivalência inscritas na proposta de lei», a CGTP levará a cabo no dia 16, véspera da votação na AR, uma «grande jornada de luta, de âmbito nacional», que «terá a sua maior expressão em Lisboa, com a manifestação que vamos realizar junto do Parlamento».

TRABALHADORES

PERSEGUIDOS NO DIA 25 DE ABRIL

A polícia alemã tentou intimidar uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeira, Mármore e Pedreiras do Distrito do Porto, que no dia 25 de Abril se encontrava em Munique. A delegação sindical deslocou-se à Alemanha «para observar as condições de trabalho e de residência dos trabalhadores que agora são engajados pelas pseudo-empresas para trabalharem na construção civil alemã» - conforme um comunicado do sindicato.

Albano Ribeiro, dirigente sindical que já antes denunciara a existência de contratos de trabalho com cláusulas ilegais e violadoras dos mais elementares direitos dos operários portugueses que vão para a Alemanha, relatou no «Jornal de Notícias» de terça-feira como se passou a «verdadeira cena de farwest», no momento em que os sindicalistas conversavam no átrio do hotel com o director do jornal «Informativo»: «De repente, entraram no hotel em corrida 14 pessoas de pistola em punho e algemas prontas para o que desse e viesse, dirigindo-se para nós. Três estavam fardados, os outros não, mas apenas um se identificou. Levaram-nos para uma pequena sala, aos encontrões, sempre com as pistolas à mostra, e tentaram interrogar-nos de um modo intimidatório e inqualificável. Como é evidente, ficámos apavorados e, depois daquela entrada de farwest, saíram sem qualquer explicação razoável.»

LIMAS DE VIEIRA

Técnicos da Direcção-Geral da Indústria vão deslocar-se, em breve, a Vieira de Leiria, para tomarem conhecimento dos principais problemas que se colocam às duas empresas de limas que laboram naquela localidade. A decisão foi revelada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria, em declarações prestadas segunda-feira à Agência Lusa.

O sindicato promoveu, em meados de Março, uma reunião entre os empresários e o governador civil de Leiria, na qual foram apresentados os problemas com que se debatem as duas unidades fabris. Naquela reunião - a que o director-geral da Indústria não compareceu por «confusões» de agenda - ficou decidido solicitar a deslocação de técnicos da DGI, por forma a que seja preparado um *dossier* de cada empresa, que permita posteriormente encontrar soluções que permitam um aumento de competitividade das unidades industriais vieirenses. A forte concorrência proveniente de países asiáticos, a utilização de mão-de-obra intensiva, a necessidade de recorrer à importação do aço e a idade avançada da maior parte dos trabalhadores são apontadas como principais factores que dificultam o aumento de competitividade das duas empresas de limas de Vieira de Leiria.

Actualmente, numa localidade que já foi um dos maiores pólos mundiais de fabricação de limas, existem apenas duas empresas a fabricar aquelas ferramentas: a Empresa de Limas União Tomé Feteira, com 124 operários e uma facturação anual de 400 mil contos, e a Duarte Feteira, com 40 trabalhadores e 120 mil contos de facturação anual.

PORTO ACIMA DA MÉDIA

A taxa de crescimento do desemprego foi «muito mais elevada» no distrito do que a média registada a nível nacional, nos últimos dois anos, alertou a União dos Sindicatos do Porto. Segundo os dados divulgados na semana passada pela USP/CGTP, entre Fevereiro de 1994 e Fevereiro de 1995 o desemprego cresceu 15,3 por cento no Porto e 8,4 por cento no País, enquanto entre Fevereiro de 1995 e Fevereiro de 1996 a taxa foi, respectivamente, de 18,1 e 12,7 por cento, no Porto e no País.

Salientando existirem cerca de 86 mil desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito, a USP referiu que a característica mais saliente da evolução da situação é o agravamento do desemprego estrutural. Relativamente às ofertas de emprego, existiam no distrito do Porto, em Fevereiro de 1996, apenas 813 ofertas para cerca de 86 mil desempregados, o que representa uma média de apenas um emprego para cada 102 desempregados. Para a USP, esta situação demonstra que não tiveram qualquer efeito prático as medidas que até agora têm sido anunciadas como incentivos à criação de emprego.

AÇORES SEM PERSPECTIVAS

Novas políticas de combate ao desemprego nos Açores foram exigidas segunda-feira pela União de Sindicatos das ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, que considera estar-se perante um problema em crescente agravamento. Numa conferência de imprensa destinada a assinalar o Dia Mundial do Trabalhador, aquela estrutura intermédia da CGTP, que agrega onze sindicatos, sustenta que no arquipélago «faltam perspectivas de criação de novos postos de trabalho». Nos Açores «não há crescimento industrial, a agricultura apenas dá emprego aos que se reformam e a base das Lajes, na ilha Terceira, deixou de ser uma entidade empregadora», afirma a União, que se manifestou, também, contra a flexibilização dos horários e a polivalência de funções.

Contra a polivalência e a flexibilidade Lisboa entregou 20 mil postais

Uma delegação de sindicalistas do distrito de Lisboa deslocou-se no dia 23 à residência oficial do primeiro-ministro, onde entregou 20 mil postais, subscritos por trabalhadores de várias empresas e sectores, reclamando a retirada da proposta de lei que pretende instituir os princípios da polivalência de categorias profissionais e da flexibilidade dos horários de trabalho.

Na mesma ocasião - e assinando o final do período de discussão pública da proposta de lei apresentada pelo Governo na sequência do acordo firmado com as associações patronais e a UGT -, os representantes da União dos Sindicatos de Lisboa entregaram também, na Assembleia da República, cerca de 600 pareceres aprovados em colectivos de trabalhadores de todo o distrito.

Arménio Carlos, coordenador da USL/CGTP-IN, disse ao

«Avante!» que nos encontros com os representantes do primeiro-ministro e do parlamento foi salientado que «preferimos o diálogo, como via para a resolução dos problemas laborais, mas iremos para a luta, se insistirem nesta ofensiva contra direitos elementares» dos trabalhadores.

Adiantou que, neste quadro, a USL está a preparar a sua participação na jornada que a CGTP convocou para dia 16, nomeadamente apelando à con-

centração de trabalhadores naquela data, a partir das 16.30 horas, na praça do Marquês de Pombal. No dia 17 de Maio, quando deverá ser votada na generalidade a proposta de lei das 50 horas semanais, os dirigentes e activistas sindicais de Lisboa estarão presentes nas galerias da AR - revelou ainda Arménio Carlos.

Outras estruturas sindicais têm tomado posição contra a proposta de lei Nº 14/VII - notando a CGTP que não são conhecidas posições favoráveis de colectivos de trabalhadores.

O sindicato dos Metalúrgicos do Porto revelou sexta-feira que, nas empresas do seu âmbito, tiveram lugar «dezenas» de reuniões e «cerca de 409 plenários, nos quais participaram mais de 2500 trabalhadores». Ao parlamento foram

remitidos 69 pareceres e foram ainda recolhidas 2895 assinaturas.

Uma moção aprovada no recente congresso dos Professores do Centro, em Coimbra, alerta para o perigo dos princípios da flexibilidade e polivalência terem «inevitáveis e previsíveis consequências, também na profissão docente, aliás, como aconteceu no passado com a chamada lei dos disponíveis e a institucionalização dos contratos a prazo».

Apenas no quadro da jornada de luta de 11 de Abril, o sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos levou a cabo 47 plenários, abrangendo um universo de 3810 trabalhadores, onde foram aprovados 47 pareceres e recolhidas cerca de 2 mil assinaturas rejeitando a iniciativa governamental - informou o sindicato.

Negociações na MP Roldão

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira disse na semana passada ter informações de que as negociações com um empresário para a cessão de exploração da Manuel Pereira Roldão «estão em fase bastante avançada».

Sérgio Moiteiro garantiu, segundo a Lusa, que recebeu estas informações do ministro da Economia, Augusto Mateus, e mostrou-se convicto de que o contrato de cessão poderia ser assinado dentro de uma ou duas semanas.

O dirigente sindical falava no final de um plenário de trabalhadores da MPR, realizado na manhã de 24 de Abril nas instalações da empresa, e no qual foi analisada a situação da unidade fabril, designadamente a hipótese de não existirem medidas sociais de apoio para os traba-

lhadores que forem considerados excedentários pelo cessionário.

Tal eventualidade foi negada pelo ministro da Economia, em Leiria, o que Sérgio Moiteiro confirmou no plenário, ao afirmar que as acções de formação para os trabalhadores excedentários começarão um mês após o início da cessão de exploração.

O empresário António Raposo de Magalhães afigura-se como o principal candidato à cessão de exploração da MPR, admitindo-se que pretenderá conservar ao serviço da empresa um total de 150 trabalhadores. A cessão de exploração terá um prazo de validade de um ano, após o que a MPR desaparecerá, sendo os operários absorvidos por uma nova unidade industrial a criar de raiz, em princípio pelo cessionário.

Moldes à moda do têxtil

Cerca de 50 trabalhadores de uma empresa de moldes do concelho de Leiria estão em risco de ir, a breve prazo, para o desemprego, na sequência da retirada de máquinas da fábrica por parte de uma empresa de *leasing*. O processo, que faz lembrar o que se passou na têxtil Abel Alves de Figueiredo, em Santo Tirso, foi denunciado na semana passada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria.

De acordo com o sindicato, os trabalhadores da Pinheiro Moldes encontram-se na fábrica há vários dias sem trabalhar. A empresa, dotada de equipamentos e ferramentas «da mais alta qualidade» e com uma «invejá-

vel» carteira de encomendas, viu, há dias, uma empresa de *leasing* obter dos tribunais autorização para retirar cinco máquinas consideradas imprescindíveis à laboração.

Segundo os dirigentes do sindicato, citados pela Lusa, «há um mês esta empresa era perfeitamente recuperável», enquanto agora «espera, apenas, a ordem de encerrar os portões». Para os sindicalistas, «são estas as consequências da política neoliberal, que deixa absoluta liberdade aos agentes económicos, esquecendo que há problemas sociais mais importantes a acautelar».

Apesar das dificuldades da empresa em satisfazer os compromissos com a empresa de *leasing*, os trabalhadores têm todos os ordenados em dia, apurou a agência.

Torraltá volta à rua

As estruturas representativas dos trabalhadores da Torralta decidiram marcar para a próxima terça-feira, dia 7, uma concentração junto ao Ministério da tutela, avançando desde já com a realização de plenários nos locais de trabalho da empresa.

O objectivo desta iniciativa pública é «pressionar o Governo a dar respostas», uma vez que «presentemente, pouco ou nada se sabe» acerca das intenções e medidas do executivo para viabilizar a Torralta - refere uma nota de imprensa distribuída pela federação sindical da Hotelaria (Feshot/CGTP) e subscrita também pela Comissão de Trabalhadores, a Comissão de Delegados Sindicais e as direcções dos sindicatos da Hotelaria do Algarve e do Sul.

«Tendo o Governo cumprido com a promessa da

ajuda financeira, terá este que tornar clara a sua vontade de tudo fazer, e em tempo útil, para a salvaguarda da empresa e dos postos de trabalho», reclama-se no documento, alertando para o facto

de que «há prazos legais a decorrer em tribunal».

As últimas notícias do Governo acerca da viabilização da Torralta foram o financiamento e declarações públicas do então ministro da Economia, Daniel Bessa, em 2 de Fevereiro. Daí para cá, as organizações dos trabalhadores têm solicitado audiências ao Governo, nomeadamente ao novo ministro, Augusto Mateus, para abordar o problema, mas sem resposta. «Tal situação de incógnita não pode deixar de ser fonte de preocupação», afirma-se na nota divulgada na semana passada.



Os trabalhadores da Torralta voltam terça-feira a deslocar-se a Lisboa (foto de arquivo, de uma acção junto à Secretaria de Estado do Turismo)

TRABALHADORES

Sem máquinas na Luzcor não se pode viabilizar

Representantes da União dos Sindicatos de Braga e do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes manifestaram segunda-feira ao governador civil de Braga disponibilidade para colaborar na viabilização da empresa têxtil Luzcor, em Guimarães.

A posição dos sindicalistas, transmitida à Agência Lusa pelo representante do Governo no distrito, visa encontrar uma solução que permita viabilizar aquela unidade industrial. «Os sindicatos estão disponíveis para colaborar na reconversão da empresa, numa reestruturação que englobe a passagem do sector das confecções para o dos têxteis para o lar», afirmou Pedro Vasconcelos. Revelou que vai convocar uma reunião com a administração da Luzcor para a próxima semana, tendo em vista tomar conhecimento do projecto de reconversão da empresa.

O coordenador da USB/CGTP, Adão Mendes, afirmou aos jornalistas que os trabalhadores «estão dispostos a acreditar na viabilização da empresa, se a administração provar que as máquinas foram retiradas para serem substituídas por outras mais modernas, viabilizando a empresa e mantendo os postos de trabalho».

«Se a administração fizer essa prova e colocar imediatamente equipamento mais moderno,

como tem vindo a afirmar, estaremos de acordo», frisou o sindicalista. Para Adão Mendes, «não é compreensível que, se é essa a sua intenção, a administração não a tenha comunicado aos diversos interessados no processo de viabilização, actuando sem cumprir a lei».

Em plenário, realizado dia 26 de Abril, após uma reunião entre a administração da «Luzcor» e representantes do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, os trabalhadores da Luzcor decidiram aguardar até hoje pela resposta da administração às suas propostas, admitindo um endurecimento das formas de luta caso a posição patronal seja negativa.

A principal reivindicação dos trabalhadores, que se encontram há dois anos a receber subsídio de desemprego, implica que a empresa assuma o pagamento da diferença entre o salário e o montante do subsídio social de desemprego.

Os trabalhadores da Luzcor manifestaram-se a 22 de Abril junto às instalações da empresa (como referimos no último «Avante!»), reclamando o regresso ao trabalho, mas verificaram que as máquinas necessárias ao funcionamento da unidade têxtil tinham sido retiradas das instalações.



O descontentamento pode levar à convocação de acções com impacte público (foto de arquivo)

Impasse negocial e compromissos por cumprir Função Pública protesta

Muitos trabalhadores do Estado, que viram no final de Abril concretizada a actualização salarial, têm aumentos que não atingem sequer os 4,25 por cento formalmente publicitados e que foram então considerados insuficientes pela Frente Comum de Sindicatos.

Este facto foi revelado na semana passada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que o aponta como mais um motivo de descontentamento dos trabalhadores, num comunicado em que expressa «uma veemente crítica à postura governamental» após o acordo de 17 de Janeiro.

A FNSFP considera «inadiável» que o Governo avance na resolução dos principais problemas colocados e «inverta a actual situação de impasse negocial e de desrespeito pelos compromissos assumidos em sede negocial». Além de não responder, ou responder com grandes atrasos a pedidos de audiência, o executivo de António Guterres e Jorge Coelho é acusado de violar o acordo celebrado com os sindicatos, «em quatro vertentes principais»:

— «Despedimento de trabalhadores que correspondem a necessidades permanentes dos serviços»;

— «Atraso na concretização das mais importantes medidas imediatas (revogação da lei dos disponíveis, publicação do diploma para estabilização do emprego precário, redução do horário máximo para 39 horas semanais)»;

— «Atraso no início dos trabalhos das mesas negociais parcelares, com especial relevo para as relativas a carreiras, emprego, formação profissional e condições de trabalho»;

— «Ausência de posição sobre as dezenas de propostas concretas apresentadas pela Frente Comum em relação a medidas imediatas».

A federação anunciou que «caso a presente situação não seja superada», promoverá «uma acção de protesto e

denúncia na primeira quinzena de Maio».

Agricultura do facto consumado

O ministro da Agricultura «esqueceu-se do diálogo com os trabalhadores do Ministério e os sindicatos que os representam, parecendo querer transformar o processo de reestruturação orgânica num facto consumado» — acusa a Comissão Executiva da FNSFP, numa nota de imprensa em que diz esperar desde 29 de Janeiro a marcação de uma audi-

ência com o responsável da pasta «para que seja encetado o diálogo sobre a reestruturação orgânica do Ministério e negociado um conjunto de soluções para os problemas laborais existentes».

Ao mesmo tempo que reprova «o facto de, pela porta do cavalo estar a ser divulgado um projecto de Lei Orgânica que até serviu de base a um artigo de um semanário nacional», a federação afirma que «os trabalhadores do Ministério da Agricultura encontram-se na expectativa, num clima de insegurança quanto ao seu futuro e recebem ser confrontados, mais uma vez, com um facto consumado».

Estes problemas foram analisados numa reunião nacional de delegados sindicais que a federação convocou para segunda-feira, na Lousã.

Fenprof lança campanha em defesa do pré-escolar público e gratuito

A estratégia de privatização do ensino pré-escolar, adoptada pelo Governo nos seus projectos de extensão da rede, é fortemente contestada pela Federação Nacional dos Professores, que anunciou na segunda-feira o lançamento de uma campanha com o lema «Educação escolar pública e gratuita, um direito de todas as crianças».

Ao mesmo tempo que vai desencadear uma série de contactos com personalidades, instituições e associações, a Fenprof promove também a divulgação de informação aos educadores, aos pais e à comunidade em geral, procurando assim incentivar uma ampla reflexão sobre os problemas que são hoje senti-

dos no ensino pré-escolar. Em capitais de distrito será realizado um fórum nacional descentralizado sobre estas questões, culminando a campanha com uma iniciativa de âmbito nacional no Dia Mundial da Criança.

A federação «aplaude» o princípio, declarado nos projectos de Marçal Grilo, de que é urgente alargar a rede da educação pré-escolar a todas as crianças em idade de o frequentar. Mas contesta vivamente o novo conceito de rede pública que o Governo pretende introduzir e que tornaria público qualquer estabelecimento que usufruisse de uma participação do Estado.

Se é universalmente aceite o princípio de que uma escola pública é universal, gratuita e laica, a concretização daquela tese — embora proporcionasse um alargamento da rede pré-escolar — alargaria a noção de ensino público às creches e jardins de infância privados; esta pretensa rede pública não seria gratuita, na esmagadora maioria dos casos,

e ficaria sob a bandeira das mais variadas confissões religiosas. Por outro lado, afirma a Fenprof, os educadores de infância veriam o seu papel docente reduzido a técnicos executantes.

Reconhecendo ao Estado um papel na regulação e coordenação das redes de ensino, a federação entende que o alargamento da educação pré-escolar deve ser feito a partir da rede pública — de iniciativa do Ministério da Educação, de outros ministérios ou de órgãos do poder local — e respeitando a legislação vigente sobre o desempenho da função docente.

Governo sem propostas

O lançamento da campanha pela educação pré-escolar pública foi decidido na última reunião do Secretariado Nacional da Fenprof, que denunciou publicamente «a ausência de propostas do Ministério da Educação relativa-

Um comunicado da comissão adianta ainda que «a Direcção de Enfermagem reconhece a actual carência de, pelo menos, 22 enfermeiros, para que o quadro, já desactualizado, fique preenchido». Esta falta é agravada com a perspectiva de abertura de novos serviços.

Do conteúdo desta reunião, os jovens enfermeiros de Coimbra decidiram dar conhecimento à ministra da Saúde. A decisão de solicitar reuniões às direcções de enfermagem de Coimbra foi decidida pela comissão de jovens do SEP depois de analisar o resultado da recente reunião de uma delegação do sindicato com responsáveis do Governo (ver «Avante!» de 18 de Abril).

NACIONAL

Ampliação do porto de Peniche

A ampliação do porto de Pesca de Peniche, é uma das preocupações e exigências da CDU, para o que pela primeira vez este ano foi atribuída uma verba incluída no PIDDAC.

A CDU defende ainda um estudo sério sobre a viabilidade e localização do porto comercial, que seja acompanhado de um estudo de impacto ambiental, devendo os municípios serem igualmente ouvidos atempadamente.

Os autarcas da CDU consideram, por outro lado, que se impõe a diversificação da actividade económica, apoios financeiros para as zonas industriais e uma aposta na promoção do turismo.

Para 8 de Junho, a Coordenadora da CDU está a preparar um "Encontro sobre o Desenvolvimento do Concelho de Peniche", que deverá ser precedido de reuniões alargadas à população.

Viabilização da Empresa Estevão Ubach

A Assembleia Municipal de Gouveia, na presença de numerosos trabalhadores da empresa Estevão Ubach, discutiu e aprovou por unanimidade uma proposta da CDU que - com base no reconhecimento da importância social e económica desta empresa, fundamental para o desenvolvimento das Freguesias que lhe ficam adjacentes e a subsistência de centenas de famílias - aponta diversas medidas para a sua viabilização.

Entre as medidas propostas, contam-se a disponibilização urgente de crédito bancário, imprescindível para a aquisição de matérias-primas que possibilitem satisfazer as encomendas em carteira (e aceitar outras que por esse motivo têm sido recusadas), condição para continuar a laborar, pagar os dois meses e meio de salários em atraso, solver as dívidas com o Estado e fornecedores e candidatar-se ao Plano de Viabilização.

Sassoeiros em debate

Com a presença de cerca de uma centena de moradores, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Carcavelos, tendo como ponto único da ordem de trabalhos os problemas de Sassoeiros, que já se arrastam há vários anos, apesar das repetidas promessas da sua resolução.

As propostas apresentadas pela CDU foram aprovadas pela Assembleia, apesar dos votos contra do PS e CDS.

De entre as propostas da CDU destacam-se a rápida resolução dos problemas dos moradores de Sassoeiros, relativos ao estacionamento, passeios, espaços verdes, arruamentos; a recuperação da rede viária; o aproveitamento do espaço e do edifício do mercado para a instalação da delegação da Junta de Freguesia, de um Centro de Dia para a Terceira Idade, de um ATL e apoio ao campo de jogos; uma campanha de arborização; melhoria dos transportes e dos serviços de higiene e limpeza.

AECOD

A AECOD - Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, entregou na Assembleia de Freguesia de Bagueixe, concelho de Macedo de Cavaleiros, uma contribuição financeira para obras de beneficiação do parque infantil desta localidade. Um apoio que tinha sido solicitado, no início do ano, por eleitos de vários partidos na Assembleia de Freguesia.

Recorde-se que a AECOD nasceu, logo a seguir às primeiras eleições autárquicas (1976), da necessidade dos eleitos, sobretudo comunistas, aplicarem, a bem da comunidade e das suas populações, parte das suas remunerações como eleitos, cumprindo o princípio de não serem prejudicados nem beneficiados no exercício de cargos públicos.

Autarquia local ou empresa lucrativa?

No ano de 1995, as receitas da freguesia do Estoril aumentaram 38%, enquanto as despesas apenas cresceram de 5,13%.

Uma situação que os eleitos da CDU denunciam, sublinhando que as sucessivas administrações do PSD/CDS e do PS não conseguem utilizar os meios disponíveis.

Concretamente, no orçamento estavam atribuídos 14.80 contos para a acção social, desportiva e cultural. Foram apenas gastos 9.596 contos. Na rubrica de apoio social estavam orçamentados 1.000 contos, foram utilizados apenas 800. Com o desporto foram gastos 152 contos, quando estavam orçamentados 1.000.

Os eleitos da CDU entendem que uma gestão deste tipo não corresponde às necessidades e aspirações da população, sendo os dinheiros que a autarquia recebe geridos "como se tratasse de uma vulgar empresa, cujo fim é obter lucros no final de cada ano".

Encontro de agricultores em Alcobaça

Por uma política que apoie os que trabalham a terra

"A única realidade que os agricultores portugueses aceitarão é a realidade que lhes permita continuar a trabalhar as suas terras e não a realidade que lhes hipoteca as terras e as passa para as mãos dos bancos" - uma ideia sublinhada pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no VII Encontro da federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, que decorreu no passado dia 28 de Abril em Alcobaça.

Um Encontro em que foi particularmente saudada a presença do ministro da Agricultura, como "o princípio do fim da discriminação injusta, ilegal e antidemocrática da CNA, por parte do poder político".

O Encontro contou com a participação de várias centenas de agricultores e ainda de representantes dos grupos parlamentares, das Zonas Agrárias de Leiria e Caldas da Rainha, do Governador Civil de Leiria e de vários técnicos agrícolas.

Ao longo dos debates foi salientada a multiplicidade de problemas que afectam a lavoura da região e por todo o país, muito em particular a agricultura familiar.

Ao nível do distrito de Leiria, todos os sectores mais importantes da agricultura local defrontam sérias dificuldades. Problemas que passam por dificuldades na comercialização, a fruta que não atinge as calibrações exigidas no mercado, a grande concorrência dos produtos externos ao nível do sector hortícola, o facto de o mercado não contemplar os vinhos de boa qualidade, a importação de arroz com preços impossíveis de praticar na produção nacional, pois se baseiam no baixíssimo custo de mão-de-obra noutros países, o flagelo cíclico dos incêndios florestais, os obstáculos aos programas de Formação Profissional.

Um quadro que - com as suas variantes - se repete por todo o país, e que foi detalhadamente denunciado na intervenção, em Alcobaça, do representante da CNA.

De par da referência a alguns sectores específicos - neste momento com algum destaque para a pecuária, dada a situação

única das empresas agrícolas familiares; medidas sérias para o desendividamento das explorações e cooperativas; medidas imediatas para a segurança social dos agricultores e familiares e "ajudas comunitárias para os que produzem e trabalham a terra".

Particular destaque mereceu a questão fulcral das importações.

A CNA considera ser necessário "encontrar as formas de travar o total domínio do mercado nacional por produção estrangeira". E refere factos como, em Fevereiro passado, no mercado abastecedor do Porto, 90% das mercadorias transacionadas serem estrangeiras. Ou

Confederação, ter denunciado a importação de comboios de leite sem controlo de qualidade - foi motivo de nova denúncia e anúncio de uma grande campanha nacional de solidariedade.

A intervenção da CNA em Alcobaça terminou com uma nota de optimismo, de confiança em que "apoiados na enorme força dos agricultores portugueses, é possível defender a lavoura portuguesa".

Confiança que passa pela luta por uma realidade diversa da "ditadura da política agrícola imposta ao nosso país por Bruxelas". Na convicção de que, embora "com dificuldades e correndo riscos", é possível "defender, no



criada em torno das vacas loucas -, o representante da CNA denunciou as condições em que se faz a lavoura nacional e que "determinam no fundamental a competitividade da nossa agricultura".

Os agricultores portugueses exigem, nomeadamente, custos dos factores de produção idênticos aos dos parceiros europeus; uma fiscalidade, um crédito e um seguro agrícola que tenham em conta a especificidade do trabalho agrícola e a natureza

ainda, o continuar a vender-se, sobretudo nas grandes superfícies, milhares de pacotes de litros, de quilos, de leite, de batata, de vinho, de azeite, de carne, sem que nada se saiba da sua proveniência. Ou a entrada de produção agroalimentar sem qualquer fiscalização.

O processo movido pela multinacional PARMALAT ao dirigente da CNA, Armando de Carvalho - já referido nas páginas do nosso jornal - por este dirigente, em consonância com a

quadro da integração comunitária, a agricultura e os agricultores portugueses". Tal como tem sido possível em relação a outros países. Com medidas como a atribuição de diferentes subsídios e ajudas, o "travar de importações pelo controlo e regras técnicas e sanitárias relativamente aos produtos importados", ou o "adequar as indemnizações compensatórias e as medidas agroambientais" à especificidade das explorações agrícolas e da agricultura nacional.

Movimentos anti-racistas em Estrasburgo

A convite do eurodeputado Sérgio Ribeiro, e organizado pelo grupo parlamentar do PCP, deslocou-se a Estrasburgo, entre 14 e 20 de Abril, um grupo de 35 pessoas, fundamentalmente ligadas aos movimentos anti-racistas em Portugal.

O grupo incluía representantes das Câmaras de Lisboa, Vila Franca, Amadora e Loures, da Interjovem e Sindicato da Construção Civil, e ainda das associações anti-racistas Moinho da Juventude, Encosta Nascente, Mãos Unidas, GTP7, Quinta do Mocho, Associação Cabo-verdiana do Barreiro, Pastoral dos Ciganos, Jovens Artistas Africanos, Frente Anti-racista (elementos da direcção e representantes dos núcleos de Lisboa/Amadora, Seixal, Almada/Barreiro e Setúbal), Casa do Brasil.

O objectivo da visita era dar a conhecer aos nossos deputados no Parlamento Europeu, ao Comissário João de Deus Pinheiro e ao Presidente do Par-

lamento Europeu os problemas existentes em Portugal e Europa, no que respeita ao racismo, xenofobia, discriminação, intolerância.

Pratendia-se, por outro lado, que a delegação proveniente de Portugal tomasse conhecimento do funcionamento do Parlamento Europeu, das possibilidades de atribuição de fundos para o combate ao racismo e à exclusão, e ainda da posição dos nossos deputados nesta matéria.

A viagem incluiu uma visita ao campo de concentração de Struthof, o único campo de extermínio construído pelos nazis em França.

Uma delegação do grupo foi recebida pelo Presidente do Parlamento Europeu.

Realizaram-se ainda encontros com os nossos deputados no PE, com o Comissário João de Deus Pinheiro e com o Fórum Migrantes.

No final da visita, realizou-se uma conferência de imprensa.



PCP

Carlos Carvalhas em Lisboa

Desenvolver luta de massas contra ofensiva de direita

Sob o lema «PCP, um projecto de futuro para Portugal», e no âmbito do «Ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP» promovido pela Organização Regional de Lisboa, realizou-se no passado dia 24 de Abril, no Espaço Cultural Vitória, um debate que contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

A abrir o debate, que teve a presença de cerca de 100 pessoas, Carlos Carvalhas fez uma intervenção onde começou por abordar as transformações que se estão a verificar no mundo a nível político, económico e social, referindo alguns aspectos através dos quais elas se manifestam: a crescente mundialização da economia, a supranacionalidade, a sofisticação das formas de exploração capitalista.

Perguntando se «será utopia regressar a Marx», Carlos Carvalhas mostrou-se preocupado com o agravamento de fenómenos como o desemprego, a pobreza e a fome e lembrou que a experiência levada a cabo nos ex-países socialistas, designadamente na União Soviética, apesar dos erros e desvios cometidos (que os afastou do ideal socialista), havia feito regredir estes fenómenos e proporcionado avanços em matéria de direitos sociais que a Humanidade não havia conhecido. É assim

que os retrocessos ao nível dos direitos dos trabalhadores, os ataques à economia e independência nacionais a que hoje assistimos comprovam que «lutar para transformar o mundo é mais actual que nunca», disse.

É preciso reafirmar que o PCP é a oposição de esquerda, afirmou o secretário-geral dos comunistas, comentando a previsível reacção dos partidos de direita face ao justo descontentamento que as consequências da política do PS irão naturalmente suscitar nos trabalhadores e camadas mais desfavorecidas da população. Quando o PSD e o PP vie-

rem falar em «caos» e atribuir a sua responsabilidade à «política de esquerda» que está a ser seguida, é preciso esclarecer que esta política do PS não é de esquerda mas sim a «continuidade da política de direita», sendo por isso que não resolve qualquer dos grandes problemas do povo e do país, afirmou Carlos Carvalhas, que considerou ainda que sem o PCP não existe política de esquerda.

A seguir à intervenção do secretário-geral do PCP, foram colocadas as mais diversas questões: como fazer passar a mensagem do

aparecimento das dívidas à Segurança Social não é uma forma camuflada de desresponsabilizar o Estado das suas obrigações sociais e propiciar o aparecimento de esquemas privados de complementaridade? Não se deverá estudar e eventualmente retomar as formas usadas a seguir ao 25 de Abril para «agitar consciências», como as conversas no café ou no autocarro?

Esclarecendo todas as questões e perguntas, Carlos Carvalhas concluiu manifestando o legítimo orgulho do PCP nos seus 75 anos de luta firme e coerente em defesa dos interesses dos trabalhadores e do país. E, alertando para a grande ofensiva em curso contra os direitos sociais dos trabalhadores, considerou que ela exige uma resposta de massas e o reforço do Partido e da sua estrutura orgânica.

Por fim, a propósito do papel da comunicação social, o secretário-geral dos comunistas fez questão de lembrar que «o último Governo caiu por força da luta de massas e não por quaisquer factos mediáticos». Mas existe de facto, prosseguiu, uma campanha de silenciamento ou deturpação das nossas posições por parte dos principais órgãos de comunicação social, que deve

levar-nos a potencializar os nossos meios e divulgar e melhorar a nossa imprensa com vista a minorar os seus efeitos. Fazer passar a mensagem do PCP e aproximar a sua influência eleitoral da influência social é tarefa que cabe a todos os militantes do Partido, afirmou ainda Carlos Carvalhas que aproveitou para dar conhecimento da tendência forte que se está a verificar no sentido do avanço das listas unitárias para as Comissões de Trabalhadores, dando como exemplo o caso da CT dos CTT onde, nesse mesmo dia, a lista unitária havia obtido a maioria.



Partido; a postura dos dirigentes do Partido nas entrevistas às televisões; as novas formas de exploração do capitalismo e as novas formas de organização e mobilização dos trabalhadores; a necessidade de um melhor aproveitamento da imprensa do Partido; a construção do homem novo.

As questões levantadas por alguns militantes suscitavam respostas ou novas questões por parte de outros. E o debate continuava: «Faz sentido», no contexto da União Europeia ou da assinatura do GATT, «falar em independência e soberania nacionais?» O

5.ª Assembleia da Amadora discute criação de novas freguesias

Martinho Baptista, Joaquim Dias e José Carlos Mendes, membros da Comissão Concelhia da Amadora, em conversa com o «Avante!», informaram sobre o andamento dos trabalhos preparatórios da 5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora que se realiza no próximo dia 4 de Maio, na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora.

Culminando o intenso debate que desde 1995 se está a desenvolver nas organizações do concelho, os trabalhos da Assembleia, que se iniciam às 10.00 horas e encerram às 19.00 com a intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do CC, serão acompanhados por diversos convidados de ORTs e movimento associativo do concelho e, ainda, por individualidades do sector intelectual e independentes das listas CDU.

O projecto de documento sujeito à apreciação dos 260 delegados presentes na Assembleia foi discutido por centenas de militantes, em cerca de duas dezenas de reuniões preparatórias, e mereceu já 50 propostas de alteração. Para além deste documento, os delegados irão ainda discutir e aprovar uma «carta dos direitos da cidade» com as principais reivindicações da Amadora e eleger uma nova Comissão Concelhia.

Os efeitos nefastos que a política de direita teve no plano económico, social e cultural traduziram-se no concelho da Amadora pelo encerramento de empresas, o aumento do desemprego e a proliferação dos fenómenos de exclusão social, cifrando-se hoje em 14.500 o número de desempregados no concelho da Amadora,

dizem estes dirigentes concelhios. Só entre Fevereiro de 1995 e Fevereiro de 1996 o desemprego aumentou 14 por cento neste concelho.

Para travar este processo de degradação social, de destruição do aparelho produtivo e promover o desenvolvimento do município entendem os comunistas da Amadora que são necessárias políticas e respostas para cuja definição se propõem contribuir com a discussão realizada nesta Assembleia. E, definindo como prioridades de trabalho no concelho a acção do Partido junto dos trabalhadores, das populações, da Juventude e do Movimento Associativo, consideram que esse bom desempenho passa pela renovação substancial e o rejuvenescimento da Comissão Concelhia actual.

A 5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora, para além da reflexão sobre as questões de organização e as grandes questões socioeconómicas, culturais e ambientais que afectam as pessoas e a cidade, discutirá uma proposta de reorganização do concelho e a criação de novas freguesias (na Venda Nova, na zona que vai do Casal de S. Brás para norte e, eventualmente, em Alfontelos).

Definindo ainda como objectivos eleitorais para 1997 a recuperação do vereador e das três presidências de junta de freguesia que a CDU perdeu nas eleições anteriores, o PCP propõe-se na Amadora, através do desenvolvimento e aprofundamento da luta social, aproximar a sua influência eleitoral da influência social.

AMADORA

Carlos Carvalhas visita Bienal

A convite do Presidente da Câmara Municipal, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, visitou no passado domingo a 5ª Bienal de Gravura da Amadora, inaugurada na véspera na Fábrica da Cultura daquela cidade.

LOURES

Atrasos na EN 10

Os atrasos verificados na construção da variante à Estrada Nacional nº10 preocupam os comunistas de Loures, que recordam em comunicado que aquela via constitui uma antiga reivindicação da população e assume um papel estruturante em toda a rede viária da zona oriental do concelho.

Projectada como uma marginal ao rio Tejo, a variante irá permitir descongestionar o tráfego da EN 10 garantindo, ao mesmo tempo, o acesso ao rio e a melhoria da qualidade de vida na área.

Deste modo, o PCP está solidário com a posição da CM de Loures que se opõe à instalação de infra-estruturas e novos equipamentos industriais naquela zona, nomeadamente o novo terminal de mercadorias da CP e a estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (ETRSU), sem que o Governo se comprometa claramente a construir a variante à EN 10.

PRÉ-ESCOLAR

PS não cumpre

Citando a Constituição da República, que refere expressamente incumbir ao Estado «criar um sistema público de educação pré-escolar», o Executivo da Comissão Concelhia de Loures, em comunicado à população, mostra a sua apreensão quanto ao cumprimento das promessas do PS.

O primeiro-ministro, dizem os comunistas, anunciou recentemente a intenção do Governo de investir mais de 20 milhões de contos na área do pré-escolar mas a verdade é que em 31 de Março, em declarações à TSF, o secretário de Estado da Educação referiu também que as verbas anunciadas não terão implicações, em termos de investimentos, neste ano orçamental.

O alargamento da rede pública do pré-escolar é uma exigência que obriga necessariamente à intervenção do Estado, afirma o comunicado que informa ainda a existência no concelho de uma população infantil da ordem das 17.500 crianças (na faixa etária dos 3 aos 6 anos), das quais só 7% integradas em jardins de infância da rede pública.

Para minorar as carências do concelho, foram construídos 31 jardins de infância pelo Município, um terço dos quais, tendo estado em projecto de portaria até Janeiro passado, obrigou o Município a assumir os encargos daí resultantes de forma a não inviabilizar o funcionamento destes jardins.

SANTA MARGARIDA

Alargamento do campo militar

As populações reagiram com dúvidas e inquietações ao projecto de alargamento do campo militar de Santa Margarida que, a concretizar-se, afectaria em especial os concelhos de Abrantes, Chamusca e Ponte de Sôr.

A matéria foi de resto objecto de uma pergunta, ao Governo, do Grupo Parlamentar comunista, interrogando-se se seria justificável «tão grande alargamento da área de servidão, ocupando, no caso da Chamusca, cerca de metade da área do concelho com as consequências económicas, sociais, na circulação de pessoas e no desenvolvimento da região, que resultam de tão ampla servidão e das restrições previstas na legislação em vigor».

O PCP considera que é necessário alterar a legislação geral sobre servidões militares, que tem cerca de 40 anos, sem o que «é de todo injustificado» alterar os limites do campo, devendo ser suspensa a aprovação do Decreto-lei, actualmente em fase terminal de inquérito público.

ALVERCA

População quer Centro de Saúde

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP de Alverca, está em curso uma recolha de assinaturas reivindicando um Centro de Saúde para a localidade.

O abaixo-assinado, lançado no passado dia 20 de Abril, recolheu em pouco mais de uma hora mais de 500 assinaturas, o que revela uma forte adesão à iniciativa por parte da população, farta de promessas não cumpridas.

Os comunistas referem que desde há vários anos que a Câmara de Vila Franca de Xira disponibilizou um terreno para o Centro de Saúde, mas nem mesmo assim a construção avançou. De resto, no último Orçamento do Estado, os deputados do PCP viram chumbada aquela proposta com os votos contra do PS e a abstenção do PP e do PSD.

A recolha vai continuar nas próximas semanas sendo depois as assinaturas enviadas ao Ministério da Saúde e aos Grupos Parlamentares da AR.

Regionalização Continuar e aprofundar o debate

O tema da regionalização tem sido objecto de análise por parte das diferentes estruturas regionais do Partido. São numerosas as tomadas de posição e várias iniciativas têm sido promovidas e estão anunciadas para as próximas semanas para prosseguir e aprofundar a reflexão, partindo do sólido pressuposto de que a instituição das Regiões administrativas é fundamental para o desenvolvimento do País.

No passado dia 20 de Abril, em São João da Madeira, teve lugar uma reunião distrital de quadros do distrito de Aveiro, em que participou Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP. Nas conclusões, posteriormente divulgadas em conferência de imprensa, os comunistas aveirenses sustentam que a instituição das regiões «possibilitará soluções integradas para muitos problemas

intermunicipais», bem como «uma escala superior de planeamento» do desenvolvimento de acordo com as potencialidades locais.

Esta ideia é contraposta à realidade actual em que «numerosos e importantes aspectos da vida económica, social, cultural e até religiosa estão subordinados a diferentes tutelas sediadas fora do distrito».

A questão do referendo

A reunião de quadros comunistas de Aveiro foi clara quanto à possibilidade de referendar a regionalização, considerando que «a introdução de um referendo nacional nesta matéria representaria um grave precedente de referendando de matérias constitucionais que conduziria à institucionalização da figura do plebiscito da própria Constituição».

Em contrapartida, o PCP defende um projecto «construído de baixo para cima» com larga participação popular incluindo «a utilização plena do referendo orgânico ou indirecto, consagrado pela Constituição - a consulta às Assembleias Municipais».

Para os comunistas tal consulta deverá ocorrer duas vezes: a primeira para aprovação da área de partida e a segunda na instituição em concreto das regiões.

Também o executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve, afirma em comunicado que «a exigência colocada pelo PSD e pelo CDS/PP de um referendo nacional» sobre a regionalização, «procurando plebiscitar a Constituição», tem como objectivo «travar mais uma vez a criação das regiões administrativas ou obter como moeda de troca do PS uma revisão constitucional que varresse da Constituição direitos e regalias dos trabalhadores e consagrasse um sistema eleitoral que com menos votos permitisse a eleição de mais deputados pela direita».

A DORAL vê como «no mínimo preocupantes as hesitações e contradições manifestadas pelo PS quer quanto ao calendário a cumprir (...) quer quanto às competências e meios financeiros» a atribuir às futuras regiões.

Este facto é ainda agravado pela existência de duas Comissões de Coordenação Regional (Norte e Centro) que partilham entre si Aveiro, demonstrando insensibilidade para os problemas locais, falta de coordenação e insuficiência de medidas.

Sem capital e polinucleada

As duas últimas assembleias da ORAV do PCP consideraram que «a região Administrativa deverá ter o distrito de Aveiro como área de partida». Contudo, os comunistas pensam que neste processo «tem papel determinante a vontade das populações expressa através das assembleias municipais». Assim, sublinhando não pretender «impor administrativamente determinado desenho de regiões que não correspondam ao sentir dos portugueses», a ORAV admite que «as áreas de partida podem não corresponder às de chegada».

Por outro lado, salienta que a proposta do PCP de criação da Beira Litoral em resultado da junção dos distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu «corresponde ao essencial da posição repetidamente assumida pela Organização Regional de Aveiro do PCP».

Mas para a lém da discussão geográfica, os comunistas estão interessados em que «sejam fixados os princípios legais que estabeleçam claramente novos equilíbrios e relações entre os actuais três distritos».

Neste sentido, defendem uma região sem capital e a distribuição dos órgãos e serviços regionais pelos vários núcleos urbanos, bem como a criação de delegações dos serviços fora da sede de cada um deles.

Recordando que o PCP tem tido um papel coerente e exemplar, a reunião de quadros salientou que «está novamente na vanguarda do processo» depois de ter apresentado em Dezembro de 1995 três projectos-lei sobre a matéria e ter elaborado um pacote de legislação complementar que define a criação, instituição, atribuições e finanças das Regiões Administrativas.

Ao contrário, no PS reina a indefinição no que respeita às atribuições e competências, facto que é motivo de preocupação uma vez que «não interessa desenvolver todo este processo, com todos os seus custos se dele apenas resultar uma espécie de Comissão Técnica Eleita, sem competências próprias nem recursos».

Combate às deturpações

Por seu lado, reagindo às afirmações recentes do líder do PSD da Guarda, a DORG esclareceu em conferência de imprensa que «os projectos do PCP não visam retirar autonomia ao distrito» mas pretendem «dar-lhe mais autonomia, mais competências e mais meios financeiros», hoje concentrados na Comissão de Coordenação da região Centro e em outros serviços que o Governo do PSD retirou do distrito da Guarda.

A DORG acusa e responsabiliza o PSD por ter levado para Coimbra a Administração Regional de Saúde, o Centro Regional de Segurança Social e para Viseu a Delegação do Banco de Portugal, para além de «esvaziar» o distrito de muitos outros serviços e competências.

A nota divulgada frisa igualmente que, «ao contrário do que afirmam os adversários da Regionalização, esta não deve ser concebida como um processo de divisão do País, mas sim como um processo através do qual os municípios se unem para criar uma nova entidade,

capaz de assumir as atribuições e competências que são fundamentais para a modernização e democratização da Administração Pública e para o desenvolvimento das regiões».

Erguendo a voz contra a «verdadeira avalanche de falsificações acerca dos poderes a atribuir às futuras Regiões Administrativas, de pretensão aumento de burocracia e recursos financeiros», a DORAL do PCP alerta para a campanha para criar «artificialmente um clima de pseudoconflitos entre regiões» lançada, «uma vez mais pelos velhos e novos inimigos desta importante reforma do Estado».

A regional algarvia do PCP recorda no seu comunicado «as consequências das decisões tomadas longe dos interesses regionais e aplicadas por órgãos que não prestam contas à região» concluindo que a Regionalização constitui um «importante instrumento institucional para assegurar (...) melhores soluções para o desenvolvimento económico de cada região e para o aprofundamento das raízes e características democráticas do regime».

Setúbal PS desorientado

Confrontado com a possibilidade da perda de mandato do Presidente da Câmara de Setúbal, o PS «manifesta uma enorme desorientação e envereda desesperadamente pela criação de factos políticos e do ataque pessoal», diz a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP em comunicado à população.

Só assim se justifica que os socialistas caiam «no absurdo» de transformar a referência do Tribunal de Contas a um eventual erro dos serviços de gestão financeira da Câmara (sob a responsabilidade, aliás, de Máta Cáceres) - a opção entre dois possíveis critérios de emolumentos a pagar ao notário privativo da Câmara, dr. Manuel Salazar - numa acusação pública de «grave irregularidade» ao trabalho da Câmara. Acusação tanto mais torpe, consideram os comunistas de Setúbal, quanto é certo que a confirmar-se tal anotação ela deverá ser imputada à falta de rigor e controlo da Gestão da Câmara e não a irregularidades do trabalhador.

As concelhias do PS, tentando instrumentalizar o Governo e o aparelho do Estado, querem levar as inspecções «a um nível de intromissão no poder local a que nem o PSD ousou chegar», denuncia a Concelhia de Setúbal. E afir-

ma que, ao contrário do que o PS pretende, o que se passa na Câmara de Setúbal não é comparável a situações de outras Câmaras. Na Câmara de Setúbal o que está em causa não é o incumprimento «de pequenas formalidades burocráticas, mas sim gravíssimas irregularidades e ilegalidades no quadro de uma gestão incompetente, arrogante, esgotada, incapaz de dar resposta aos problemas das populações e sem projecto para a futuro».

Os resultados dos Inquéritos da Inspeção Geral de Administração do Território e da Inspeção Geral de Finanças vieram, aliás, comprovar a justeza das preocupações que o PCP e variados sectores da população de Setúbal têm manifestado em relação aos problemas e situação do município, acabando por conduzir à suspensão do mandato de Mata Cáceres.

Nada demoverá os comunistas e os eleitos da CDU do objectivo de continuar a lutar na defesa dos interesses da população, reafirma a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP que promete continuar a trabalhar para a resolução dos problemas e «intervir para que seja promovida uma real mudança que reponha o concelho de Setúbal na senda do desenvolvimento».

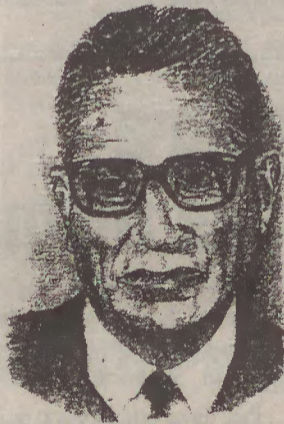
Rostos do 25 de Abril

A Junta de Freguesia de Alverca incluiu no seu programa de comemorações do 22º aniversário do 25 de Abril uma iniciativa que, pelo seu interesse e originalidade, aqui destacamos.

Trata-se de uma exposição de 25 rostos desenhados por Carmo Santos de «homens que, pelo seu passado de luta antifascista e acção na revolução dos cravos, contribuíram para instaurar a democracia».

Ali estão, com efeito, no Salão Polivalente da Biblioteca Municipal de Alverca, caras que se tornaram familiares aos portugueses nos dias mais quentes da revolução, no plano militar e civil, na área mais directamente política e na área da cultura, favorecendo abertamente o processo revolucionário ou tentando contê-lo e contrariá-lo.

No acto da inauguração da exposição, a Junta de Freguesia homenageou e distinguiu com o Galardão de Mérito Social o camarada **Josué Martins Romão**, de 84 anos de idade, participante na revolta dos marinheiros, que esteve preso no Tarrafal durante dezasseis anos e que, depois de liberto, nos anos 50, desenvolveu, em Alverca e em prol da sua gente, intensa actividade como cidadão, dirigente de várias associações, militante comunista e eleito da CDU. O seu rosto é um dos 25 desenhados por Carmo dos Santos.



Josué Romão é um dos 25 rostos desenhados por Carmo dos Santos

Rectificação

No Avante de 18 de Abril, na peça sobre a III Assembleia de Organização Regional de Lisboa, a propósito do funeral do camarada Rogério Amaral, escreveu-se erradamente que nele teria participado João Zagalo, membro da DORAL, quando, de facto, foi o camarada José Zagalo, da célula dos Artistas Plásticos da ORL, que aí esteve presente. Pelo lapso, apresentamos as nossas desculpas.

CAMARADAS FALECIDOS

Américo Martins Pinto

Faleceu, no passado dia 26 de Abril, **Américo Martins Pinto**, de 74 anos de idade. Profissional de Seguros reformado, militava na Organização de Freguesia de S. Mamede de Infesta (Matosinhos).

Filipe Paulo Costa e Silva

Faleceu, com 42 anos de idade, **Filipe Paulo Costa e Silva**. Militante do Partido desde 1987, era membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Torres Vedras.

Francisco dos Santos Marques

Faleceu **Francisco dos Santos Marques**, militante comunista de longa data. Teve um papel activo na organização do partido na empresa Cometna (antiga Alfredo Alves) na Amadora e era actualmente membro da célula dos reformados da Falagueira/Venda Nova.

O seu funeral foi uma manifestação de pesar em que se incorporaram antigos companheiros de trabalho e muitos camaradas e amigos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Nota da Comissão Política

Em seis meses de governação PS converge à direita e com a direita

Em conferência de imprensa realizada na terça-feira, Agostinho Lopes apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP, que fez uma análise dos seis meses de governação do PS. O texto da declaração é aqui publicado na íntegra.

1. Há uma semana, o Partido Comunista Português, por intermédio do seu Grupo Parlamentar, lançou ao Governo um sério aviso sobre a degradação da situação económica e social, e sobre as pesadas responsabilidades que o PS assume se persistir em continuar, em aspectos fundamentais e determinantes, a política que foi derrotada em 1 de Outubro. O PCP, como foi dito, quis assim fazer uma pausa sobre o delírio e o frenesim virtual dos factos mediático-políticos com que a direita tem procurado afastar a opinião pública dos problemas reais do País, nomeadamente do agravamento do desemprego, e permitir ao Governo uma reflexão serena sobre os caminhos que está a trilhar.

Ontem, o Governo, ao proceder ao balanço de seis meses da sua política e acção, voltou, infelizmente, a instalar-se na cultura do contentamento, sem tirar as devidas conclusões das patentes consequências das políticas que está a seguir. Sem querer perceber que o desencanto, a desilusão e o descontentamento com a sua política têm vindo progressivamente a instalar-se.

Ao reafirmar como prioridades do Executivo as políticas de Maastricht - integração de Portugal no núcleo central da Europa comunitária, e a aposta na modernização dos sectores produtivos com vista à internacionalização da economia portuguesa e ao aumento da competitividade, o que, traduzido, significa a continuação das privatizações de alavancas fundamentais da economia portuguesa, das políticas de liberalização e desregulamentação económica e social, da política de concentração de riqueza -, é uma evidência que se chegará ao fim do ano com novas empresas em graves situações financeiras, com muito mais desemprego e com um tecido produtivo ainda mais vulnerável.

Nestes termos, é legítimo prever que não será o «Programa de recuperação e apoio a empresas em dificuldades», a sair hoje do Conselho de Ministros, que permitirá a inversão da situação de crise instalada em múltiplos sectores e empresas da economia nacional.

As medidas pontuais positivas sobre alguns aspectos não escondem que, no essencial, o PS prossegue a política do PSD, fazendo do social um subproduto, bem evidenciado na tese também ontem reafirmada no Centro Cultural de Belém, da «construção de uma rede social de protecção» como terceira prioridade do Executivo. Isto é, a rede necessária para os homens e mulheres que caíram do trapézio da economia «competitiva»...

2. De facto, na avaliação do balanço político dos seis meses do Governo do PS, sobressai, nas questões de fundo, uma efectiva linha de convergência à direita e com a direita, em torno das principais medidas, decisões e resoluções do Governo.

São traços marcantes desse percurso com a direita a satisfação de velhas e novas reivindicações do grande capital (flexibilidade e polivalência, prosseguimento das privatizações, o não

estabelecimento do horário de 40 horas, e a oposição à reposição da idade de reforma das mulheres aos 62 anos) mesmo à custa da violação de promessas eleitorais, a negociação e aprovação do Orçamento do Estado com o PP, na indiciada convergência com a direita em torno dos projectos de perversão das leis eleitorais, nas recentes e evidente vacilações e cedências ao PSD e ao PP em matéria de regionalização.

A postura dialogante não pode servir para mascarar e esconder a resignada e passiva aceitação da herança cavaquista, a opção pela ditadura monetária e neoliberal de Maastricht, a continuação em questões centrais de uma política de concentração e centralização de capital, a acrescida exploração do trabalho, e da efectiva convergência com os partidos de direita.

3. Está há muito anunciada para o Conselho Ministros de hoje a aprovação de um Pacote de medidas legislativas e financeiras para socorrer 2 500 empresas em dificuldades.

Das medidas que entretanto foram sendo divulgadas, tudo indica tratar-se apenas de mais um conjunto de operações de cirurgia económica e medicamentação financeira e fiscal (e, nalguns casos, de obrigatoria «eutanásia»). Não respondendo, pela assumida inflexibilidade das políticas macroeconómicas decorrentes de Maastricht, às causas fundamentais dos problemas e dificuldades das empresas, nem fazendo a discriminação e a tipificação das situações existentes, é uma evidência que a possível salvação de 200 ou 300 empresas (o que é importante) não vai travar o crescimento global do desemprego (pelo contrário, algumas das medidas vão intensificar o seu ritmo), nem romper com o marasmo da economia nacional.

Sem pretendermos, como outros, que os problemas da economia se devam, fundamentalmente, a desonestidades e ilegalidades dos empresários, não podemos deixar de referir que tudo aponta para que o Governo não responda sequer com as medidas e o reforço de meios que uma crescente criminalidade económica exige para pôr fim à descapitalização de empresas, a actos ilícitos no incumprimento de obrigações fiscais e parafiscais, de ofensa aos interesses e violação dos direitos dos trabalhadores e credores das empresas, e às falências fraudulentas, de que a Abel Alves de Figueiredo é um caso exemplar, infelizmente muito longe de ser o único.

4. Face ao agravamento da crise económico-social, reafirmamos que Portugal necessita com urgência de uma mudança de rumo, de uma nova política, assente nas seguintes grandes propostas:

1ª Que se abandonem as políticas monetaristas de Maastricht e se substituam por políticas que privilegiem o crescimento económico acelerado e favoreçam o aumento do emprego, não apenas como um fim, mas também como um meio para um desenvolvimento sustentado. Que se combata a política de deslocalização de empresas.



Agostinho Lopes divulgou, na terça-feira, a análise da Comissão Política sobre os seis meses de governação do PS

2ª Que, em matéria de políticas comerciais, se assegure, no âmbito da União Europeia (acordos com países terceiros) e da revisão dos acordos do GATT, a alteração do processo de desregulamentação dos mercados e abolição artificial das fronteiras, pondo-se termo ao fundamentalismo neoliberal em curso. Que se desenvolvam sólidas relações comerciais, com base no respeito e no interesse mútuos, com os países de língua oficial portuguesa e com os países latino-americanos. Que se contribua para uma ordem económica internacional mais justa.

3ª Que se defenda e promova a produção nacional e o seu consumo.

4ª Que se ponha termo à política de privatizações e que se arranque com uma política de reestruturação, modernização e aproveitamento das sinergias do sector público da economia portuguesa.

5ª Que se implemente uma política de distribuição do rendimento que ponha cobro à actual e injusta repartição contra quem trabalha, favoreça o crescimento sustentado da procura interna e a acumulação para investimento reprodutivo, e penalize a acumulação financeira parasitária.

6ª Que se alargue rapidamente a prestação de serviços sociais, designadamente no âmbito da saúde, da educação, da rede de ensino pré-escolar, do apoio à terceira idade e da habitação.

7ª Que, através do investimento público, da distribuição de recursos e de incentivos fiscais e outros instrumentos, se promova o desenvolvimento local e se combata a desertificação das regiões do interior.

8ª Que seja abandonada a revisão da legislação laboral e a desregulamentação em curso com a proposta de lei da flexibilidade e da polivalência. Que sejam dignificados e valorizados os direitos de quem trabalha. Que seja posto termo ao trabalho infantil. Que seja drasticamente reduzido o recurso ao trabalho precário, designadamente na Administração Pública e no primeiro emprego. Que seja redu-

zida a duração do horário de trabalho semanal para 40 horas, sem perda de direitos e sem redução de salários.

9ª Que o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego cubram todos os desempregados, e que se implemente rápida e efectivamente o Rendimento Mínimo Garantido.

10ª Que se defenda e aperfeiçoe o sistema público de Segurança Social, garantindo os direitos adquiridos a todos os beneficiários do sistema. Que se melhorem as prestações sociais e se proceda à elevação significativa e continuada dos seus valores. Que se reforce e altere o financiamento da Segurança Social, de forma a aliviar os encargos suportados pelas empresas de «trabalho intensivo» e a redistribuí-los pelas empresas «capital intensivas».

11ª Que se elabore um plano interministerial de recuperação económica das empresas em dificuldades, subordinado à defesa do nível de emprego e dos postos de trabalho, e que sejam reformulados os programas de apoio às empresas, de modo a privilegiar os jovens e os pequenos e médios empresários e o sector cooperativo, no acesso ao PEDIP, ao PROCOM, ao SIR e aos programas para a agricultura e as pescas.

12ª Que seja implementada uma política integrada de educação/formação que prepare os cidadãos para o trabalho, apoiada na formação de base, na promoção e facilitação da inserção na vida activa e no desenvolvimento da formação contínua, em articulação sistemática com o processo de desenvolvimento do País.

5. Na véspera das comemorações do 1º de Maio, o PCP saúda todos os trabalhadores portugueses e, em particular, a CGTP-Intersindical Nacional, apelando a uma massiva participação no desfile, do Campo Pequeno à Cidade Universitária, transformando-o numa grande jornada de luta pelo trabalho com direitos, e reafirmando a sua firme e inequívoca rejeição à proposta de lei do Governo PS sobre a desregulamentação dos horários de trabalho e a polivalência.

Reforma das mulheres



O Parlamento aprovou o projecto de lei do PCP que repõe a idade de reforma das mulheres aos 62 anos. Favoravelmente, para além do partido

subscritor do diploma, votaram os "Verdes" e a deputada independente do PP, Manuela Moura Guedes, num total de 15 votos. Opção diversa tiveram os 12 deputados da Juventude Socialista - os únicos deputados que se pronunciaram contra, à revelia da orientação do seu grupo parlamentar -, enquanto os restantes deputados do PS, bem como as bancadas do PSD e do PP, adoptaram uma posição de abstenção. Com esta iniciativa legislativa, que baixou à Comissão para discussão e votação na especialidade, o Grupo comunista pretende reparar o que considera ser uma injustiça feita pelo anterior governo do PSD às mulheres portuguesas. Os deputados do PCP nunca aceitaram, com efeito, em obediência a motivações exclusivamente economicistas, o anterior governo tenha concretizado uma alteração que em sua opinião constituiu "um grave retrocesso nos direitos sociais das mulheres". Aguarda-se agora pela agendamento de um outro projecto de lei, este do PS, versando idêntica matéria, o qual estabelece que as mulheres poderão ver antecipada a idade de reforma em um ano por cada filho, até um máximo de três.

Defender a carne nacional



A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) criticou no Parlamento o atraso na adopção de medidas por parte do Governo para salvaguarda da carne

portuguesa face à doença das "vacas loucas". Armando Freitas, que falava em nome da CNA na audição pública que sobre esta matéria terminou na passada semana na Assembleia da República, defendeu mesmo o encerramento das fronteiras portuguesas à entrada de bovinos, sugerindo simultaneamente a criação de "condições internas para que, através de uma comissão, se tomem medidas para salvaguardar a belíssima carne portuguesa". Joaquim Casimiro, também da CNA, considerou que as medidas anunciadas pelo Governo "foram tardias", assinalando que, além disso, "ninguém sabe quando se vão concretizar", pelo que, observou, é "indispensável que se concretizem o mais rapidamente possível".

Revisão constitucional



Foi dada posse, na semana transacta, aos deputados que integram a Comissão Eventual de Revisão Constitucional. Composta por 31 deputados,

nela estão representados o PS (15 deputados), PSD (11), CDS/PP (2), PCP (2) e PEV (1). Todos os partidos, à excepção do PS, indicaram a totalidade dos nomes dos deputados que integram a Comissão. Na ocasião, o Presidente da Assembleia da República apelou aos deputados para colocarem o "interesse nacional" acima das "querelas partidárias" no decorrer dos trabalhos de revisão constitucional. "Não há trabalho mais excitante para o legislador do que fazer e rever a Constituição", disse Almeida Santos, que considerou igualmente existirem condições para a revisão correr "bem e depressa, tão depressa quanto possível e tão devagar quanto o necessário".

Defender Abril e a Constituição

Foi com uma sessão solene, à qual assistiram representantes das mais variadas entidades e numerosas personalidades, entre os quais os militares de Abril, que a Assembleia da República assinalou o 22º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Presidida por Jorge Sampaio, que interveio no final, a sessão teve ainda como oradores o Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, e deputados em representação de todos os partidos com assento parlamentar.

Intervindo em nome da formação comunista, Luísa Mesquita começou por prestar homenagem aos que tiveram um papel decisivo no virar de "uma página escura e hedionda da história de todos nós", fazendo notar a importância de a recordar para que o "conhecimento de um passado de autoritarismo" assumia a pedagogia "capaz de afastar do tempo e do espaço do nosso quotidiano presente e futuro hipotéti-

cas ou manifestas pulsões saudosistas".

E se a liberdade, como tão bem a descreveu Luísa Mesquita, "é a proposta mais grandiosa que Abril depositou nas mãos dos homens e mulheres", constituindo-se como a pedra angular do regime, não é menos certo que a democracia não se esgota nela.

Referia-se a deputada do PCP ao muito que ainda "há por fazer" no sentido do aperfeiçoamento da democracia, isto é, na reparação de "muitas injustiças, muitas desigualdades, muitas ausências de oportunidade, muitas exclusões geradoras de conflitos e violências".

Reportando-se ao trabalho do Parlamento, Luísa Mesquita sublinhou que "também aqui é preciso continuar Abril, produzindo textos legislativos que garantam mais democracia e mais progresso", defendendo ao mesmo tempo a Constituição da República e todo o "património de democracia política, social, económica e cultural que ela consagra".



Campo Militar de Santa Margarida Respeitar a vontade das populações

O secretário de Estado da Defesa reconheceu no Parlamento que a proposta de alteração da servidão do campo militar de Santa Margarida fixou uma "perspectiva maximalista", considerando que o processo está numa fase de "recolha de opiniões", pelo que, disse, não existe uma posição "pré-concebida" do Governo. Aquele membro do Executivo, que respondia assim a um pedido de esclarecimento sobre a matéria formulado faz hoje oito dias pela deputada comunista Luísa Mesquita, acrescentou que as reclamações que forem apresentadas no quadro da actual consulta pública não deixarão de ser objecto de "um cuidadoso estudo e ponderação" e de "ser tidas em conta na decisão que vier a ser tomada".

Em causa estão, concretamente, como explicou a parlamentar comunista, as consequências negativas que advirão para a região caso a proposta de alteração da servidão militar

venha a concretizar-se. Recçado pela população, pelas autarquias e pelos agentes económicos e culturais dos quatro concelhos afectados - sobretudo os da Chamusca e de Constância, que veriam mais de metade da sua área abrangida pelo novo polígono -, é o facto de um tal alargamento poder comprometer de modo irremediável os projectos de desenvolvimento em curso, particularmente os de turismo rural e de ordenamento florestal.

Depois de ter chamado a atenção para o desajustamento da legislação existente sobre esta matéria - remonta às décadas de 50 e 60 - Luísa Mesquita inquiriu sobre a possibilidade de o Executivo suspender o processo em curso, apresentando simultaneamente uma outra proposta que compatibilize os interesses socioeconómicos da região com as necessidades e exigências das Forças Armadas.

Núcleo antigo de Odivelas PCP quer medidas de salvaguarda

A recuperação dos edifícios históricos da zona antiga de Odivelas e do monumento do Sr. Roubado, a criação de novas bolsas de estacionamento e a adopção de medidas de apoio ao comércio, constituem algumas das medidas que a organização local do PCP quer ver implementadas no sentido da salvaguarda e valorização do património histórico e cultural e do núcleo antigo de Odivelas.

Para o efeito, como foi sublinhado no decorrer de uma visita realizada no último sábado à freguesia, os comunistas reclamam um maior protagonismo da administração central na defesa e preservação do núcleo histórico, entendendo que às autarquias cabe também um papel decisivo que

permita transformar esta área "num pólo importante de vida e de animação".

Contando com participação do deputado António Filipe, que assumiu o compromisso de diligenciar junto dos ministérios competentes no sentido da abertura ao público do Convento D. Dinis, a visita permitiu ainda clarificar a posição da Câmara relativamente a alguns projectos em curso. Pela voz dos vereadores Francisco Pereira e Paulo Piteira, ficaram-se a conhecer melhor, designadamente, os processos relativos às candidaturas ao URBAN e ao plano de pormenor da área de Pombais/Silvado, bem como sobre as obras da futura biblioteca municipal a instalar na antiga cantina D. Dinis.

Em causa as necessidades dos bombeiros

Apoios aquém do prometido e devido

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou a adopção, no terreno, de medidas reais que combatam o flagelo dos fogos florestais. No momento que se aproxima a época que em anos anteriores tem sido marcada por um rasto destruidor que consome a floresta e gera o pânico entre as populações, para os comunistas, importa, pois, que sejam rapidamente accionadas as medidas que evitem a repetição de tais situações, tanto mais que, salientam, a grande aposta deve incidir claramente na prevenção.

A questão foi suscitada pelo deputado Rodeia Machado, em intervenção recentemente proferida no período antes da ordem do dia, destinada, essencialmente, a chamar a atenção para algumas das principais questões que preocupam hoje os bombeiros portugueses.

Realce particular, entre os problemas recenseados, mereceu a questão dos apoios às Associações e Corpos de Bombeiros, apoios esse que, do seu ponto de vista, apesar do reconhecimento geral quanto à importância do seu trabalho a favor da comunidade, estão "aquém do prometido e das necessidades reais".

"Os bombeiros, apesar de melhor apetrechados para o combate a incêndios, continuam a ser os parentes pobres da protecção civil", salientou Rodeia Machado, citando, a este propósito, o facto de a lei que tipifica os corpos de bombeiros (permitindo-lhes receber do Estado as verbas mínimas necessárias para a sua sobrevivência) não ter entrado em pleno funcionamento no início do ano em curso, como previsto, e ter sido prorrogada a sua aplicação para Janeiro de 1997.

Outra matéria preocupante, segundo Rodeia Machado, é também o transporte de doentes em ambulâncias, devido à obrigatoriedade de alvará exigida aos bombeiros para desenvolverem esta actividade. A este respeito, o parlamentar comunista reiterou a intenção da sua bancada de rerepresentar um projecto de lei com vista a regular a actividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros.

Lembrados por Rodeia Machado foram ainda os atrasos no pagamento de dívidas aos bombeiros por parte das ARS e hospitais, situação que, alertou, está a causar grandes inconvenientes à vida das corporações.

PCP interpela Governo sobre crise social

Carlos Carvalhas

«É preciso que se mude de política enquanto é tempo»

Uma pausa no frenesim virtual

Ao realizar esta interpelação, o Grupo Parlamentar do PCP pretendeu com seriedade e objectividade alertar e avisar, mais uma vez, o Governo para os caminhos que está a trilhar e para as graves consequências económicas e sociais que daí decorrem.

Quisemos que se fizesse uma pausa no frenesim virtual dos chamados factos político-mediáticos e se revisitasse o país real.

Quisemos que se fizesse uma pausa para reflexão e que com serenidade a Assembleia da República e o Governo se debruçassem sobre os problemas dos cidadãos e do país, que se olhasse para o desemprego que não pára de aumentar, para os dramas e chagas sociais, para o marasmo económico, mas também para as potencialidades e as perspectivas positivas que se podiam abrir com outra política dando corpo aos anseios e esperanças e à grande vontade de mudança manifestada nas eleições de 1 de Outubro.

Quisemos que o Governo deixasse por algumas horas a cultura do contentamento, que por momentos pusesse de lado a propaganda, se afastasse do incenso dos cortesãos e olhasse para os problemas concretos, para o desencanto e frustração que já se está a instalar e, sobretudo, que aproveitasse esta oportunidade para avaliar as consequências da política seguida e do que se perspectiva de negativo se teimar em continuá-la.

O fracasso da política do PSD não foi o resultado de quaisquer dificuldades ou ciclos económicos de carácter conjuntural, nem devido, no essencial, à incapacidade dos seus executantes, foi sim o resultado das políticas neoliberais e monetaristas, da política de favorecimento dos grandes senhores do dinheiro e das actividades financeiras e especulativas em prejuízo do aparelho produtivo, e da reforçada ligação entre o poder político e o grande capital.

É um alerta que fica, senhor Primeiro-Ministro.

Na campanha eleitoral, o PS sublinhou e enfatizou três grandes vectores da preocupação da sua política: a paixão pela educação, a droga como inimigo público número um, a primazia ao emprego.

O Governo que meta a mão na consciência e veja com seriedade se, com a política

que está a seguir, pode rever-se nesses três vectores prometidos. Ou, se pode rever-se quando o Primeiro-Ministro em Setúbal dizia: «Defendo a criação do rendimento mínimo garantido. Se não houver dinheiro para mais nada deve haver dinheiro para isto» e agora temos o rendimento mínimo a «conta gotas»; ou quando afirmava em Bragança: «as pensões são sagradas... a intenção do PS será melhorá-las» e agora é o Secretário de Estado da Segurança Social - que mais parece um porta-voz dos lobbies da Seguradoras - a afirmar que as pensões não poderão ser aumentadas em termos reais no futuro; ou quando nesta Assembleia da República declarava enfaticamente «é preciso romper com o conformismo face ao desemprego, ao alastramento da pobreza e à insegurança, defendendo a necessidade de políticas viradas para o crescimento e para o emprego e «rejeitando o excesso de zelo que ninguém nos exige...». Onde está esse crescimento, onde está a dinamização do investimento, onde está a criação de empregos e onde está esse distanciamento ao zelo da marcha forçada para a moeda única?

Com esta política, infelizmente o desemprego vai aumentar e com ele o agravamento das questões sociais, da marginalidade, da toxicod dependência e da insegurança.

1º Vai aumentar porque o Orçamento de Estado, seguindo a batuta dos critérios de Maastricht, em vez de estimular, desincentiva o crescimento económico e o investimento. Também, por isso, aí estão as sucessivas revisões em baixa da evolução do Produto Interno Bruto.

2º Vai aumentar porque o Governo quer prosseguir com a alienação e o leilão de importantes empresas públicas que passarão a ser geridas não por critérios económicos e sociais, mas somente pelo estrito critério de máximo lucro, dando origem, como a experiência mostra, a mais despedimentos e reformas antecipadas engrossando o número dos que são novos de mais para serem reformados mas já com idade avançada para encontrarem novos empregos.

3º Vai aumentar porque a «voz grossa» em relação à União Europeia - tal como afirmou recentemente o Comissário Português - é só para consumo interno, pelo que vai continuar a substituição da produção nacional pela estrangeira e a política de subsídios para o abate da frota pesqueira e para que os campos fiquem em pousio.

E não é com paliativos e aspirinas, não é com o anúncio de programas de luta contra o desemprego em fase de pré-campanha eleitoral, como fazia o PSD, que depois se resolvem os problemas. A herança do passado e a desculpabilização sistemática têm limites. Aliás, as críticas às políticas do passado só teriam credibilidade se hoje, no que é essencial, elas fossem diferentes. Mas, infelizmente, não o são.

Não nos digam que não há outro caminho.

Não nos digam que também são apologetas do pensamento único universal.

É preciso que se mude enquanto é tempo

É preciso que se mude de política enquanto é tempo!

É preciso dizer basta e ter a coragem de mudar.

Não tenha dúvidas Senhor Primeiro-Ministro que vai por máus caminhos se pensa continuar a utilizar o capital de confiança que lhe foi conferido em 1 de Outubro e o protector nome de «Partido Socialista» para ir mais longe que o PSD na política de liquidação de direitos dos trabalhadores e na política de concentração da riqueza.

Não tenha dúvidas Senhor Primeiro-Ministro que se o Governo quiser fazer aprovar a sua proposta de lei para impor a flexibilidade dos horários de trabalho, ou seja, a desregulamentação do horário de trabalho e a polivalência das funções profissionais, isto é, reduzir o trabalhador a pau para toda a obra, o PS ficará com um ferrete tão marcante como sucedeu com a lei dos contratos a prazo.

Não tenha dúvidas Senhor Primeiro-Ministro que vai por muito máus caminhos se prosseguir com as opções neoliberais que caracterizaram a política do PSD, levando o negociismo à saúde e desresponsabilizando o Estado na área das funções sociais visando fazer a transição do chamado Estado Providência para um Estado meramente caritativo confinado à população de menores recursos.

Não tenha dúvidas Senhor Primeiro-Ministro que se não defender e valorizar a produção nacional e se não der a primazia ao aparelho produtivo nacional o número de falências vai crescer, o interior do país vai continuar a desertificar-se e vai aumentar ainda mais a nossa dependência e o nosso afastamento em

relação à média de desenvolvimento europeia.

Não tenha dúvidas Senhor Primeiro-Ministro que se continuar com o objectivo autista de apanhar o «pelotão da frente» da moeda única (como o outro dizia) pagaremos uma pesada «jóia» para entrar no clube dos poderosos, mas depois ainda ficaremos em pior situação do que o «sobrinho pobre em casa de tia rica»!

Nem o Senhor Primeiro-Ministro, nem o Senhor Ministro das Finanças disseram ainda o que aconteceria às nossas exportações para países não pertencentes à União Europeia caso o escudo entrasse para a moeda única, ancorada no marco com revalorização em relação ao dólar, ao yen e a outras moedas de países da África, Ásia e América Latina.

E o que aconteceria seria desastroso para a economia e para a vida dos portugueses.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

A mesma política nas questões essenciais produz os mesmos resultados e não é com crescentes doses de desculpabilização, nem com o marketing político e as imagens do tipo «já se vê a luz ao fundo do túnel», ou do «oásis» ou afirmando que a expansão se aproxima, que se muda a realidade.

O que o País precisa não é da continuação com outros rótulos e com outros personagens da política que deu péssimos resultados.

Do que o País precisa é de uma verdadeira política de desenvolvimento que trave os processos destrutivos, que promova o emprego e que tenha como objectivos e factores de desenvolvimento não os interesses egoístas dos grandes senhores do dinheiro, não a reconstrução do poder económico e do poder político de meia dúzia de famílias, mas a melhoria do nível e qualidade de vida dos trabalhadores e do povo.

Ainda é tempo de mudar, Senhor Primeiro-Ministro. Ainda é tempo de inflectir a orientação do seu Governo e de avançar decididamente com uma política que ultrapasse as dificuldades actuais, rompa com o passado e promova o desenvolvimento económico e social.

Pela nossa parte, continuaremos o combate pelo emprego, pela defesa, valorização e modernização do nosso aparelho produtivo, pelo desenvolvimento com dimensão social, por um Portugal soberano de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.

«Consciência empresarial»

Onde está afinal, senhor Primeiro-Ministro, a chamada «política de rigor com consciência social»? De rigor estamos falados. As mais recentes projecções confirmam, infelizmente, o que dissemos durante o debate do Orçamento de Estado: a economia portuguesa dificilmente crescerá mais do que 1,5% durante 1996, o que significará mais atraso económico, mais

desemprego, mais dramas para muitas famílias portuguesas. Quanto à «consciência social» temos aí a proposta de flexibilidade e de polivalência a quererem demonstrar que o Governo e o senhor Primeiro-Ministro quando falam em consciência social mais parecem estar a pensar em consciência empresarial.

Lino de Carvalho

Submissão ao patronato

A atitude do actual Governo, ao conferir a máxima prioridade à flexibilização e polivalência, sobrepondo-a, por exemplo, à urgente resolução dos graves problemas sociais resultantes dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, não pode deixar de ser considerada como o prosseguimento da mesma política do PSD e uma completa submissão aos objectivos do grande patro-

nato, que assim como aposta em poupar na prevenção da sinistralidade, à custa da saúde dos trabalhadores, também quer poupar à custa deles através da desvalorização da força de trabalho, cuja caminhada há muito iniciou, e que tem um dos seus altos momentos na Proposta de Lei da Flexibilidade e da Polivalência.

Odete Santos

A crise social esteve em foco no Parlamento. Sob a forma de interpelação ao Governo, por iniciativa do PCP, o debate trouxe a lume a verdadeira dimensão de uma crise que tem no desemprego a sua face mais visível.

Ultrapassando já seguramente o meio milhão de inscritos nos Centros de Emprego, o número de desempregados não pára de aumentar. Pior ainda, como foi sublinhado, há quem preveja, como a Associação Industrial Portuguesa, que no final do ano este número possa ultrapassar os 600 mil e atingir os 700 mil em 1997.

Razões suficientes, pois, para que o tema do desemprego tenha polarizado as atenções do debate, com a bancada comunista a enquadrá-lo no que considerou ser o «negro legado do PSD», que, contrariamente às expectativas de mudança, não só não foi estancado, como conheceu - demonstraram-no os deputados do PCP - um significativo agravamento nos primeiros seis meses de governação PS, ameaçando acentuar-se a ritmo acelerado no futuro próximo.

No plano do desemprego, mas também no plano da precariedade e insegurança nas relações de trabalho, no alastrar das manchas de pobreza e do número de excluídos, na regressão das políticas sociais, na crescente desresponsabilização do Estado em áreas sociais como a saúde e a educação.

Temáticas que os deputados comunistas incorporaram nas suas intervenções, estabelecendo uma relação directa entre o quadro de crise actual e as políticas económicas que apostam na concentração e centralização do capital (em detrimento de políticas que privilegiem o crescimento económico e favoreçam o aumento do emprego). Deste modo, para o Grupo comunista - e esta foi uma tese central na sua argumentação -, prosseguindo o PS o essencial das mesmas políticas económicas e sociais do PSD, inevitável é que se obtenham os mesmos resultados. E se o Governo, reconhecendo embora a gravidade da situação, fez um esforço no sentido de se demarcar, recusando responsabilidades e remetendo as culpas para as «políticas erradas prosseguidas na Legislatura anterior», a verdade é que é duvidoso que o tenha conseguido face à evidência dos factos trazidos à colação pela formação comunista, onde abundaram os exemplos que testemunham que o essencial das políticas permanece e que, em consequência, «as mesmas políticas provocam os mesmos resultados», como tratou de sublinhar o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sua intervenção final, que reproduzimos nesta página.

Daí o apelo deixado pelo Grupo Parlamentar do PCP no sentido de ser operada uma «efectiva viragem nos rumos das políticas económicas e sociais», para a qual apresentaram doze propostas concretas, sob pena, alertaram - a manterem-se as mesmas orientações e prioridades -, de a situação social continuar a degradar-se.

INTERNACIONAL

Turquia

45 membros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foram assassinados pelo exército turco, na passada semana, durante a operação Falcão. Esta operação, desencadeada na noite de 5 de Abril, fez já 176 mortes do lado dos independentistas. No mesmo dia, 1200 pessoas manifestaram-se pacificamente em Estrasburgo, em frente ao Conselho da Europa, exigindo que os parlamentares façam pressão sobre a Turquia «para uma solução política da questão curda». O PKK, que luta pela autonomia do Sudoeste da Turquia desde 1984, denuncia que caíram 30 mil curdos das suas fileiras, civis e militares, desde essa data.

Argentina

Duas semanas após ocorrerem várias rebeliões nas prisões de Buenos Aires, os reclusos da penitenciária de Villa Devoto amotinaram-se, exigindo melhores condições. Os amotinados mantêm quatro guardas prisionais reféns e convidam os jornalistas a visitar o interior das instalações para verificarem as condições em que vivem.

Iraque

Depois das negociações «petróleo por alimentos» terem sido suspensas, o vice-primeiro-ministro iraquiano acusou os EUA e a Grã-Bretanha de tentarem sabotar as negociações com as Nações Unidas, ao emitirem objecções a propósito de «determinadas disposições» sobre as quais havia um acordo prévio com a ONU. O representante iraquiano exortou os outros membros do Conselho de Segurança a exercer «pressão para impedir Londres e Washington de se imiscuírem nas negociações com motivações contrárias à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional».

México

O exército zapatista de libertação nacional acusou o governo mexicano de «falta de consenso no diálogo em curso», durante a nova ronda de diálogo sobre democracia e justiça, concluída na semana passada. Por

Paraguai**Oviedo passa à reserva e dedica-se à política**

O Paraguai debateu-se na semana passada com uma crise interna e esteve à beira de um golpe de Estado. A questão, resolvida em apenas quatro dias, iniciou-se quando o comandante do exército paraguaio, general Lino Oviedo, se recusou a ser substituído no seu cargo por ordem do presidente Juan Carlos Wasmosy.

Oviedo, um dos líderes do golpe de Estado que em 1989 derrubou o regime do general Alfredo Stroessner, é hoje o militar mais influente do país. A passagem do general à reserva era solicitada pela oposição desde que, dias antes das eleições gerais de 1993, Oviedo afirmou que o

Partido Colorado se manteria no poder «per secula seculorum, doa a quem doer».

O presidente Wasmosy, o primeiro civil em quatro décadas a liderar o Paraguai, afirmou que o tinha destituído «no quadro do processo de institucionalização das forças armadas», acrescentando que

o Governo não toleraria «qualquer fissura ou enfraquecimento no processo de normalização institucional e de democratização do país».

A sua decisão foi apoiada pelos principais partidos da oposição e pela Igreja. «O fundamental é preservar a ordem institucional e vejo com alegria que o apoio do povo é uma forma de dissuasão para aqueles que querem desobedecer ou impor a sua vontade pelas armas ou violência», disse o presidente da conferência episcopal paraguaia. Também a Força Aérea

afirmou o seu apoio público e oficial ao presidente.

«Chora, chora, Oviedo, chora», gritaram os 2500 manifestantes que se juntaram em frente ao palácio presidencial, apresentando-se como «defensores da democracia».

O general Lino Oviedo acabou por renunciar ao seu posto na condição de ser nomeado ministro da Defesa. Contudo, sob as pressões da população e da Câmara dos Deputados, que aprovou uma resolução para submeter Wasmosy a um julgamento

político se cedesse à chantagem, o presidente paraguaio recuou. «Ouvi o clamor do povo que se opõe à designação para o Governo de um militar que se sublevo contra a ordem constitucional e decidi sacrificar o meu compromisso pessoal com todas as consequências que isso implique», explicou.

Por agora, o seu acto não teve consequências. Oviedo aceitou a decisão presidencial e anunciou que no futuro se vai dedicar à política, reafirmando as suas aspirações presidenciais para 1998.

O retomar da esperança no Médio Oriente

O Conselho Nacional Palestino adaptou a Carta Nacional da OLP ao processo de paz com Israel, anulando as cláusulas que apelavam para a destruição de Israel. «É um êxito da nossa democracia e do grande processo de paz iniciado em Washington», afirmou Yasser Arafat, na quarta-feira, citado pela Lusa.

No dia seguinte, o partido trabalhista israelita anulou a sua oposição à criação de um Estado palestino independente, durante um congresso extraordinário. Foi também alterado um artigo que estipulava a manutenção do plano do Golã sob controlo israelita, passando a considerar esta zona como tendo uma «importância nacional».

A cláusula anterior definia o Golã como «uma região vital para a segurança de Israel, mesmo em tempo de paz».

Está criada uma nova atmosfera nas relações entre os dois países. «É a primeira prova de que a política de flexibilidade adoptada pela OLP e o respeito pelos compromissos assumidos se traduzem em resultados positivos. É uma porta pela qual poderemos abordar uma nova etapa de coexistência, de compreensão mútua e de boa vizinhança entre Israel e todos os árabes», considerou Nabil Amr, conselheiro do presidente palestino.

O cessar-fogo no Líbano tem sido até agora respeitado por ambas as partes: Israel e Hezbollah.

Os 16 dias da Operação «Vinhas da Ira» - em que Israel levou a cabo 500 ataques aéreos e lançou 23 mil

obuses - provocaram 164 mortos e 351 feridos, o êxodo de 400 mil pessoas e destruições em massa. Do

lado israelita, não se verificaram mortes, havendo a registar 24 feridos e danos materiais.



Uma voluntária libanesa trata de uma criança de cinco anos que ficou cega e perdeu os pais nos bombardeamentos de Canã - um exemplo dramático da necessidade de alcançar a paz no Médio Oriente

Brasil**Basta de massacres**

O massacre de Eldorado de Carajás, Brasil, que vitimou 19 trabalhadores rurais sem terra e deixou cerca de meia centena de feridos, em meados de Abril, continua a provocar reacções de protesto não só no país como nas comunidades brasileiras no exterior.

Na semana passada, o Núcleo do Partido Trabalhista-Lisboa manifestou-se junto ao consulado brasileiro, onde entregou uma carta dirigida ao embaixador Itamar Franco. A carta responsabiliza o governo pela política genocida que vem sendo seguida contra os trabalhadores sem terra, exige o apuramento de responsabilidades e condenação dos criminosos, bem como a tomada de medidas para acabar com a violência nos campos e a realização de uma verdadeira reforma agrária.

Recorda-se que o massacre de Eldorado ocorreu quando mais de um milhar de trabalhadores sem terra marchavam para a cidade de Marabá, no passado dia 17 de Abril, onde pretendiam reivindicar a expropriação da fazenda abandonada de 40 mil hectares que ocupavam. A resposta do governo chegou na forma de centena e meia de militares que dispararam sobre os manifestantes.

O Núcleo do PT-Lisboa, juntando-se às manifestações de protesto realizadas em vários estados do Brasil e algumas cidades no exterior, veio a público repudiar a política do governo do presidente Fernando Henrique e exigir que se acabe com os massacres. E deixou uma pergunta: Até quando casos como este ficarão impunes?

Luxemburgo**Metalúrgicos forçam renovação do contrato**

O Luxemburgo, único país da União Europeia que em 1995 cumpriu os critérios de Maastricht, debate-se cada vez mais com sérios problemas sociais, o aumento do desemprego e a contestação laboral.

Já no final do ano passado, os trabalhadores da função pública, num movimento contrário às orientações da direcção do respectivo sindicato afecto ao partido socialista, desencadearam uma greve e manifestações de rua em luta contra as tentativas do governo luxemburgês de lhes retirar direitos sociais conquistados há muito.

No início de Abril, e após um longo período de negociações sem resultados, os operários

da fábrica KIHNS S.A. (metalurgia) entraram em greve (a 100 por cento). Ao fim de uma semana, o patronato aceitou retomar as negociações. Cinco horas de discussão bastaram para que a direcção aceitasse quase todas as reivindicações até então recusadas; a direcção da empresa foi forçada a renovar o contrato colectivo que de forma intransigente se recusava a negociar.

Para o sucesso desta luta, para além da unidade e determinação dos trabalhadores, contribuiu certamente a cadeia de solidariedade para com os grevistas por parte de muitos outros trabalhadores e das organizações sindicais.

A «nova era» das relações sino-russas

A visita oficial do presidente russo, Boris Ieltsin, à China, a semana passada, saldou-se pela assinatura de mais de dez documentos e acordos de cooperação, destinados a «fazer avançar para uma nova era as amigáveis relações de cooperação sino-russas».

Com uma comitiva integrando dois vice-primeiros-ministros e dois ministros (dos Negócios Estrangeiros e da Defesa), a visita do presidente russo, realizada logo após a cimeira de Moscovo com Bill Clinton e coincidindo com uma fase de crispação nas relações entre Washington e Pequim, serviu, segundo alguns observadores, para mostrar à administração norte-americana que os Estados Unidos não são o único grande parceiro da China.

Não terá sido certamente por acaso que Boris Ieltsin terminou a sua estada em Pequim com a assinatura de um inédito acordo para o «Estabelecimento de Relações de Confiança» na fronteira entre a China e a antiga União Soviética, igualmente subscrito pelos presidentes do Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

A China e a Rússia compartilham uma fronteira com 4.300 quilómetros de comprimento.

Oficialmente destinada a «injectar nova vitalidade na amizade e cooperação sino-russa», a visita não pode também ser desligada das próximas eleições presidenciais russas e das tentativas de Boris Ieltsin, já em plena campanha pré-eleitoral, para se afirmar a nível interno como um líder credível, capaz não só de negociar e de recolher o apoio das grandes potências mundiais como igualmente de lhes fazer frente.

Entendimento

Em Pequim, aparentemente, o presidente russo só averbou sucessos. As conversações, deixando de lado os diferendos entre os dois países, convergiram para as preocupações comuns, pelo que Ieltsin pôde anunciar que a China apoia indiscutivelmente a posição russa de que o alargamento da NATO não deve chegar às fronteiras russas, enquanto por outro lado assumia o papel de interlocutor na candente questão nuclear, afirmando que a China participará nas negociações do grupo dos sete países mais industrializados e Rússia sobre a proibição total de ensaios nucleares.

«Estamos convencidos que a China vai aderir à decisão do G-7 de negociar e assinar o tratado de eliminação total dos ensaios nucleares», declarou Ieltsin.

Recorda-se que o G-7 e a Rússia decidiram, na cimeira de Moscovo, iniciar discussões para um tratado global de interdição de ensaios nucleares antes do fim de Setembro deste ano.

A China, uma das cinco potências atómicas declaradas, com a Rússia, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, já se pronunciou a favor de um tratado global, mas deseja poder prosseguir com os seus pequenos ensaios, tal como sucedeu recentemente com a França.

«As discussões foram construtivas e conformes ao novo nível das relações bilaterais, baseadas sobre a igualdade, compreensão e a reciprocidade», salientou Ieltsin.

Quanto ao alargamento da NATO a Leste, a China criticou as teses que lhe servem de suporte e manifestou «apoio» e «compreensão» pela oposição da Rússia.

«Após a Guerra Fria, a expansão de alianças militares não serve a paz nem está de acordo com a tendência dos tempos. A China compreende e apoia a firme oposição da Rússia ao alargamento da Nato», disse o porta-voz do Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros.

Até agora, a China não se manifestara sobre a questão, alegando não estar directamente envolvida.

Questionado sobre a mudança de atitude da China, o porta-voz do Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros respondeu: «O importante é a posição que tomamos hoje e não se houve ou não mudança».

Associação estratégica

A China e a Rússia anunciaram, entretanto, a disposição de reforçar a cooperação militar e manter um diálogo político regular, numa nova «associação estratégica» entre os dois países.

«As duas partes estão dispostas a desenvolver uma as-



Após o apelo de Clinton em Moscovo, Boris Ieltsin seguiu para a China à procura da projecção que lhe falta a nível interno

sociação estratégica de igualdade, confiança e coordenação mútuas, orientada para o século XXI», diz o comunicado conjunto assinado em Pequim pelo presidente chinês, Jiang Zemin, e o seu homólogo russo, Boris Ieltsin.

A China e a Rússia «estão prontas a aprofundar as amigáveis relações entre as suas armadas», mas a sua «cooperação no campo da tecnologia militar não é dirigida contra terceiros países ou blocos», salienta o comunicado.

O mesmo comunicado, citado pela Lusa, afirma, por outro lado, que a China considera que a Tchetchénia é «uma questão interna russa», enquanto para a Rússia «Taiwan constitui uma parte inalienável do território chinês».

O comunicado sino-russo manifesta também o empenho mútuo em «aprofundar a cooperação económica», em particular no domínio da energia, aviação, espaço, alta tecnologia e telecomunicações. Nesse âmbito, a China e a Rússia «tomarão medidas fortes para

expandir e desenvolver a cooperação económica e comercial, tirando partido da sua singular proximidade geográfica e complementaridade económica».

Os dois países comprometem-se ainda a «acelerar a conclusão de um acordo sobre a redução de tropas na fronteira» e a instalar uma linha telefónica especial entre os dois governos.

Sobre a política internacional, o comunicado diz que ambos os países defendem a rápida conclusão das negociações para um tratado sobre a proibição de testes nucleares e o papel da ONU como «um mecanismo único para a paz, a segurança e o desenvolvimento».

A China e a Rússia consideram ainda que, devido ao seu «rápido desenvolvimento económico», a região Ásia-Pacífico «desempenhará um papel significativo» no século XXI e, nesse aspecto, «estão prontas a prosseguir os esforços para manter a paz e estabilidade» na região.

seu lado, o governo considera «injustificado, desnecessário e sem fundamento» a intenção dos zapatistas de aumentar mais duas semanas o prazo de quatro estabelecido inicialmente para a conclusão da discussão sobre aquelas questões.

IRA

Reagindo contra o atentado à bomba já reivindicado pelo IRA na ponte de Hammersmith, em Londres, a polícia britânica efectuou várias prisões na capital inglesa e seus arredores, no âmbito da lei de Prevenção do Terrorismo. Esta foi a última acção desencadeada pelo IRA, que não causou quaisquer vítimas ou danos materiais.

Japão

Shoko Asahara, o guru da seita Verdade Suprema, recusa-se a declarar-se inocente ou culpado dos 17 crimes que é acusado, entre os quais o atentado com gás sarin no metro de Tóquio que provocou 11 mortos e 5 mil feridos. Caso seja considerado culpado, Asahara pode ser condenado à morte. O veredicto do julgamento poderá ser influenciado pela revolta da população.

Espanha

O Partido Popular espanhol anunciou um acordo com os nacionalistas catalães para a investidura do seu líder, José Maria Aznar, como primeiro-ministro de Espanha. Depois de dois meses de complicadas negociações, o acordo foi alcançado na sexta-feira e «em princípio, é válido para toda a legislatura».

Tchetchénia

Mais de mil mulheres e crianças tchetchenas fugiram da cidade de Chali, no sudeste da República, após um ataque dos helicópteros russos, que se saldou em 11 feridos. Segundo a Lusa, nesta localidade são organizadas diariamente manifestações a favor da independência da Tchetchénia. Depois de vários desmentidos, a morte de Djkohar Dudaiev, o líder dos independentistas, foi finalmente confirmada e terá ocorrido na sequência de um ataque aéreo russo.

Estados americanos combatem terrorismo

A «I Conferência Especializada Interamericana dedicada ao Terrorismo» decidiu, sexta-feira, em Lima, no Peru, conjugar esforços a nível regional para combater os responsáveis de actos terroristas.

A iniciativa, convocada pela Organização de Estados Americanos (OEA), aprovou um «Plano de Acção sobre Cooperação Hemisférica para prevenir, combater e eliminar o terrorismo» subscrito pelos 34 países membros da Organização.

A «Declaração de Lima», aprovada na conferência, estabelece o âmbito político em que serão combatidos os grupos terroristas e define as bases para a aprovação de uma nova Convenção Interamericana sobre Terrorismo em substituição da de 1971.

Segundo a agência Lusa, o plano aprovado tipifica o terrorismo como «delito comum grave» e compromete os países da OEA a trocar informação policial, de inteligência, judicial e migratória, dirigidas a combater esse delito. Os subscritores comprometem-se ainda a accele-

rar e a facilitar os processos de extradição dos terroristas, a recusar-lhes concessões quando estes façam reféns, e a assegurar a entrega dos delinquentes à Justiça. O plano de acção prevê igualmente a troca de informação sobre indivíduos, grupos e actividades terroristas, bem como a «cooperação bilateral, regional e multilateral em matéria policial e de inteligência».

Os subscritores da Declaração de Lima propõem-se, por outro lado, promover «a modernização dos sistemas de informação e segurança das suas fronteiras com o objectivo de

evitar o trânsito de pessoas envolvidas em actos terroristas, assim como de equipamentos, armas e outros materiais que possam ser usados nesses propósitos».

O plano recomenda, a finalizar, que a OEA convoque uma reunião de peritos «para examinar os meios que permitam melhorar a troca de informação entre os Estados membros».

A conferência foi encerrada, após quatro dias de trabalho, pelo presidente peruano, Alberto Fujimori, e pelo secretário-geral da OEA, César Gaviria.

O presidente Alberto Fujimori considerou o terrorismo uma ameaça «contra a convivência civilizada» e recordou a «estreita relação» entre o terrorismo e o tráfico de droga. Por seu turno, César Gaviria afirmou que depois da cimeira de Lima «não existirão santuários nem financiamentos para os autores de acções terroristas em qualquer pontó do território americano».

Eslováquia Anticomunismo na ordem do dia

O Parlamento eslovaco aprovou recentemente uma lei chamada «Sobre a imoralidade e ilegalidade da actividade do sistema comunista». O objectivo desta iniciativa legislativa, claramente assumido, é o de considerar os 45 anos de sistema socialista na antiga Checoslováquia como criminoso e ilegítimo. Trata-se, no essencial, de criar a base «legal» que permitirá ameaçar e perseguir todos os comunistas eslovacos.

A medida, no mínimo curiosa por parte de quem se afirma defensor da «tolerância e da democracia», tem a sua razão de ser. Não, naturalmente, pela natureza do socialismo e do comunismo, mas pelo crescente receio das actuais autoridades eslovacas com os êxitos das forças de esquerda e comunistas, tanto na Rússia como nos outros países do Leste europeu.

Perante a ameaça de perder o Poder - são cada vez mais os que na Eslováquia recordam o socialismo como «a época de ouro» do país, como cada vez maior é a simpatia pelos comunistas -, o anticomunismo militante vem à tona.

A questão não está encerrada. O Partido Comunista da Eslováquia vai recorrer ao Tribunal Constitucional, pois a referida legislação é anticonstitucional e viola os direitos do homem. Entretanto, a solidariedade com os comunistas eslovacos é um dever de todos os democratas, em todo o mundo.

Festa de Abril em todo o País

O

22º aniversário do 25 de Abril foi comemorado em todo o País com as mais diversas iniciativas populares. Convívios, espectáculos, concentrações, desfiles, piqueniques, almoços, jantares, bailes, arraiais, fogos-de-artifício, competições desportivas, manifestações culturais, trabalhos nas escolas, passeios ou excursões, com tudo se festejou Abril em todo o território nacional, confirmando que a Revolução dos Cravos continua a ser, de longe, o acontecimento mais marcante da actualidade portuguesa. Como sempre, as manifestações de Lisboa e Porto encheram, respectivamente, a Avenida da Liberdade e a dos Aliados com dezenas de milhares de pessoas, constituindo o ponto alto das comemorações populares. Damos conta nestas páginas dessas realizações e de outras que aconteceram um pouco por todo o País.



Em Lisboa, as comemorações foram mais uma vez promovidas pela Associação 25 de Abril. Largas dezenas de milhares de pessoas começaram por se concentrar na zona do Marquês de Pombal, desfilando seguidamente durante mais de três horas pela Avenida da Liberdade até aos Restauradores, onde estava montado o palco para o breve comício. Mais uma vez, a actualidade política esteve presente e acutilante, afirmando os valores de Abril e a determinação em os prosseguir e aprofundar.

Subiu ao palco um conjunto de personalidades, com destaque para Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril (que proferiu a intervenção do comício), Luís Sá, em representação do PCP, Sérgio Sousa Pinto, pelo PS, Manuel Lopes, pela CGTP-IN. Pela Assembleia da República subiram ao palco os deputados Manuel Alegre e João Amaral, juntamente com Blasco Hugo Fernandes, da Intervenção Democrática, André Martins, de Os Verdes, e Mário Tomé, da UDP. A jovem Carla Chambel fez uma breve alocução introdutória.

Na sua intervenção, Vasco Lourenço afirmou que «devemos renovar a nossa determinação em defender os bens conquistados, contra os inimigos da liberdade e da democracia», tal como «devemos fortalecer a vontade de lutar pela realização do muito que ainda há por fazer, no caminho por uma sociedade cada vez melhor, cada vez mais democrática, mais igual, mais livre».

Depois de assinalar que «este ano festejamos também o alívio que sentimos quando verificámos que a maioria dos portugueses foi capaz de usar a liberdade para dizer basta aos defensores do autoritarismo, da intolerância, da arrogância e da insensibilidade», Vasco Lourenço frisou: «Tenhamos presente que a nossa luta, a nossa participação cívica terá de visar, também e fundamentalmente, outros objectivos. Não nos chega que os direitos formais nos sejam reconhecidos, impõe-se a sua concretização.»



Porto: a Avenida dos Aliados foi de novo o palco privilegiado das comemorações do 25 de Abril na Cidade Invicta



Bragança: vista geral da festa popular realizada nesta cidade a comemorar o 25 de Abril



Viseu: Pormenor da festa promovida pelo PCP nesta cidade



Vila Real/Sto Tirso: mais um almoço de confraternização a festejar Abril, promovido pela CDU



Beja: As comemorações começaram na véspera, como se vê por este desfile realizado na noite de 24 para 25 de Abril na Praça da República



Setúbal: pormenor do jantar-convívio realizado em Setúbal, onde estiveram numerosas personalidades de vários quadrantes políticos e independentes

EM FOCO

A privatização da velhice

NOS dois artigos anteriores, publicados no Avante! de 3/1 e de 10/1/96 procurou-se chamar a atenção para a ofensiva neoliberal contra os direitos sociais e contra as incumbências do Estado em relação à sua concretização. Abordou-se a situação da Segurança Social no nosso país, os complexos problemas da reforma do sistema e os perigos que comporta. E foi destacada a estratégia do grande capital financeiro transnacional de privatização dos sistemas públicos de segurança social, de modo a assenhorear-se de activos e de mercados de dimensões gigantescas.

Na parte que hoje se publica e naquela que em próximo número completará o presente trabalho pretende-se abordar, de forma inevitavelmente muito sumária, algumas das linhas que se desenham no ataque privatizador ao nosso sistema de Segurança Social e chamar também a atenção para algumas das teorizações que, com o mesmo sentido essencial, vêm fazendo curso entre nós.

Plafonar, privatizar

A questão da introdução de limites máximos ao montante das pensões do regime geral da Segurança Social e das respectivas contribuições, vulgarmente designada por *plafonamento*, tem constituído matéria para uma intensa campanha mistificatória com contornos populistas, cuja verdadeira natureza e objectivos importa esclarecer.

Recordam-se alguns exemplos de um discurso dirigido aos corações e que procura explorar os argumentos da "justiça social".

As actuais pensões de reforma são "uma vergonha" e é "injusto uma pessoa viver com uma pensão de 30 contos quando é certo que coexistem com outras de 1.000 contos" proclamava inflamadamente há poucos meses o sr. Rui Rio, deputado do PSD e recém-eleito por esse partido para seu secretário-geral. (1) (2)

Na mesma linha de comovente preocupação com a "diminuição no futuro dos desequilíbrios extremos entre pensões atribuídas pelo sistema público", o programa do governo do PS prevê a "introdução de um limite superior aos rendimentos de trabalho sujeitos a contribuições sociais obrigatórias". (3)

E idênticas preocupações têm vindo a ser expressas pelo sr. Bagão Félix, antigo Secretário de Estado da Segurança Social nos governos da AD e Secretário do Emprego no segundo governo Cavaco Silva, actualmente administrador da *Seguros e Pensões Gere* e da *Vanguarda - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões*, do grupo BCP/BPA.

Falando no 17º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Gestores, em Novembro passado, ele foi porém mais longe ao reconhecer que a instituição de um *plafond* salarial "tem sem-

pre um ónus político de curto prazo - a diminuição das receitas imediatas", e ao calcular que um *plafond* de 200 contos por mês nas pensões deveria desviar da Segurança Social, logo no primeiro ano da sua implementação, receitas na ordem dos 30 a 40 milhões de contos, por via da redução dos descontos efectuados. (3)

A contradição é obviamente flagrante.

Como é que se pode invocar a "justiça social" para justificar o *plafonamento*, quando ele tem consequências exactamente opostas, ao fixar que acima de um determinado valor remuneratório (200 contos, por exemplo, como pretende o *lobby* das seguradoras e das empresas gestoras de fundos) deixa de haver qualquer contribuição (quer por parte do trabalhador, quer por parte da entidade patronal) para a Segurança Social e para o património social que ela representa?

Não significa isso que a taxa contributiva para a Segurança Social passa a ser fortemente regressiva e que quanto mais elevadas forem as remunerações menores serão as contribuições individuais e patronais para a Segurança Social?

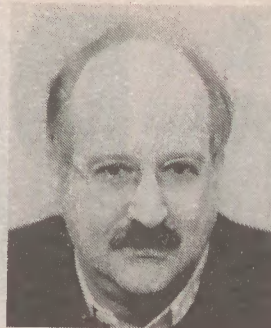
Um programa esclarecedor

O programa eleitoral do CDS/PP apresentado nas legislativas de Outubro passado (5) pela particular clareza com que exprime os interesses do grande capital financeiro - agrupados em bancos, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de pensões, corretoras/mediadoras de seguros - acaba por prestar um relevante esclarecimento em relação ao papel destinado ao *plafonamento* no processo de privatização da segurança social.

"O Estado deverá (...) fomentar, através dos instrumentos políticos, sociais e fiscais de que dispõe, a adopção de mecanismos para a realização das empresas enquanto comunidades sociais" e "entre estes salientam-se o desenvolvimento de produtos complementares de segurança social, em particular Fundos de Pensões, Planos de Poupança Reforma e Planos de Saúde".

Assumindo que é necessário "acabar com a universalidade na segurança social" e ligando esse objectivo ao desenvolvimento de um sistema em "três pilares", o CDS/PP considera "um dado suficientemente adquirido que os sistemas públicos de pensões terão a necessidade de aliviar parte crescente das suas responsabilidades, favorecendo, quer institucionalmente, quer através de "despesas fiscais" a procura e a oferta de sistemas fora do Estado".

"A técnica dos *plafonds*" - como é expressamente denominada pelo CDS/PP - através da "reintrodução de um tecto (*plafond*) salarial para efeitos da quotização obrigatória para a segurança social" (...) "permitiria que uma parte dos rendimentos fosse passível de cobertura fora daquele regime".



Edgar Correia
Membro da Comissão Política

A questão da introdução de limites máximos ao montante das pensões do regime geral da Segurança Social e das respectivas contribuições tem constituído matéria para uma intensa campanha mistificatória.

"Para além das vantagens inerentes à afirmação do princípio da liberdade de escolha (sic), o *plafonamento* permitirá, ainda, aumentar o nível de qualificação tecnológica das empresas pela diminuição do "preço relativo" dos quadros médios e superiores, e induzirá um aumento de poupança nacional".

"Numa fase seguinte (sic), admite-se como realizável um sistema que evoluiria do *plafond* salarial (valor fixo) para a fixação de um *plafond* salarial variável através de uma percentagem fixa sobre os salários, com a aquisição de um "formato" mínimo obrigatório de complementos de pensões no mercado."

Quando o Secretário de Estado da Segurança Social do actual governo do PS veio publicamente defender, como já foi referido, que as contribuições para a Segurança Social "passem a incidir apenas sobre uma percentagem do salário, sendo que as pensões passarão a reportar-se à mesma percentagem do rendimento", de modo a canalizar a poupança para as seguradoras privadas, - não está precisamente a anunciar uma das modalidades possíveis da fase seguinte da "técnica dos *plafonds*" apresentada com uma clareza tão meridiana pelo CDS/PP?

"Certamente que os adversários desta privatização parcial através do *plafonamento* argumentarão, também, com a diminuição das receitas da Segurança Social" reconhece o PP. Mas para a enfrentar, a resposta já está preparada, sendo admitido que se possa "começar por um tecto salarial mais elevado", "além de que é possível arbitrar esse decréscimo de receita com a diminuição de outras despesas do Orçamento da Segurança Social, introduzindo critérios de maior selectividade nas prestações actuais de carácter universal".

É a redescoberta do ovo de Colombo pelo CDS/PP - privatizar a Segurança Social à custa dos benefícios do próprio sistema...

(conclui no próximo artigo)

(1) Para ajuizar da autenticidade das "preocupações" com as desigualdades existentes entre os pensionistas, anote-se que em Dezembro de 94, num total de 885 mil pensionistas de velhice do regime geral, apenas cerca de cinco mil (0,5%) auferiram pensões, calculadas sobre o valor dos descontos que tinham feito quando activos, superiores a 200 contos.

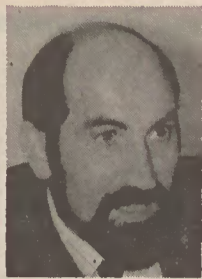
(2) Revista Valor de 28/9/95.

(3) IV-Políticas Sociais, do Programa do XIII Governo.

(4) Diário Económico de 10/1/95.

(5) Vamos dar lugar a Portugal - Programa eleitoral e de governo - 1995, do Partido Popular.





■ Lino de Carvalho

Os agricultores portugueses continuam a reclamar uma nova política

Seis meses depois da tomada de posse do Governo do Partido Socialista, a agricultura e os agricultores portugueses continuam a não vislumbrar um horizonte de mudança e de esperança para o seu futuro.

O Governo e, em particular, o ministro da Agricultura não podem alegar desconhecimento das causas que estão na base de uma brutal quebra de 25% em termos reais dos rendimentos dos agricultores portugueses desde a adesão. Nem podem ignorar que a taxa de cobertura do comércio agroalimentar se situa hoje nos 35% o que significa um preocupante baixo nível de segurança alimentar. Nem desconhecem que apesar dos meios financeiros transferidos para o País no âmbito do FEOGA-Orientação totalizarem 345 milhões de contos o investimento estruturante no sector baixou 14% no mesmo período desde 1986. Como não podem igualmente desconhecer que só o pagamento de juros e rendas pelos agricultores, entre 1986 e 1995, ter excedido em 45 milhões de contos o valor recebido em subsídios o que é uma fonte indicadora de descapitalização e do endividamento dos agricultores traduzido, além do mais em cerca de 70 milhões de contos de crédito agrícola mal-parado. Como têm a obrigação de conhecer a discriminação a que estão sujeitas as pequenas explorações familiares no acesso aos apoios socioestruturais traduzido no facto de as explorações com menos de 5 hectares que representam 81,5% do total das explorações do País só terem sido beneficiadas com pouco mais de 25% do total dos projectos aprovados. O Governo do Partido Socialista e o ministro da Agricultura não podem enfim desconhecer que o investimento público nacional na agricultura é cada vez mais reduzido e que isso provoca que Portugal seja actualmente o país da União Europeia onde os apoios por activo agrícola são mais baixos. Isto é, as débeis contrapartidas nacionais impedem o pleno aproveitamento dos já por si fracos e distorcidos apoios comunitários. Basta dizer a título de exemplo que em Portugal apenas um terço das explorações que poderiam ser beneficiadas com indemnizações compensatórias o são enquanto que, na Irlanda, por exemplo, esse valor atinge os 75%, na Alemanha e na Bélgica 65% e no Reino Unido 60%. Ou dizer que os apoios em Espanha por activo agrícola são 3,6 vezes superiores a Portugal, na Itália 5,7 vezes, na Grécia 4,7 vezes, no Reino Unido 8,2 vezes, na Alemanha 11,1 vezes, na Dinamarca 16,6 vezes e na Bélgica e na Irlanda são 20 vezes superiores.

Como também não é lícito pensar que o Governo desconhece que a chamada política de «competitividade» a todo o custo e a política fundamentalista de livre comércio e de abolição desregulada de fronteiras, que só serve aos grandes países e explorações exportadoras e às transnacionais agroalimentares, está não só a liquidar a nossa agricultura como está a permitir a entrada em Portugal de todo o tipo de produções muitas vezes sem identificação de origem nem controlo de sanidade. Por último o Governo e o ministro da Agricultura não podem ignorar que o aparelho do Ministério da Agricultura está preenchido, nos lugares decisivos, por altos quadros do PSD e da CAP responsáveis pelas gravíssimas consequências da política agrícola seguida nos últimos dez anos e, designadamente pelo tráfico de influências, ilegalidades e corrupção que atravessaram o Ministério da Agricultura.

A mesma política

Só que já lá vão seis meses e, no que é essencial e estruturante, mantêm-se as mesmas políticas, as mesmas orientações e os mesmos quadros a executá-las.

- Os Regulamentos de acesso aos apoios comunitários e nacionais não foram alterados o que significa manter afastados desses apoios mais de metade dos agricultores portugueses, em particular, os pequenos agricultores;

- Os agricultores continuam a não dispor nem de informações nem de estabilidade para definirem os sistemas produtivos por que devem optar e o ministro Gomes da Silva ao sublinhar, como fez aqui na Assembleia da República, que só há viabilidade para

sistemas produtivos que aguentem as actuais condições desequilibradas e desiguais de funcionamento dos Mercados está a condenar a agricultura portuguesa ao quase total desaparecimento.

O exemplo mais recente é o leite. Se não forem tomadas medidas urgentes que impeçam a descida do preço ao produtor e apoiem a recolha em zonas difíceis, milhares de pequenos produtores terão de se desfazer do seu efectivo e abandonar a actividade e um património de dezenas de salas de ordenha colectiva, pagas com os dinheiros públicos, ficarão sem utilização.

- O associativismo dos produtores não foi alvo de nenhuma medida significativa e o sector cooperativo continua sem políticas de viabilização;

- O investimento público nacional baixou ainda mais como se constatou no Orçamento e prevêem-se graves dificuldades nos próximos meses para o financiamento de importantes programas de investimento e de associativismo. Ao nível do PAMAF e da



Formação Profissional tudo continua bloqueado com graves prejuízos para quem assumiu compromissos confiados nos protocolos e acordos assinados com o Estado. O Governo, aliás, tem de esclarecer esta situação publicamente e encontrar formas que assegurem o cumprimento das responsabilidades do Estado;

- As taxas de juros e os preços dos factores de produção continuam em níveis que tornam inglório qualquer esforço de competitividade. Pelo contrário o preço do gasóleo para a agricultura, ao contrário das promessas do PS, aumentou 4\$00 em litro desde Outubro e já se anunciam novos aumentos para os primeiros dias de Maio;

- Continuam a não ser definidas políticas de desendividamento, contrariando as promessas feitas, o que pode levar ao desaparecimento, a curto prazo, de muitas e muitas explorações agrícolas mesmo entre aquelas que mais «competitivas» se apresentam;

- No plano da Comunidade, do seu alargamento, da Política Agrícola Comum e das políticas comerciais não vemos da parte do Governo português (exceptuando alguma vozearia alta para consumo interno) nenhuma proposta de fundo no sentido de alterar radicalmente aquelas políticas, garantir o respeito pela diversidade das agriculturas existentes, assegurar políticas específicas de apoios para as agriculturas e as produções do Sul, avançar com a imposição de limites máximos no apoio às grandes

explorações e às agriculturas intensivas libertando meios para as explorações familiares, o sector cooperativo e as agriculturas menos desenvolvidas; alterar a política neoliberal de desregulamentação e abolição das fronteiras.

Dever de informar

Grave é também que o Governo nada tenha feito para modificar a situação herdada do PSD no que se refere ao domínio de postos-chave da política agrícola nem sequer tenha tornado públicas as irregularidades cometidas durante o consulado do PSD.

É por isso que é urgente que o Governo responda e esclareça algumas questões opacas da política do Ministério, tanto as que são oriundas dos Governos do PSD como as que resultam já de comportamentos criticáveis da actual equipa ministerial.

Assim, o Governo tem o estrito dever de informar o País das graves situações de ilegalidades e corrupção que envolvem a política florestal; a criação das sociedades PEC, a Rede Nacional de Abate e a privatização dos matadouros, as questões da caça ou as aprovações e financiamentos de projectos que nunca viram a luz do dia.

Deve ainda o Governo informar o País sobre quantos milhões de contos foram entregues à CAP e quantos funcionários do Ministério pagos pelos contribuintes estão ao seu serviço.

Como deve o ministro da Agricultura tornar públicos os factos concretos que estão na base da acusação da falta de transparência com prejuízo para os agricultores e para o serviço público na gestão e execução dos milhões de contos do PAMAF que levaram à demissão, que o PCP não contesta, de um alto funcionário do Ministério.

Como ainda deve o ministro da Agricultura esclarecer por que está a nomear ou mantém em lugares de alta responsabilidade a confiança política altos quadros responsáveis pelas políticas anteriormente seguidas e pelas irregularidades cometidas. Porque mantêm à frente do IPPA - Instituto de Protecção da Produção Agroalimentar e no Grupo de Acompanhamento da BSE aqueles que de 1990 a 1993 foram responsáveis pelo encobrimento da doença das «vacas loucas»? Como se justificam as nomeações para a Administração da Companhia das Lezírias (e aqui é preciso que se esclareça tudo o que houver para esclarecer quanto à respectiva gestão e eventuais envolvimentos do ministro)? Como se justifica, por exemplo, que em Trás-os-Montes, se mantenham na gestão da política florestal consabidamente responsáveis pelo mar de ilegalidades e corrupção, na execução do PAF que, aliás, nós próprios trouxemos a este Plenário na última Legislatura? Ou como se justifica que o mesmo aconteça nas PEC's e no IROMA?

Se o Governo PS e o ministro da Agricultura persistirem no silêncio é evidente que tal comportamento político - só tem duas leituras, qual delas a mais grave: ou há uma atitude contemporizadora com as ilegalidades e o tráfico de influências oriundas do PSD ou então é a confissão de que as políticas são as mesmas e portanto os altos quadros que as executam também são os mesmos.

A crise das «vacas loucas» tem servido estupendamente para o Governo descentrar a atenção de outros bem mais graves problemas dos agricultores e da agricultura portuguesa. Mas esta situação não se prolongará indefinidamente.

Seis meses de Governo era tempo suficiente para que, no mínimo, novos sinais efectivos de mudança de política tivessem sido emitidos para a agricultura portuguesa.

Tal não aconteceu e as dificuldades aí estão a crescer e a desilusão aí está a desenvolver-se. Não se pode aceitar que a agricultura portuguesa se limite a pequenas ilhas e mesmo essas sem garantia de viabilidade futura.

Se não forem urgentemente tomadas medidas de fundo, como as que elencámos, que alterem os rumos da agricultura, que transmitam confiança e esperança no futuro, se se prosseguir no essencial com a mesma política agrícola, os mesmos protagonistas, as mesmas nefastas influências da CAP, então o Governo terá do PCP, terá dos agricultores portugueses, ontem como hoje, a mais firme oposição.

EM FOCO

O PS quer mudar de nome?

■ José Bernardino

Quem tenta vislumbrar que camadas sociais, que interesses determinam as opções políticas de cada partido ou dos seus dirigentes defronta hoje um sério quebra-cabeças: qual a distinção, a partir dessa óptica, entre as políticas do PS e do PSD no Governo, entre a de um Guterres dialogante e a de um Cavaco autoritário?

Não é decerto a postura, a melhor educação, nem a atitude perante questões relativamente menos essenciais o que mede a diferença entre duas políticas, como o não é o tempo de execução (o «timing», para usar a terminologia em voga). O próprio Cavaco, a contragosto da sua mais profunda idiossincrasia, acabou, tarde, por compreender que a sua interpretação não servia a peça e o actor não conseguia iludir a sua imagem na memória dos cidadãos. Desse ponto de vista, a maneira de fazer e de agir teria forçosamente de mudar - e mudou, embora por via duma derrota pesadíssima.

As palavras, a palavra e os factos

Em tempo de oposição, Guterres ainda inscreveu no discurso a imagem do PS do «socialismo democrático» (ou do «capitalismo democrático?»), vocacionado para as classes médias, gerindo salomonicamente as contradições entre o patronato e os trabalhadores, isto é, um partido democrático da burguesia. O colapso da URSS funcionava como «confirmação» de que: socialismo, só na gaveta, para ele a integração europeia seria já o futuro se a incapacidade cavaquista não tivesse dificultado o usufruto das benesses do grande mercado, da modernização, da qualidade de vida primeiro-mundista, etc. A base de apoio democrática do PS nem tinha, que estar apreensiva, por exemplo, com o silêncio ou apoio às privatizações e escândalos clamorosos à sua volta, pois o Poder há-de conquistar-se com uma postura responsável, que não intranquilize os grandes grupos e os grandes empresários de quem depende a economia e a prosperidade das nações, amén.

Porém, no limiar do Poder e quando com o assento já nele, o discurso e o compromisso vieram dispensar os álibis, embora se mantivesse os propósitos cordatos de diálogo e se acedesse algumas satisfações a uma opinião pública desejosa de mudanças. Ao programa eleitoral sucede-se o do Governo, às generalidades sucedem-se a transcrição de aspectos essenciais da política económica e social do PSD ou, directamente, de directrizes que o grande patronato não se coíbiu de difundir em plena campanha. Sintomaticamente, os grandes grupos dominantes, os testas de ferro dos grupos estrangeiros que foram a base do cavaquismo lá estão todos no primeiro grande acto do novo primeiro-ministro, a confraternização da FIL, primeira factura paga ou propósito de frutuosa coabitação. O projecto da adopção da flexibilização e polivalência demonstra à saciedade que os interesses dos trabalhadores foram, por sua vez, remetidos para a gaveta, o PS planta-se com armas e bagagens no lado da barricada social do PSD e do grande patronato.

Voltando ao quebra-cabeças, é hoje público e notório: no essencial a política económica e social do PS no Governo reproduz a do PSD, justapõem-se a oligarquia financeira e os interesses que lhes servem de base de apoio. Assim como haverá semelhanças daqueles que defrontaram e combaterão tais políticas, sejam trabalhadores ou empresários pequenos e médios. Que fenómeno produziu este mimetismo, esta comunhão de diagnósticos, de terapêuticas, de valores -

pesem embora as diferenças da história, das tradições e das clientelas?

Quem age por trás do pano

A força centrípeta de aproximação, que se exerce a partir das cúpulas do poder e de partidos, é o capitalismo transnacional. Não é necessário sair-se da Europa para constatar que a aproximação ideológica e programática dos partidos social-democratas, conservadores ou liberais não é um fenómeno português. Radica no esgotamento do modo de produção capitalista, na sua incapacidade de encontrar soluções para a crise em evolução, na total falta de perspectivas. Representa uma tentativa de manter a ditadura de classe de uma parte da burguesia (sobre os trabalhadores e sobre outras camadas da burguesia) cada vez mais restringida aos círculos do grande capital, da grande oligarquia financeira, passando por cima das fronteiras, sob uma bandeira imperialista com muitas estrelas e alguns sóis.

Esta soberania absoluta das forças do grande capital financeiro não pode manter-se apenas na base da enorme força política, militar, do controlo da informação, enfim, do domínio do aparelho do Estado de que dispõem. É necessária a caução cultural, ideológica, que justifique os meios, por exemplo, para concentrar mais riqueza à custa da devastação social que tem na exclusão a etapa final. Sem descuidar o prosseguimento do papel histórico das superestruturas capitalistas, é indispensável veicular conceitos e valores que autolegitimem a novíssima ordem. É nessa base que se conforma uma ideologia dominante no «mundo ocidental», o liberalismo ou neoliberalismo ou aquilo que muitos ensaístas designam por pensamento único, com carácter totalitário e de globalização em si de correntes políticas, sociais e religiosas que já foram adversas.

Sem procurar aproximação para definir tal ideologia, para a compreensão deste texto interessa referir como uma das suas bases a sacralização da economia, qual nova religião com os seus dogmas e anátemas, determinante da condição e do destino do homem, a partir de cujas fórmulas, indicadores e metas abstractas se pode aferir desde o desempenho (ou, traduzindo, da «performance») de governos, de políticas, de empreendimentos e

empresas e instituições, até ao sucesso e à realização pessoal. Entre os objectivos maiores, uma trindade: privatizações; desregulamentação laboral e da acção do Estado na economia; abertura da economia ao exterior e ao capital financeiro transnacional.

Meter o Partido Socialista na gaveta?

Obviamente, estamos a falar de gente que raciocina, para levar à prática esta ideologia em cada país, haverá de considerar-se as condições favoráveis/adversas, dos apoios e das resistências, da oportunidade de manipular a cenoura ou o bastão. Os objectivos não têm que ser atingidos ao mesmo ritmo: a conjuntura, as oportunidades, determinarão as prioridades.

Boa altura para voltarmos a Portugal, tomar em linha de conta o que fez o governo Cavaco para atingir esses objectivos e o que está a fazer o de Guterres. Num curto espaço de tempo, o governo do PS mostrou que comunga dos mesmos objectivos liberais do governo PSD (não interessa que este o tenha feito porque «assim deve ser!» e aquele o faça lamentando que «não se possa fazer doutra forma...») e, pior se fosse possível, que se apresta a cumprir aqueles que o cavaquismo não conseguiu levar a cabo. Com o aplauso e o conselho da oligarquia da finança, do comércio e da indústria que sobram, dos serviços e de antigas e novas clientelas, cujo ruído abafa cada vez menos as interrogações, os espantos, os protestos que alastram.

Todavia, apesar das identidades programáticas e pragmáticas dos seus governos, da comum devoção às receitas liberais, o PS ainda não está vazado na mesma matriz PSD. Percebeu-o bem o engenheiro Guterres quando, na procura do poder, baralhou personalidades, quadros, gente bem e mal intencionada, os fartos-do-cavaquismo e os que ambicionavam ocupar cadeiras-vagas, os vindos dos quatro cantos da política - para criar uma categoria de «independentes», entre os quais e pelos quais o primeiro-ministro Guterres pudesse recrutar executantes sem complexos da novíssima política que está a ser desvelada (tem-se dito que o Governo Guterres tem muitos independentes, com mais propriedade se diria que tem também académicos, gestores, técnicos, cristãos-novos... e alguns socialistas). Essa mesma percepção explica algumas preocupações em manter terminologias clássicas e queridas da esquerda e da base tradicional do PS (é o caso da ministerialização da «solidariedade», embora esta corra o risco de se transmutar, muito liberal mas em todo o caso confessionalmente, em caridade).

Isto significa que o processo de mutação que se desenvolve no Partido Socialista está em curso. É por isso que o PS vive um tempo pesado de interrogações sobre o que irá ser.

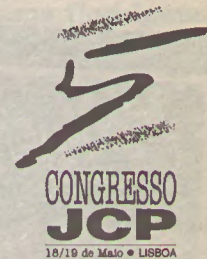
Será que a notória falência da política que continua a ser seguida, designadamente a devastação da economia e da sociedade portuguesa, a hipoteca insolvente do futuro de Portugal, imporão aos seus dirigentes a correcção de rumo e da escolha das alianças políticas e sociais? Nesse caso, uma enorme maioria popular responderia com vontade e inteligência para realizar a mudança, para encontrar a passada e o tempo do progresso.

Mas se, comprometendo definitivamente a imagem que os democratas e a gente de esquerda reteve do PS, a direcção do PS se mantiver na linha do compromisso com o pensamento e os usufrutuários do liberalismo selvagem e com os ditames da oligarquia mastrichtiana: melhor seria, embora não seja mais do que uma opinião de quem está de fora, que em nome da honestidade e da transparência mudassem o nome do partido...



EM FOCO

Um novo fôlego para a JCP



Intervenção - junto da juventude, nos locais de estudo, de trabalho, de residência, fazer face, em comum, aos problemas concretos, às realidades que enformam a vida da juventude, hoje - é a grande aposta da JCP, em vésperas do seu Congresso.

Esta linha de força que ressalta da nossa conversa com Ricardo Oliveira e Fernando Ramalho, da Direcção Nacional da JCP.

Ricardo Oliveira - Parece-me que poderíamos começar pelo fundamental do documento da JCP, que é a sua vertente de intervenção.

O mais importante do nosso documento - se bem que aborde também as questões de organização e de direcção da JCP para os próximos três anos - é esta vertente de intervenção dos jovens comunistas, para uma JCP que se quer aberta e interveniente, que possa alargar a sua influência junto da juventude portuguesa.

E é aqui que se encontram as grandes linhas de orientação - pelo contacto directo dos jovens comunistas com os outros jovens, nos locais onde estudam, nos locais de residência.

Eu procurarei falar mais da intervenção dos jovens comunistas nos locais de estudo. O Fernando irá talvez falar mais da nossa actividade nos locais de residência, até porque corresponde às nossas funções na JCP.

Falemos então da actividade da JCP nas escolas.

R.O. - Nas escolas, o grande objectivo da intervenção é, por um lado, o alargamento da nossa influência, dos ideais e dos valores do partido e da JCP, por outro, o combate contra esta política educativa que foi seguida durante os últimos dez anos pelo governo PSD, e que todas as medidas que entretanto o governo PS tem vindo a tomar, indicam que vai prosseguir.

Esta intervenção nas escolas, quer do ensino secundário quer do superior, na defesa dos interesses e dos direitos dos estudantes, na mobilização dos estudantes contra as medidas que estão a ser tomadas, algumas delas avulsas, contra todo este projecto de uma educação mais elitista - é a grande linha de intervenção dos jovens comunistas.

Uma intervenção em unidade com outros jovens que, não comungando dos nossos ideais políticos, defendem um ensino democrático. É com eles que iremos lutar por um ensino democrático em Portugal, por um ensino público.

A JCP não limita a sua intervenção às questões de ensino, pois não?

R.O. - Claro. Pensamos que a nossa intervenção nas escolas, junto dos outros estudantes, dos outros jovens, não se esgota nas questões da política educativa. Nem se esgota nos problemas concretos que cada escola terá.

Há todas as outras questões - as nossas posições ideológicas, os nossos projectos de sociedade, outras questões relacionadas com a actualidade política, como agora a questão da flexibilidade e da polyvalência. No fundo todos estes acontecimentos políticos, que também interessam aos jovens estudantes.

Uma coisa que nos últimos anos foi de alguma forma esquecida - até pelo envolvimento que os jovens comunistas tiveram na luta contra as propinas, em torno das provas globais, nas questões de política educativa - foi a intervenção na divulgação dos nossos valores, da nossa ideologia. E pensamos que esta é também uma outra linha de acção muito importante.

Como é que pensam concretizar estes objectivos?

R.O. - Por um lado com a afirmação da propaganda, da imprensa da JCP, tal como a do PCP, divulgando-a nas escolas. Por outro, com o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas da JCP, também nas escolas - no sentido da afirmação da JCP e dos seus valores.

Isto através de iniciativas não estereotipadas - não temos nenhum modelo de iniciativa - desde os debates a campanhas de afirmação.

Trata-se de ir às coisas concretas ou é o debate de ideias gerais?

R.O. - As duas coisas. Há questões em que se tem de ir um bocado mais ao concreto - por exemplo, as acções de solidarieda-

de, a luta anti-racista, ou o caso da intervenção militar na Bósnia, ou o serviço militar obrigatório, as questões da toxicod dependência, as questões do ambiente.

Como também há outras questões mais gerais - isto depende também da escola, ou do local

onde estamos. Por exemplo - em Económicas podemos fazer um debate sobre desenvolvimento económico, sobre a integração na União Europeia, sobre regionalização; em Letras podemos pensar fazer um debate sobre as questões culturais, a política cultural; em Ciências, poderemos mais facilmente fazer um debate sobre as questões relacionadas com a investigação científica e as novas tecnologias. Se calhar numa escola secundária, como a António Arroio, podemos falar sobre o ensino de arte.



Entrevista com Ricardo Oliveira e Fernando Ramalho

Naturalmente depois cada escola tem a sua especificidade. O local onde elas se enquadram tem também características próprias.

A nossa experiência nestes últimos anos, nomeadamente na condução de debates nas escolas, tem em conta o enquadramento das zonas residenciais das escolas.

Temos escolas, por exemplo, que se situam em zonas de grande concentração de imigrantes, nomeadamente de países africanos, em que temas como a luta anti-racista tiveram grande impacto.

São áreas de interesse dos jovens e dos estudantes, nomeadamente dos estudantes do secundário, e pensamos que também tem que passar por aí a nossa intervenção.

Não podemos desligar a nossa intervenção na escola de todas as outras questões que nos envolvem.

Querem falar sobre algumas posições da JCP face a problemas e áreas concretas - como a da saúde, por exemplo. Ou sobre o racismo.

F.R. - O racismo é sempre um problema que se coloca, um problema que está na ordem do dia.

Nós entendemos que a identidade de um país - em que, na sua vida, participem não só as pessoas desse país, mas também outras culturas, outras identidades culturais - não se perde. Antes pelo contrário. Pensamos que se reforça, por esta diversidade, por esta complexidade.

É evidente que, hoje em dia, pela política económica e pela política social que temos, estão criadas condições para fenómenos como o racismo, a xenofobia, alguma relutância em aceitar formas diferentes de estar, formas diferentes de cultura e de vida.

Também nesta área, a mobilização e a dinamização dos jovens, e não só, de pessoas que também sentem esse problema, que sentem a discriminação - é uma importante área de intervenção.

Creio que poderíamos voltar agora aos problemas que se vivem nas escolas. Talvez referir as questões, que na óptica da JCP, são neste momento mais graves, mais sentidas.

R.O. - Começaria talvez pela questão do financiamento do ensino superior, de que já há entretanto notícias publicadas nos órgãos de comunicação social.

Nós somos claramente contra a continuidade da política ante-

rior, de desresponsabilização do Estado, no que concerne ao financiamento do ensino superior público e, mais uma vez, este vai ser um dos grandes cavalos de batalha dos jovens comunistas, e de outros estudantes que não estão de acordo com este tipo de entendimento economicista do ensino.

Ainda no ensino superior, a questão que se levanta das bolsas - empréstimo ou dos empréstimos de longa duração - estamos completamente em desacordo com isso. É uma forma de camuflar as propinas. Propinas que na prática iremos depois pagar, num momento em que se colocam mais as questões do emprego e da instabilidade, sem que sejam dadas quaisquer garantias aos jovens, que queira constituir família, que queira adquirir uma habitação.

A verdade é que os contribuintes já contribuíram também para o orçamento do ensino, através dos impostos.

E depois há outra questão - a grande maioria dos custos da frequência do ensino superior, já são à partida suportados pela família. Há estudos, publicados muito recentemente, que comprovam que os custos de funcionamento das universidades e institutos politécnicos são muito inferiores a todos os custos que as famílias suportam com as deslocações, com a alimentação, com os materiais escolares e com as despesas dos deslocados de residência.

Portanto, achamos que esta medida não faz o mínimo sentido e que é mais um contributo para a elitização do ensino superior.

O que é que a JCP defende nesta área?

R.O. - Defendemos o ensino superior público gratuito. E ainda um programa de desenvolvimento do ensino superior que permita, a breve prazo, o fim do *numerus clausus*. Isto terá de passar também pela valorização do ensino superior politécnico, nomeadamente pedagógica e científica. E pela possibilidade de os próprios Institutos politécnicos atribuírem os graus de mestrado e de doutoramento, terem os seus próprios projectos de investigação, e promoverem uma maior qualidade no ensino que ministram.

Passando ao ensino secundário.

R.O. - Passando ao ensino secundário - uma das grandes questões que se coloca é a do acesso ao ensino superior, em que o actual governo mantém a preferência pela avaliação final, no género de em uma hora, duas horas, se fazer a avaliação de três anos de ensino secundário. Por nossa parte, defendemos a valorização da avaliação contínua.

Este tipo de ensino que se baseia na avaliação final, é um ensino que não promove o desenvolvimento do estudante nem a procura da valorização própria.

Uma outra questão, que não abordei há pouco, é a importância do reforço do movimento associativo. Pensamos que os estudantes comunistas têm tido, e continuam a ter, um papel fundamental na promoção do movimento associativo - naturalmente em conjunto com muitos outros jovens.

Em relação à própria JCP, à sua organização, que objectivos haveria a destacar?

R.O. - São duas as grandes apostas, em termos de organização - o reforço da direcção da JCP por um lado, e o reforço do enquadramento dos muitos jovens que têm aderido à JCP, por outro.

No reforço da direcção, em termos centrais, trata-se de uma maior ligação às organizações, aos distritos, aos sectores. E ao nível do distrito, e mesmo do concelho, trata-se de promover uma maior capacidade de coordenação entre os vários sectores. Passa muito por aqui a capacidade de ligação entre a escola e o local de residência. Uma coordenação em que se procure também encontrar formas de melhor intervir.

Existem muitas realidades e muitos estados de desenvolvimento na JCP - não é igual em todo o lado - e assim procuramos deixar algo em aberto, para que as características e as condições em cada local permitam o encontrar da melhor solução em termos de organização e de direcção.

F.R. - Uma orientação muito importante também do nosso trabalho é o recrutamento, o reforço quantitativo da JCP. Por outro lado, e não desligando disso, há a questão do enquadramento e da renovação dos organismos de direcção.

A meu ver, têm-se dado passos muito grandes nesta vertente. Tem havido uma preocupação muito grande, de que quando um jovem se inscreve na JCP - e fá-lo naturalmente com diversas motivações - a JCP tenha a sensibilidade de enquadrar esse jovem de acordo com as necessidades que tem, por um lado, e por outro com as motivações do jovem. E é uma forma também de alargar as nossas áreas de intervenção.

No âmbito da preparação do Congresso, fez-se um esforço muito grande, de envolver, não só a organização, mas abrir a organização para outros jovens. Envolver outros jovens nas iniciativas e em todo o trabalho em torno do Congresso. Para que o Congresso em si constitua, não um momento de chegada, mas um momento de partida. Para um novo fôlego para a JCP, para o trabalho futuro.



O Militante

Ano 64 Série IV Nº 222

ABERTURA
2 CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA

O MILITANTE
4 CONTINUAR A BATALHA

LUTAS
5 VIVA O 1º DE MAIO!
6 OUTRAS POLÍTICAS PRECISAM-SE!

ORGANIZAÇÃO
9 MAIOR AFIRMAÇÃO E REFORÇO DO PARTIDO
12 DINAMIZAR A REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS

ASSEMBLEIA
14 UM ORÇAMENTO APOIADO PELA DIREITA
17 UMA BATALHA PELA DEMOCRACIA

75 ANOS DO PCP
22 IV CONGRESSO DO PCP
27 LIBERDADE, DESENVOLVIMENTO MODERNIDADE
32 CADERNOS DE HISTÓRIA DO PCP
34 <http://www.pcp.pt/pcp/>

JUVENTUDE
35 A mudança constrói-se na luta!
37 Juventude trabalhadora contra a discriminação
41 A integração europeia e a juventude

EM FOCO
43 CADERNO VERMELHO
43 CINCO DIAS, CINCO NOITES

CULTURA
44 A OBRA DE ARTE COMO FORÇA CULTURAL

UE
47 DIZER NÃO À TEORIA DOS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS

INTERNACIONAL
49 PROVOCAÇÕES A CUBA E À PAZ MUNDIAL

OFERTA DE LIVROS
53 O PCP NA LUTA CONTRA O FASCISMO E A GUERRA

NOTAS E COMENTÁRIOS
55 A exploração nua e crua...
56 «Patronato defende o Orçamento de Estado»
56 Contradições
57 Comentários do PCP e de outros
58 Notas sobre a sociedade capitalista
59 O desemprego real e a pobreza

INTERNACIONAL DOCUMENTOS
60 APELO PARA O COMÍCIO INTERNACIONAL DE PARIS

DOCUMENTOS
61 GOVERNO PS PROSEGUE POLÍTICA DE DIREITA

A Nova República de Amoralismo

O auto-elogio tornou-se rotina no governo brasileiro. Fernando Henrique Cardoso insiste em esboçar, no seu estilo fluente, cenários róseos que o povo não consegue enxergar, porque a vida lhe aparece carregada de nuvens tempestuosas. O discurso presidencial não lembra o do oásis cavaquista porque FHC é um político mais inteligente e culto.

As grandes mudanças que anuncia estão ligadas a reformas que contribuirão para agravar a injustiça social e a dependência do País. Quase todas exigem emendas à Constituição, o que significa uma maioria de três quintos. São reformas não apenas polémicas, mas perigosas.

O aumento da popularidade do Presidente no início do seu mandato resultou do êxito obtido no combate à inflação. Em 1995, esta caiu de 941% para cerca de 23%. No ano corrente as previsões oficiais apontam para uma taxa inferior a 15%. Veremos. Mas é falso que se assista a um impetuoso movimento no sentido da redistribuição do rendimento nacional. Os trabalhadores foram beneficiados apenas porque a desvalorização galopante da moeda permitia a pilhagem dos salários. Por isso mesmo, com o real estável aumentou o consumo de artigos de primeira necessidade. Uma medida do governo que tem sido intensamente explorada pela propaganda foi o barateamento do frango através de estímulos e subsídios. O quilo custa presentemente menos de 200 escudos. Mas na *revolução do frango*, como já lhe ouvi chamar, se esgotam na prática as grandes iniciativas que, segundo o Governo, contribuem para mudar a face do Brasil.

A vida está caríssima. Com excepção de alguns alimentos básicos, os preços médios nos supermercados são mais elevados do que nos EUA ou na França. Num decisão perversa, os preços dispararam em 1994, nos meses que precederam a criação do Real. O ajuste fez-se antes da eleição de FHC sem prejudicar as «elites» e o imperialismo. A paridade real-dólar (a moeda nacional vale mais dois centavos do que a americana) é mantida artificialmente através de uma política cujos custos e consequências estão a provocar desequilíbrios graves, endividamento interno e intranquilidade.

Em 1995, os juros pagos ao capital estrangeiro foram os mais altos do mundo, atingindo 30%. Daí uma enxurrada de dólares atraídos pelo lucro fácil e rápido. Somente nos três primeiros dias de Fevereiro entraram no país, para o jogo do dinheiro, mais de 1100 milhões de dólares. Os malabarismos oficiais para evitar a valorização absurda do real levaram o governo a intervir no mercado e realizar compras maciças de dólares. Depois emitiu títulos do Tesouro, que vendeu, sobretudo aos bancos, para recolher os reais que havia gastado, e conter assim a inflação. Uma ginástica monetária que não pode eternizar-se.

O governo invoca a solidez das suas reservas: 55,5 mil milhões de dólares em Março.

Mas os dólares do Banco Central, aplicados no estrangeiro, rendem no máximo 10%...

O resultado dessa política monetária é o aumento em flecha da dívida pública. De Janeiro de 95 a Janeiro passado ela pulou de 63,39 mil milhões de reais para 117 mil milhões; no fim de Março já havia ultrapassado os 130 mil milhões.

O Banco Central interveio para salvar da falência bancos privados envolvidos em fraudes. O Governo federal teve também de oxigenar o Banco do Brasil (uma injeção de oito mil milhões de reais) cujas perdas no último ano excederam 3,2 mil milhões. Essa colossal sangria do Tesouro será aumentada pela feitura dos compromissos assumidos pelo Presidente ao forçar a aprovação da Lei da Previdência e impedir, através de entendimentos de bastidores, o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito que se propunha investigar os escândalos do sistema financeiro (o Senado, que a havia aprovado numa primeira votação, rejeitou-a depois, após parecer de uma Comissão que a considerou inconstitucional...). Segundo a «Folha de S. Paulo», o conjunto das operações ilícitas ou fraudulentas a ser investigado ascenderia a 28,2 mil milhões de reais.

Um mau orçamento

A agricultura foi duramente penalizada pelo Plano Real. Entre Julho de 94 e Outubro de 95, os preços agrícolas aumentaram apenas 29,2%, não obstante a inflação no

Alguns números relativos a Dezembro de 95

População estimada	162 milhões
Inflação	23 %
PIB em biliões de dólares	552
Reservas	51
Comércio externo	105
Dívida externa	120
Dívida interna	109
Produção de automóveis e camiões	1 600 000

mesmo período ter sido de 43,3%. Resultado: as perdas da lavoura no sector cerealífero atingiram 5 mil milhões e as do café, da cana-do-açúcar e da pecuária, 4 mil milhões. Foi o pior ano para a agricultura desde a crise de 19, na opinião do Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

No tocante ao Orçamento de 96, os números não justificam também o optimismo presidencial. Mais de 42% do total será absorvido por encargos financeiros, incluindo juros, ou seja 13 vezes a verba atribuída à Educação. Entretanto, o custo das matrículas e propinas subiu no ensino privado 88,15% no ano corrente, segundo a «Folha de S. Paulo».

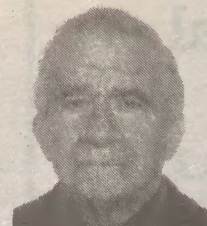
Na frente das privatizações, os títulos do Tesouro cumprem um papel nada claro. São aceites como meio de pagamento pelo seu valor facial, mas uma parcela ponderável pode ser facilmente adquirida por um custo inferior. É a moeda podre, como aqui se diz.

Este ano, os investimentos federais na Saúde e Educação serão inferiores aos de 95, respectivamente em 28,299% e 35,22%.

Fernando Henrique (conclusão)

e autoritarismo

■ Miguel Urbano Rodrigues



Neste contexto, o preço dos combustíveis, tradicionalmente fixado pelo Governo, foi liberado. O efeito do aumento (14% em São Paulo) será sensível no transporte público e privado (em São Paulo não há passes que reduzam o custo no Metro ou nos autocarros).

Outra preocupação: o plano de investimentos em começo de execução levará a um grande aumento da dívida externa: dos actuais 120 mil milhões de dólares passará no final do século para 170 mil milhões.

Empresários criticam FHC

Os empresários começam a resmungar. Herbert Lévy, o patrão do influente diário «Gazeta Mercantil» (modelo brasileiro do «Wall Street Journal»), num editorial intitulado «O Barco faz muita água» pôs em causa a política monetária, submetendo-a a severas críticas e, salientando que o desemprego «continua fazendo devastação», lembra que «o número de cheques sem fundos é o maior dos últimos dez anos, e o de falências teve um aumento de 66% em relação a igual período do ano passado».

A política fiscal, além de profundamente injusta, não dispõe de mecanismos de controlo minimamente eficazes. A Receita Federal previu, aliás, em Janeiro uma queda de 8% na arrecadação de impostos.

Na indústria, a situação não é de molde a justificar optimismo. Em Dezembro, as vendas, globalmente, caíram 4,58%. A recuperação é lenta, as transnacionais, porém, atravessam uma fase de prosperidade explosiva, obtendo lucros fabulosos. A Pepsi, a Coca-Cola, a Nestlé, a Reckit & Colman, a Philip Morris e outras anunciam resultados recordes desde o início do Plano Real. Em muitas delas a filial brasileira apresenta lucros superiores às instaladas na Europa e no Japão. Centenas de fábricas de têxteis, nacionais, fecharam, entretanto, as portas.

Falso milagre

Fernando Henrique tem pressa de ver aprovadas pelo Congresso, nos próximos meses, as suas reformas. Muitas das emendas à Constituição por elas exigidas, nomeadamente as que abrem ao capital estrangeiro áreas que no próprio Império brasileiro lhe estavam vedadas, implicam, na opinião do deputado comunista Aldo Rabelo, o desmoronamento da coluna vertebral da lei Fundamental, ao suprimir o princípio da soberania nacional.

Na área do Trabalho, a imposição da Reforma da Previdência (aprovada na generalidade) não passou de um ensaio geral. Já foi qualificada de prólogo a um Munique social em preparação. Entre outras inovações, a nova Lei estabelece que doravante o período de licença de maternidade deixa de contar para o cálculo do tempo de serviço para efeitos de reforma.

O clamor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aumenta a cada mês, não obstante a debilidade das suas estruturas como força de contestação. As acções dos camponeses famélicos estão, aliás, a provocar da parte do Poder um acréscimo da repressão.

FHC defende-se alegando que, em menos de um ano, o governo já assentou em terras distribuídas pelo Estado cerca de 40 000 famílias camponesas. Mas para um país com 160 milhões de habitantes no qual o latifúndio alastra em vez de diminuir e onde fazendas com

centenas de milhares de hectares são comuns, o total de rurais beneficiados é irrisório.

Não falta já, entre os epígonos do Presidente FHC, quem fale do novo milagre brasileiro.

Do antigo, nos tempos da ditadura, conservo uma memória dolorosa; quanto ao que estaria em desenvolvimento não consigo identificá-lo. A contenção e o refluxo da inflação, por si só, não definem o êxito de uma política.

No Peru, a inflação acabou e a situação social é calamitosa. Na Argentina, onde a política deflacionária também teve êxito, a estratégia neocolonial e a contestação aumentam. No México o peso manteve durante anos a mesma cotação artificial perante o dólar, mas a estratégia ultraliberal de Salinas de Gortari

deputados é de 8000 reais – oitenta vezes o salário mínimo – superior à média dos parlamentares dos países da União Europeia se contabilizarmos as vantagens e subsídios de função.

Washington acompanha com muita satisfação o evoluir da política neoliberal em curso no gigante do Sul. Afinal, a reconstrução económica do Chile, realizada pelos Chicago Boys durante o consulado de Pinochet e continuada por Patricio Aillwyn e por Eduardo Frei foi apenas um ensaio. O que está a passar-se no Brasil assume, para os estrategos do imperialismo, nos EUA, outro significado.

Fazer do Brasil um mostroário do neoliberalismo e um modelo para sociedades do Tercei-

ordem social e económica imposta, como nos lembra o historiador Carlos Guilherme Mota, da Universidade de São Paulo.

O doce e breve encanto do Carnaval, a fraternidade do samba, Pelé feito ministro não alteram a crueldade de uma sociedade onde a exclusão das minorias foi e é regra e dogma dos detentores do Poder. A cidadania real nunca passou de direito a bem partilhado pelo colectivo nacional: continua a ser privilégio dos mais iguais.

A dualidade antagónica vem de longe; tem sido uma constante da vida pacata nas pequenas cidades do interior, tão bem descrita pelos grandes escritores do Brasil, coexistem sempre com o outro lado, menos iluminado, o trágico.



não evitou o desastre do ano 94 (sem os 47 bilhões de dólares recebidos apressadamente dos EUA e da União Europeia, o país teria ido à bancarrota).

Não parece iminente uma crise similar no Brasil. Mas os grandes êxitos de FHC são forjados pela propaganda. O milagre é fantasmático.

Que vai passar-se no Brasil nos próximos anos? Não tenho obviamente resposta para a pergunta. Mas o balanço do primeiro ano do governo de FHC é decepcionante – repito – para todos quantos acreditarem que a maioria do povo – e particularmente os trabalhadores que são vítimas de uma sobreexploração com raízes seculares – iria ser beneficiada por uma política orientada para a redistribuição da riqueza produzida. Tal não aconteceu.

A campanha que visa a reeleição de FHC contribui para aumentar as apreensões na oposição.

Paradoxalmente, a manobra presidencial é facilitada pela fragilidade e desprestígio do Congresso. O vencimento-base dos

ro Mundo que disponham de sectores avançados desenvolvidos é uma velha aspiração do sistema imperial norte-americano.

A análise da conjuntura e o estado do paciente submetido às mezinhas e ao bombardeamento teórico do cirurgião FHC levam-me a admitir que o projecto está condenado a fracassar. Mas neste país qualquer previsão, sobretudo a curto prazo, envolve sempre um alto risco. Excluídas a China e a Índia, não há talvez no mundo sociedade tão difícil de compreender no seu caminhar pelo tempo e também no seu sentir diversificado. A lógica cartesiana não ajuda a entender o Brasil e a própria metodologia marxista não nos aproxima em muitas situações de respostas clarificadoras.

Darcy Ribeiro tenta, como afirmei no meu artigo anterior, explicar o Brasil de ontem e o de hoje. Mas não alcançou o objectivo.

O país do «racismo cordial» tem um passado sangrento, mal conhecido, de que se fala pouco, porque a opressão foi nele cimento da

Pergunto-me com frequência como, atravessando épocas angustiantes, este povo, tão heterogéneo, mas também harmoniosamente inconfundível, não caiu no desespero e conseguiu na sua dolorosa saga preservar a imaginação prodigiosa, a criatividade, o sentido de humor e a vocação para a alegria, a fome de ternura e amor.

Aparece agora neste palco fascinante, laboratório da humanidade, o scholar Fernando Henrique com o seu sofisticado discurso neoliberal, que também não explica o Brasil nem lhe abre as portas do paraíso pela estrada da modernização.

O ultraliberalismo, despojado das lantejoulas da retórica, é afinal, nesta terra inexplicável, a própria teoria da dependência (1).

(1) In «Florestan e a tradição do inconformismo», de Carlos Guilherme Mota. «O Estado de S. Paulo», 10.2.96.

— Os números citados neste artigo foram, na sua quase totalidade, extralidos do diário «Folha de S. Paulo», o jornal de maior tiragem no Brasil e um dos mais influentes.

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura

Álvaro Cunhal

Acção
Revolucionária,
Capitulação
e Aventura

Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

edições
Avante!

Crónicas de uma

O poder da palavra está nos conceitos que encerra, nas interpretações e desenvolvimento das ilações que destes podemos tirar. Na construção de uma frase tudo é importante para definir a ideia a ela subjacente. Cada interlocução, cada artigo definido posto e acrescentado, pode dar um novo sentido ao que se pretende ou torná-lo suficientemente ambíguo para lhe darmos as mais variadas interpretações.

Outras vezes, ao reduzirem-se conceitos a formas mais simplistas, pretende-se retirar conotações pejorativas e dar falsas expectativas. Lembro-me nestes casos do livro «1984» do Orwell no que se refere ao termo «ímbom» que significa mau, mas sem as conotações reais de horrível, terrível ou simplesmente mau; reduzindo assim a capacidade de expressão e crítica, criando um conceito novo e lapidar.

Se juntarmos às palavras, as manipulações dos números, vemos que os novos (Euro) sofistas, servidos pelo «gospel dos media», têm toda a capacidade para alterar a história e vender peixe velho com cheirinho a novo.

Decorreu nos dias 13 a 14 de Abril uma reunião dos ministros das Finanças dos quinze e os governadores dos respectivos bancos centrais. Este ECOFIN informal dos «chefes» visava discutir os problemas referentes às relações entre os países «in» e «out» da UEM e as propostas do ministro das Finanças alemão Theo Weigel sobre o já famoso pacto de estabilidade.

Desta vez não tivemos em Verona uma história trágica de amor shakespeariana, mas algo mais brejeiro, um *flirt* e piscar de olhos descarado de Jean Arthuis a Theo Weigel ao melhor nível das técnicas de engate clássico, que seguindo as recomendações do manual ponto por ponto traria o Weigel à rede para não dizer à cama. Em conclusão, Verona lançou bases para a continuação do SME — o SME II — e a cartilha maternal que os países «out» terão de seguir.

O novo SME terá uma participação voluntária dos seus membros (ponto conquistado pela Inglaterra e pela Suécia) e terá um formato estrela com as bandas de flutuação a ficarem entre os 10 e 15%, apesar destas poderem ser negociadas caso a caso entre os «out» e o futuro Banco Central Europeu (BCE). O formato estrela implica que não haverá paridades e convertibilidade entre as várias moedas da UE, mas apenas uma convertibilidade de cada moeda «out» ao Euro.

O ministro das Finanças francês, Jean Arthuis, propôs não uma revisão dos critérios de convergência mas o acelerar do processo de sanções aos Estados-membros que saiam da linha no cumprimento dos critérios nominais. Sanções que passam pela imposição de um critério de condicionalidade aos Fundos Estruturais à semelhança do que já é aplicado para o Fundo de Coesão.

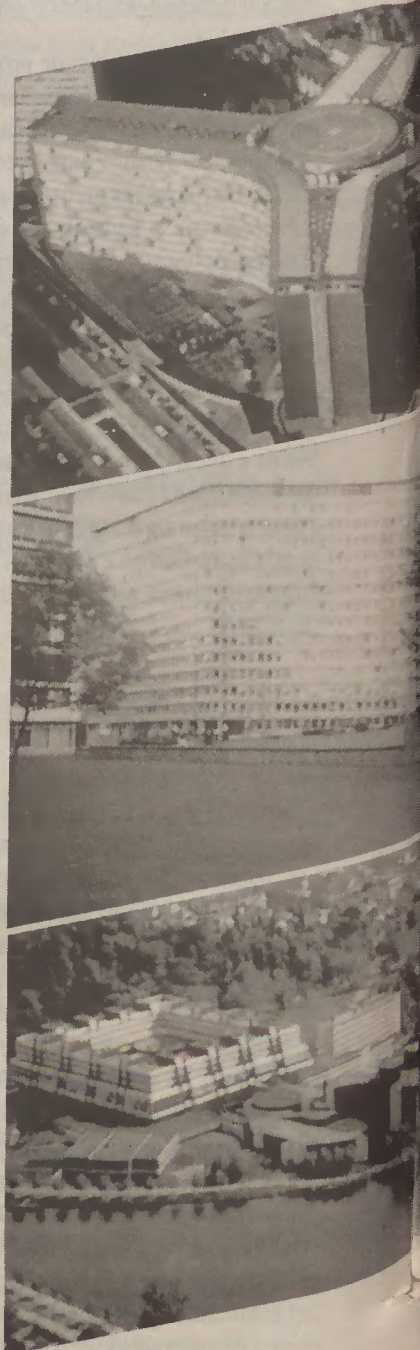
Isto significa transformar todos os instrumentos dedicados a promover a convergência real entre países e regiões da UE, em instrumentos de promoção da convergência nominal. É a «teoria do cacet»: ou bem que cumprem os critérios, ou não há fundos estruturais para ninguém. Isto visa fomentar ainda mais o aceleramento nas reduções do défice e da inflação que têm reduzido a procura global; conjuntamente com as reduções dos rendimentos reais dos trabalhadores (sendo, na gíria corrente, chamados de «custos salariais») e a redução do investimento público.

Mas as compensações para cumprir os critérios não terminam aqui, havendo alguns que defendem a evolução do Fundo de Coesão para um «Fundo de Estabilidade», que serviria como câmara de compensação financeira para os «out» que continuassem na linha da convergência — os bons alunos. E, entretanto, esvaziava-se o

Fundo de Coesão dos objectivos para que foi criado, ou seja, a promoção da coesão económica e social. O que não é de estranhar que esta ideia venha de um deputado socialista alemão, Walter, que viu na sessão plenária de Abril votado o seu relatório sobre a UEM e a tão falada coesão. Com alguns elementos positivos de chamariz aos países da coesão, visa defender o mesmo que outros deputados alemães já defendem em público — acabar com o Fundo de Coesão. Mas, claro, com alguns purismos de linguagem tudo soa diferente.

Em pretensa defesa dos «out», assume-se que os realinhamentos cambiais e as intervenções monetárias serão da iniciativa do BCE, defendendo os interesses dos «in», ou seja, a política monetária dos «out» será subordinada aos interesses do núcleo duro do euro-germano-franco. Aliás, em tudo conforme com uma Europa de duas ou mais velocidades baseada na estruturação por círculos concêntricos.

Tudo em nome de uma moeda única, que segundo os profetas contribuirá para promover a estabilidade cambial e monetária na Europa, a descida das taxas de juro e a diminuição dos custos de transacção, reforçando a integração do mercado único respondendo assim aos anseios europeus de ter uma moeda que rivalize com o dólar yankee no plano internacional. Mais, relatórios do Parlamento Europeu, como do espanhol do PP Garrido Polledo, começam já a delinear os contornos do novo Sistema Monetário Internacional (SMI) após 1999, um siste-



ma monetário tripartido na área do dólar, do iene e do euro. Isto irá promover, por sua vez, a criação de emprego e o crescimento económico sustentado. E para aqueles que creem, aqui está o desvendar do mistério de Fátima, com o anúncio ao povinho do terceiro segredo, que é nem mais nem menos uma moeda única para resolver de vez os problemas do desemprego.

Desculpem a Lúcia, pois era novinha de mais para compreender o euro-calão. Esquece-se, no entanto, que o problema do desemprego é resultado de deficiências estruturais e contradições do sistema capitalista, pela opção de classe a ele inerente. É, velho exército de reserva de desempregados de Marx a surgir, resposta do capital para pressionar para baixo os salários e os direitos conquistados pelos trabalhadores, em prol do interesse das grandes transnacionais em aumentar as suas mais-valias. É de perguntar se quan-

UEM anunciada

do crescerem as nossas exportações, se isso representa um crescimento real da economia ou se o Estado está a implementar estratégias consonantes com os interesses das transnacionais.

Sendo assim, em coro unânime, o eixo franco-alemão, com uma ajudinha do Comissário Silguy e o presidente do Instituto Monetário Europeu (IME), Lamfalussy, intensificam o ritmo para atingir a moeda única no prazo estabelecido em Madrid.

O reverso da moeda

Por detrás de campanhas de propaganda europeias de milhões de ecus (a campanha de propaganda para o euro está orçada em 19 milhões de ecus) para convencer o comum dos mortais dos benefícios da moeda única, continua a esconder-se os custos reais da mesma e os interesses do capital a ele subjacentes. A progressiva liberalização do comércio e dos capitais ao nível mundial abriu as portas aos interesses das grandes transnacionais que cada vez mais se deslocam livremente e sem controlo, assumindo um verdadeiro poder que se substitui às políticas económicas dos diversos Estados (cerca de 1/3 do comércio mundial passa pelas grandes transnacionais), com a vantagem de ser o único actor económico que não conhece fronteiras. A globalização mundial serviu para as grandes transnacionais aproveitarem para se deslocarem de um país para o outro em procura de maiores mais-valias. Enquanto transferem outras mais-valias com a especulação de capitais financeiros.

Desenganem-se aqueles que pensam que as vantagens da moeda única são grandes e para todos, principalmente para aque-

sificação forçada e a todo o custo do processo de convergência nominal. Mas os grandes benefícios da moeda única vão para as transnacionais e para o grande capital financeiro, que terá menos riscos e menos perdas nas grandes operações financeiras internacionais, que terá menos custos nas deslocalizações produtivas. Uma moeda única vai possibilitar a concentração do capital e a sua circulação ao nível da UE será cada vez mais barata.

Contradições

A UE europeia sobretudo não é uma zona monetária óptima, mesmo segundo as opiniões dos gurus monetaristas e neoliberais, visto que o seu mercado carece de suficiente integração para responder de uma forma simétrica aos choques dos preços internacionais. A mobilidade dos factores é essencial, para a baixa de taxas de câmbio reais numa área poder ser compensada por a transferência de factores produtivos de uma região em alta para uma em baixa de forma a atingir um equilíbrio. Depois, porque os diferentes níveis de desenvolvimento económico estabelecem uma resposta assimétrica a choques externos ou à eficácia de políticas comuns. Cada administração pública tem formas particulares de resposta em relação aos problemas com que é confrontada, baseada na história, cultura e tradição dessas mesmas sociedades. Sendo assim, sem uma política cambial, a única forma de minimizar choques externos é pela compensação financeira externa.

Mas a contradição é que a resolução destes problemas a nível europeu passa pelas mesmas soluções keynesianas que os fundamentalistas monetaristas rejeitam ao nível de cada Estado-membro,

linhas o Artº 109J do tratado e outros de forma a dar uma ajuda no passo da UEM, pelo menos para o núcleo homogêneo do centro da Europa, os outros caso possam mas não são prioritários.

«Pré-in»

Parte engraçada foi como os «out» passaram a ser referidos em documentos oficiais de «pré-in», que digamos soa quase a uma promoção.

Mas para ajudar países que não cumprem os critérios, nada melhor que alterar os indicadores estatísticos e o método de cálculo de alguns agregados económicos utilizando o conceito de harmonização. Primeiro, atacou-se a inflação, retirando-lhe da base de cálculo rendas de casa, prestações sociais no domínio da saúde e educação, etc. Em suma ficamos com um índice de preços baseado exclusivamente em mercadorias. E por estranho que pareça os países com maiores taxas de inflação vêm-na assim reduzida e alguns com baixa vêm-na ligeiramente aumentada. Em resumo, uma maior convergência.

Depois, decidiu-se atacar o denominador comuns, atacar o PIB, medida da riqueza nacional. Agregado que vai ser reavaliado de forma a se encontrar uma harmonização do PIB com o argumento de as diferenças de cálculo dos diversos Estados-membros impôs um limiar não adequado de recursos próprios comunitários. Em 1992 houve uma reavaliação do PIB que tornou obrigatório a inclusão da economia subterrânea e do produto inerente às regiões autónomas, isto levou a um acréscimo do PIB de cerca de 14%. A aprovação do novo Sistema Europeu de Contas vai provocar uma nova reavaliação

do método de avaliação do PIB; o que pode provocar um novo acréscimo no PIB de 5 a 10%. Pormenor interessante é saber se este novo SEC estará operacional na altura do exame de entrada para o pelotão da frente, visto que este está previsto para entrar em vigor em 1999. Mas, como se pode ver, para realizar o desejo de criar uma moeda única contra todas as evidências económicas só falta ir acender uma velinha ao Vaticano.

Sousa Franco até voltou todo feliz de Verona; por um lado, já é um «pré-in», e com revisões estatísticas e flexibilizações a pairar até já fala como se fosse um «in». Afirma que «fora do euro, estamos fora da Europa», ou seja, entramos na velha ideia que é impossível estar na UE sem estar na UEM. Aliás, em conformidade com os restantes socialistas europeus. A ver vamos se em 1997 não terá uma surpresa.

Mas o desacelaramento económico continua, enquanto o crescimento do PIB mundial cresce 4,4% a Europa segue a meio gás nos 2,7%. E, em Portugal, as previsões económicas parecem o «jogo do empurra» (para baixo) ou o «jogo das escondidas», porque afinal o nosso PIB pouco crescerá acima do 1% em 1996, continuando o processo de divergência real com UE iniciado no terceiro trimestre de 1992.

Penso que, na Europa, querem-se esquecidos definitivamente os problemas sociais e a lógica humana, muita que até paira no tratado ou em protocolos anexos, como a coesão económica e social ou a igualização no progresso. Mas no fundo esta opção de integração capitalista, seguindo a sua própria lógica, trata os problemas sociais na medida da sua suportabilidade. É como uma panela de pressão que de vez em quando temos de libertar algum vapor ou senão pode rebentar.

Mais uma cimeira passou e nada mudou ao nível dos objectivos. Melhor, mudou o discurso político e a roupagem aos mesmos velhos objectivos.

Seguimos em frente para uma UEM anunciada e não questionada, ou não estivéssemos inseridos num processo de integração capitalista.



les que trabalham. Os exemplos de vantagens sucedem-se nas campanhas de intoxicação europeia, como a velha história do turista que sai de Portugal com 200 contos que se parasse em todos os países da União perderia em custos de transacção mais de 40% deste valor, perdendo 80 contos só em câmbios (partindo de que a maioria dos portugueses passa as férias em Portugal, esta vantagem seria apenas para a minoria que viaja ao estrangeiro em férias).

Ou da pequena e média empresa que pode beneficiar de diminuições no risco cambial e de juros mais baixos. Ou do pensionista que veria as suas poupanças reais acrescidas. Ou do trabalhador que vê o seu poder de compra aumentado com a redução da inflação (isto se ainda tiver posto de trabalho ou não tiver os salários em atraso). Estes possíveis ganhos, têm no reverso da medalha, custos bastante pesados, mais pesados talvez pela aceleração e inten-

ção seja de combate ao desemprego do Orçamento para 1997 (que são os mesmos desde 1994) são o investimento em infra-estruturas através dos projectos das redes transeuropeias, o investimento na investigação e a bonificação de juros às PME.

Para além disso, os preciosismos de linguagem estilo calão europeu vão também no sentido da mesma orientação global. Primeiro os mesmos que defendiam a aplicação estrita dos critérios de convergência, vêm agora reinterpretá-los, ou melhor, flexibilizá-los. Pois como estes critérios nominais, arriscaríamos a ter em 1997 um país a passar à moeda única — o Luxemburgo — pois nem a Alemanha cumpriu o critério do défice em 1995, tendo este ficado a 3,5%. Mas mais importante que isso é que não existe UEM sem a França que tinha em 1995 um défice de 5%. Por isso, é necessário definir bem o que é um défice excessivo; reter nas entre-

Odivelas: uma Junta armada aos cucos

A Junta de Freguesia de Odivelas, no Concelho de Loures, lançou um louvável folheto onde pede a colaboração «com a Junta de Freguesia na melhoria da qualidade ambiental da população de Odivelas», para o que solicita que os cidadãos locais removam «os dejectos dos seus cães», contribuindo «para que Odivelas fique mais limpa». E remata: «Presentes do seu cão? Não, obrigado!» Acontece que esta súbita acção da Junta de Freguesia de Odivelas em prol da «melhoria da qualidade ambiental» é uma cópia integral da campanha contra os dejectos caninos levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa - tão integral que nem hesita em utilizar o slogan lisboeta «Presentes do seu cão? Não,

obrigado» - sem que os responsáveis da Junta de Freguesia de Odivelas tivessem, sequer, a cortesia de contactar o município lisboeta ou, pelo menos, o pelouro do Ambiente responsável pela campanha, avisando que a iriam copiar. Acontece também que esta Junta de Freguesia de Odivelas, de gestão PS, andou simultaneamente a espalhar pela cidade uma campanha de cartazes contra a Câmara de Loures, a que pertence, «identificando-a» como «responsável» pelo mau estado de vários arruamentos, fazendo a sua «demarcação PS» da gestão CDU de Loures. Acontece, ainda, que as «denúncias» de arruamentos não concluídos em Odivelas se reportam à herança deixada por gestões PS na Câmara de Loures, responsáveis pelas célebres negociações imobiliárias que deixaram o Concelho a braços com inúmeros problemas de infra-estruturas.

PONTOS CARDEAIS

Temos, portanto, a Junta PS da Freguesia de Odivelas a «identificar» a CDU, em Loures, com os problemas que são da responsabilidade de gestões PS e a «identificar-se» a si própria com o trabalho ambiental que, por acaso, é da responsabilidade directa do vereador Rui Godinho, o primeiro elemento comunista na Coligação PS/PCP que governa a cidade de Lisboa... Aqui está, literalmente, uma Junta de Freguesia armada aos cucos.

Ausências significativas

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, promoveu uma mesa-redonda apontando para um futuro «Pacto de Confiança para o

Emprego». Cheia de boa vontade, a reunião previa uma ampla presença de parceiros sociais europeus ao mais alto nível, o que permitiria encontrar formas de promover o emprego na União, o que seria uma boa contribuição para a cimeira europeia marcada para Florença, em Junho próximo. Resultado: a quase generalidade das confederações patronais europeias não puseram lá os pés ou mandaram segundas figuras, o que retirou por completo as já remotas perspectivas de avanços concertados em matéria de luta contra o desemprego. É claro que as confederações patronais portuguesas alinharam pelos seus pares europeus e mandaram à reunião a sua delegada em Bruxelas. Quanto às centrais

sindicais, a CGTP-IN fez-se representar pelo seu responsável máximo, Carvalho da Silva, enquanto a UGT não mandou ninguém, apesar de o seu secretário-geral, João Proença, ter sido incluído na lista dos delegados esperados. Por aqui se vê - aliás, numa demonstração chocante - o que valem as palavras do patronato e de um certo sindicalismo quando «defendem» a luta contra o desemprego...

Reciclagem?! E os lucros?!...

O Ministério do Ambiente, através do secretário de Estado-adjunto José Sócrates, está a preparar um projecto de Portaria sobre reutilização de embalagens, que tem o louvável objectivo de recuperar, até 1999, os níveis de reutilização existentes há três anos, ou seja 30% para os refrigerantes, 80% para as cervejas, 15% para as águas

minerais naturais e 95% para vinhos de mesa, excluindo vinhos regionais ou VQPRD. A Portaria prevê que a partir de 1998 todos os restaurantes, bares, cafés, discotecas, etc., só podem comercializar refrigerantes, cervejas e águas minerais que estejam acondicionadas em embalagens reutilizáveis. O objectivo de toda esta regulamentação é claro: proteger o ambiente, poupando matéria-prima e contribuindo para a drástica diminuição do desperdício com embalagens não reutilizáveis que poluem cada vez mais o País. Quem, também claramente, não gostou deste projecto governamental foi a generalidade dos hipermercados, que manifestam «muitas reservas sobre a reutilização porque há importantes custos económicos, que passam pelo custo do espaço para armazenamento e o pagamento ao pessoal que terá de receber e acondicionar o vasilhame», segundo a preocupada ideia apresentada ao Público pelo sr. António Rousseau, representante da Associação que congrega os grupos Lidl, Carrefour, Jerónimo Martins, Sonae e Pão de Açúcar. Até o sr. Carlos Silva Campos, do Grupo Intersectorial de Reciclagem (portanto supostamente sensível a todo o esforço no sentido da reciclagem), se «aflige» com a medida e diz o que lhe vai na alma: «Até agora o sistema era privado, era decidido pelo produtor e o embalador, mas agora passará a haver uma interferência estatal.» Pois é. Para estes senhores, o ambiente é muito bonito desde que não lhes mexam nos lucros ou lhes tolham o à-vontade com que se habituaram a pôr e a dispor no mundo do comércio...

PONTOS NATURAIS

A folia da fobia

I
Houve quem visse no advento das televisões privadas o fim da claustrofobia da informação. Ao reinado de um telejornal a servir o governo, o partido do governo, o dirigente do partido no governo e os súbditos do dirigente do partido no governo, ia seguir-se o reinado da isenção, do pluralismo, da indiscriminação: uma televisão a uma velocidade, ia ser seguida por uma televisão a várias velocidades. As legislativas deitaram a esperança por terra. A informação, na maior das privadas, passou a servir o mesmo senhor, o mesmo Poder - com a diferença de ser um poder bicéfalo. Questão de irmãos siameses: duas cabeças para o mesmo corpo, com diferenças residuais: na RTP maior simpatia para com o PSD, na SIC inclinação evidente

para o PS, mais simpatia PP na TVI...

II
A mesma situação se verificou nas legislativas em Espanha. Tão minuciosamente, tão a par e passo acompanhadas (repórteres nas sedes dos partidos, repórteres nas entrevistas em directo, inquiridos...) que por vezes havia a sensação de estarmos a seguir umas eleições nacionais. E abro aqui um espaço para perguntar se a televisão em Portugal tem mesmo a consciência do que está a fazer. Escusado será dizer que o interesse se centrava exclusivamente no corpo a corpo Gonzalez/Aznar. Ficaram de lado outras forças que viriam a revelar-se importantes na constituição das bancadas do Parlamento. Não importava o lado cultural da Informação.

III
Importava o seu espectáculo. Aquilo e mais o Tyson, ficava completo. Mas o melhor estava para vir.

IV
E veio com as eleições em Itália. Aí, não se pode falar em entusiasmo, em euforia. Tudo mais pianinho. Como quem se recolhe ao telheiro, na iminência do vendaval. Exacto. Pela primeira vez na Europa do dinheiro, uma coligação com a contribuição dos comunistas atingia não a maioria relativa, mas absoluta! Todas as estações informaram do sucedido no domingo. Sem grandes paixões. Tudo nas calmas, género encontro amigável de futebol. Na segunda-feira, mais umas palavritas, umas imagens, iguais em todas elas. E depois? Depois de segunda-feira? Depoimentos, opiniões, análises, previsões? Nada, pela palavra nada.

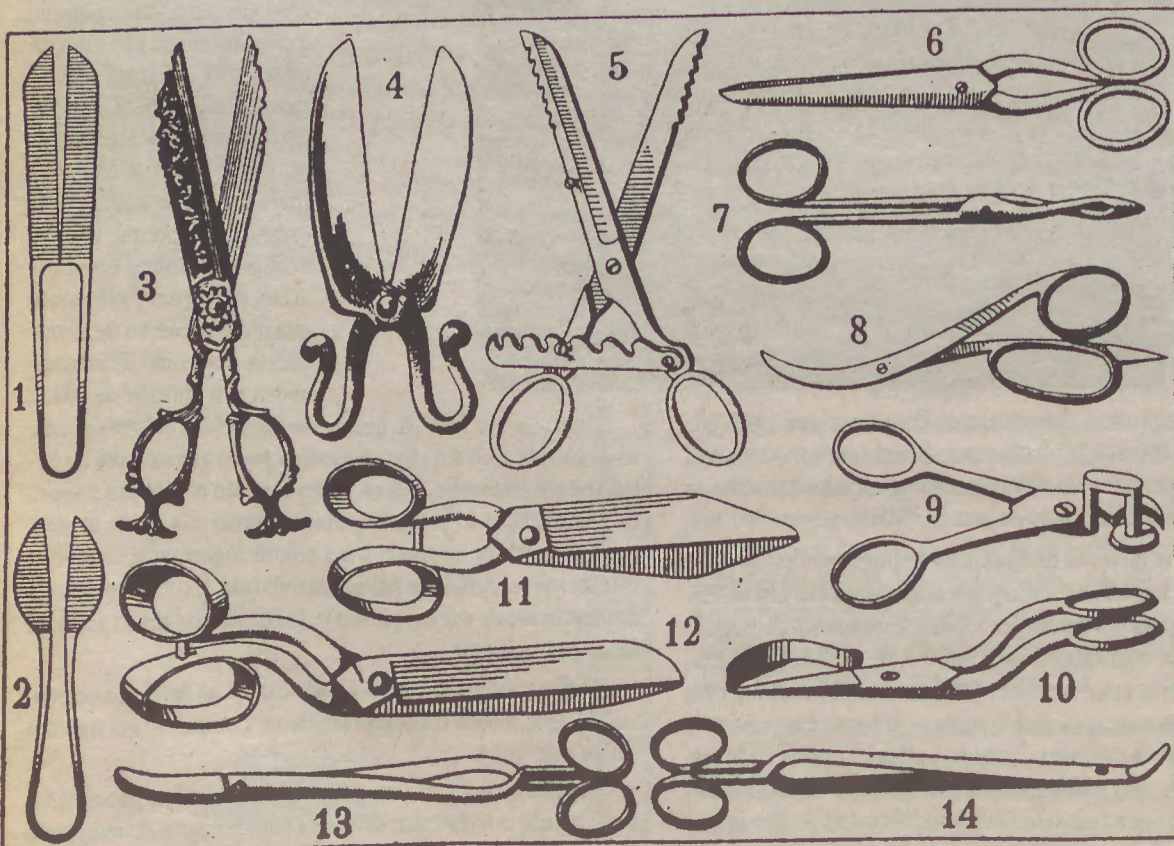
Silêncio geral. Como se obedecessem à mesma batuta. Assunto arrumado... Pergunto: acabou a claustrofobia ou mantém-se a fobia?

Actualidade

Vinte e cinco de Abril. Jornal da Noite. Ricardo Costa, aliás, um excelente profissional, perguntava a Vasco Lourenço se as comemorações ainda se justificavam, se não estávamos já caindo na rotina. Perguntava, acredito que não porque fosse essa a sua opinião, mas, porque interpretaria algum pensamento generalizado, à luz do que se passava com o Cinco de Outubro. Toma-se, porém, cada vez mais evidente que o 25 de Abril continua a ser um projecto com vitalidade, longe do esgotamento. Permanece a luta à volta dele: uns, querendo arrancá-lo da memória, outros querendo implantá-lo com redobrado vigor na faina quotidiana. Ou seja, uns com vontade de regressar ao tempo do vale tudo, outros, a grande maioria, lutando por não dar mais cavalaria aos grandes senhores europeus, herdeiros dos grandes senhores imperiais. O destino do 25 de Abril está para sempre ligado ao do Primeiro de Maio. Quem ofende um, ofende o outro. No momento em que as inauditas violências da polivalência (perversão da responsabilidade laboral) e da flexibilização (destruição da personalidade do trabalhador) ameaçam os portugueses, neste momento se vai ver como o 25 de Abril não é uma data metida num sepulcro gelado, mas um bem guardado para dar mais ânimo, não é um animal de Jardim Zoológico, mas livre e forte nas ruas, nas praças, nos lares. Como se poderá provar neste Primeiro de Maio.

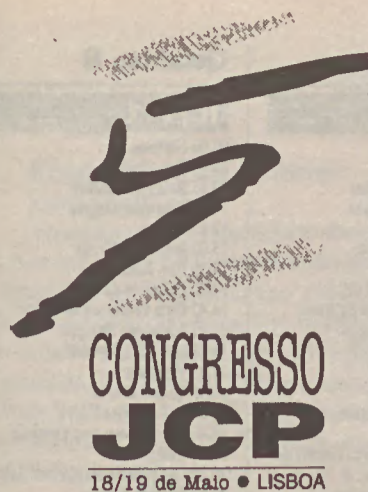
Crédito malparado

O Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), que engloba a totalidade das Caixas Agrícolas, encerrou o exercício de 1995 com uma carteira de crédito malparado no valor global de 83,7 milhões de contos, montante que representa já 16% da carteira de crédito destas instituições e um agravamento de 15% em relação ao crédito malparado do ano anterior. Entretanto, segundo a agência Lusa, este relatório de contas das Caixas Agrícolas relativo a 1995 refere que se verificou «a omissão de regras fundamentais» na concessão de empréstimos e revela «diversos casos de crédito, em montantes bastante avultados, concedidos por força de influências pessoais, em processos dificilmente explicáveis». Então, por que é que as coisas não se «explicam» nos tribunais competentes?!...



Mário Castriau

AGENDA

**Aveiro**

Plenário de militantes da JCP dos **concelhos do norte do distrito** para discussão das Teses do Congresso e eleição de delegados: dia 4 às 15h no CT do PCP de S. João da Madeira.

Plenário de militantes dos **concelhos do sul do distrito** para discussão das Teses do Congresso e eleição de delegados, seguido de jantar-convívio: dia 4.

Colóquio com Costa Feijão sobre «75 anos de lutas de jovens comunistas»: no CT do PCP de Aveiro, dia 4 às 21h30.

Lisboa

Debate: «A situação dos jovens face ao emprego. Trabalhadores estudantes. Desemprego Juvenil» - na sede nacional da JCP, sexta-feira, dia 3, às 21h30, com a participação de Rogério Silva.

Distrito de BEJA

Reuniões para eleição de delegados e discussão dos documentos do Congresso: dia 3 às 21h30 em Aljustrel, dia 5 às 16h em Cuba, dia 7 às 21h em Beja, dia 8 às 21h em Ferreira do Alentejo e às 16h em Odemira.

Montemor-o-Novo

Fase Inter-regional do Torneio de Futebol do Alentejo - dia 5

Portel

Encontro concelhio da JCP/Portel, preparatório do 5º Congresso: dia 4.

Viana do Alentejo

Encontro concelhio: dia 11.

Viseu

Noite de convívio no Espaço Jovem, com animação musical, a partir das 21h - agora sempre ao sábado.

GRANDE COMÍCIO EUROPEU

Paris - 11 de Maio

Contra o desemprego
Por uma Europa dos povos,
do emprego e do progresso social

Em tempo de férias e convívio vá num Grupo de Amigos...

... a Espanha

Em Matascañas de 15 a 22 de Junho, por iniciativa da Com. Concelhia de Almada: 8 dias de estada em Hotel de 3 Estrelas com pensão completa. Praia e Campo. Saídas para Sevilha, Córdoba e Gruta de Colon. Informações e inscrições: tels. 2752777, 2753939, cam. Cabrita.

... à Volta Saloia

2 de Junho, organizada pela Com. Freg. de S. Domingos de Rana: viagem em autocarro e almoço: 2.750\$00. Inscrições até 25 de Maio.

... ao Rally Paper de Alcabideche

Domingo, 5 de Maio, organizado pela Com. de Freg. do PCP. Inscrições até 3 de Maio nos CTs de Alcabideche, Cascais, Parede, Tires (tel. 4692145-4866991-4561122-4442253)

... à Marinha Grande

25 de Maio, organizado pela Com. de Freg. de Cascais. Com visita à Vidreira Manuel Pereira Roldão. Viagem e almoço: 2.500\$00. Inscrições (até 22 de Maio): tel. 4866991.

Plenários de militantes

A Comissão de Freguesia local do PCP promove um plenário de militantes para discussão das conclusões da recente Assembleia da ORL e de questões relacionadas com o trabalho autárquico no próximo domingo, dia 5, a partir das 15h, no CT de Tires. Estará presente o vereador Carlos Sota.

Almargem do Bispo

Os militantes da freguesia de Almargem do Bispo reúnem-se em plenário no Sabugo (em casa da cam. Lurdes Pais) sexta-feira, 3, às 21h30.

Encontro de rodoviários comunistas

Por iniciativa do Sector de Transportes da ORL, realiza-se no próximo dia 11 de Maio (sábado), das 10 às 13h, no CT Vitória, um **encontro de trabalhadores comunistas de Empresas Rodoviárias**, onde nos últimos anos, e mesmo na vigência do actual Governo PS, as condições sociais e de trabalho têm sido seriamente agravadas. Este encontro terá a participação do camarada **Agostinho Lopes**.

Covilhã recorda greves de 1941/46

Uma conferência-debate recordará no próximo sábado no Centro de Trabalho da Covilhã as greves dos trabalhadores têxteis da Corda da Serra de 1941 e 1946. O debate, que tem início às 21h30, conta com a participação do camarada **Dias Lourenço**, na altura responsável pela Organização do Partido na região.

Almada - Novo CT

No próximo domingo será inaugurado o Centro de Trabalho do PIA/Raposo. Estará presente o camarada **Jorge Pires**. No **Laranjeiro** realiza-se entretanto na véspera, dia 4, um almoço-convívio. No Centro de Trabalho local e com a presença de **Jorge Morais**.

A Europa de Hoje em debate em Coimbra

Temas como a Conferência Intergovernamental 96 e a revisão do Tratado de Maastricht, as grandes questões sociais e as questões institucionais da União Europeia, as implicações no presente e no futuro de Portugal e as questões da cooperação e da solidariedade internacionais serão abordados no debate público que sexta-feira, dia 3, decorrerá no salão do CT do PCP em Coimbra, com a participação do deputado no PE, **Honório Novo**.

Os 75 anos do PCP em Espinho

No espaço que foi há anos o Café Moderno de Espinho, na esquina da Rua 19 com a Rua 8, decorre de 3 a 11 de Maio um conjunto de iniciativas comemorativas do 75º aniversário do Partido, resultado da cooperação entre a Com. Concelhia do PCP e o núcleo local da JCP. Além da exposição alusiva que estará patente no local desde o dia 3, estão programados um **colóquio sobre «75 anos de lutas»** (sexta-feira, 3, às 21h30, com o historiador **Costa Feijão**), **concertos** (sábado às 21h30, domingo às 16h e sexta-feira, dia 10, às 21h30), a projecção de um **vídeo em écran gigante** (segunda-feira às 22h) e um outro **colóquio** na terça-feira, dia 7, às 21h30 sob o tema «**Marxismo - Anos 90**», com a participação de **Guilhermino Tertuliano**.

CDU Porto

A CDU/Campanhã promove no próximo sábado, dia 4, a partir das 15h, na Junta de Freguesia, um debate que tem por objectivo discutir os problemas da freguesia e as propostas da CDU. Participam **Ilda Figueiredo**, vereadora da CDU na CM do Porto, e eleitos na Assembleia de Freguesia, nomeadamente **Carlos Pinto e António Campos**. Outra iniciativa é a da CDU/Valongo, que também no sábado promove a visita do deputado **José Calçada**, da vereadora na CM de Valongo **Eduarda Ferreira** e de dirigentes locais do PCP à Serra de Sta. Justa/Pias e Castiçal, com partida às 9h30 da CM de Valongo.



5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora do PCP

4. Maio. 1996
DAR MAIS FORÇA AO PCP
a Esquerda Necessária

CDU Alcochete

Estão marcadas para dia 11 (sábado da próxima semana) as **Jornadas CDU no Concelho de Alcochete** - um conjunto de iniciativas, a começar às 15h com uma visita às obras da Ponte; às 17h terá início no salão da Junta de Freguesia o **Plenário de eleitos e ex-candidatos da CDU** e às 19h30 um jantar-volante no restaurante «A Quinta» (Albergue da Juventude). Finalmente, às 21h30, realiza-se na Junta de Freguesia do Samouco um debate público sobre «**Impactes da Nova Ponte**».

Debate do PCP

Sábado
4 de Maio/96
15h00

Toxicod dependência e Mobilização Anti-Droga e Sociabilidade Políticas e Sociais

Com **Carlos Carvalhas**
Secretário Geral do PCP

Centro Trabalho Vitória, Av. da Liberdade, 170, LISBOA

Às 15h - Início do debate
Às 18h - Intervenção de encerramento de **CARLOS CARVALHAS**

Ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP

Março/Maio 1996
ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA
Av. da Liberdade - LISBOA



3 MAIO
6.ª FEIRA
21.30 H

O Partido e a política de unidade
Experiências de luta pela unidade. Conteúdos e formas da política de unidade. Luta social e luta política. As alianças sociais e o trabalho e a luta pela sua concretização política.
José Casanova / Aurélio Santos / Paulo Sucena / Marília Villaverde Cabral
Moderador: Mário Moreira

10 MAIO
6.ª FEIRA
21.30 H

Os comunistas e a Arte no Séc. XX
«Transformar o Mundo» - «Transformar a Vida»: o projecto comunista e a criação artística: realismos e vanguardas. O compromisso político, a diversidade das opções estéticas e a liberdade da invenção artística.
Mário de Carvalho / Manuel Machado da Luz / Manuel Gusmão / Rogério Ribeiro / Helena Seródio
Moderador: Rui Pereira

17 MAIO
6.ª FEIRA
21.30 H

A Reforma Agrária: horizonte de luta, processo e projecto
A tradição de luta do proletariado agrícola. A luta pelas 8 horas. O Partido e as massas em movimento no processo da Reforma Agrária. O presente e o futuro. O Alentejo na Literatura Portuguesa contemporânea.
Raimundo Cabral / Abílio Fernandes / António Gervásio / José Soeiro / Urbano Tavares Rodrigues
Moderador: Isabel Garcez

Quinta, 2

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
21.55 Herman Total
22.55 Maria Elisa
23.55 24 Horas
00.25 RTP/Financial Times
00.35 Cômicos - Monty Pythons
24.00 Remate
01.05 Dupla Explosiva (de Baz Taylor, EUA-1992. «Thriller»)

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Magazine «Ver Artes»
19.30 Remate
19.45 Tex Avery
19.55 TV Nostalgia: «Colditz»
20.40 Last Frontier
21.15 Alma Russa
22.05 Acontece
23.00 RTP2 Jornal
23.30 Um Americano em Paris («An American in Paris», de Vincent Minnelli, EUA-1951, com Gene Kelly, Leslie Caron, Oscar Levant. Ver Destaque)
01.10 Planeta Música

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal



«Forum Musical», ao sábado ao meio-dia na RTP 2

13.30 O Juiz Decide
14.00 Amores Secretos
15.00 O Papá É Major
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buêrére
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.15 Explode Coração
22.05 Marina, Dona Revista
23.05 Decadência
00.05 Último Jornal
00.15 Verdes Anos
01.15 Sonhar Acordado
01.45 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Hora do Recreio
16.40 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Kramer Contra Karmer (de Robert Benton, EUA-1979, com Dustin Hoffman, Meryl Streep. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.40 Rua Jump, 21

Sexta, 3

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
21.55 A Mulher do Sr. Ministro
22.30 Instinto Fatal («Basic Instinct», de Paul Verhoeven, EUA-1992, com Michael Douglas, Sharon Stone. Ver Destaque)
00.35 24 Horas
01.05 RTP/Financial Times
00.15 Cômicos - Monty Pythons
01.45 O Príncipe das Trevas (de John Carpenter, EUA-1987. Terror)

RTP 2

16.50 Notícias
17.00 Voleibol
19.00 Máquinas
19.25 Notícias
19.55 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
20.45 A Par e Passo
21.20 Dançar na Rua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Dançando nas Nuvens (de Gene Kelly e Stanley Donen, EUA-1955, com Gene Kelly, Dan Dailey, Cid Charisse. Ver Destaque)
00.55 Planeta Música

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Amores Secretos
15.00 O Papá É Major
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buêrére
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Malucos do Riso
21.15 Explode Coração
22.05 Camilo e Filho
22.35 A Noite da Má Língua
23.55 Os Donos da Bola
01.35 Último Jornal
01.50 Playboy

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Explosões Mortais (de Christian Duguay, EUA-1992. Acção)
23.45 Grande Plano
00.25 TVI Jornal
01.10 Rua Jump, 21



O Ciclo Woody Allen, a dominar a próxima semana de cinema na RTP 2

Sábado, 4

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
12.00 Fórmula Um - Grande Prémio de S. Marino (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.25 86-60-86
15.05 Beverly Hills 90210
16.00 Jornal Jovem
16.45 O Embate (de Lewis Teague, EUA-1987. Policial)
18.25 Chefe, Mas Pouco
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
20.55 Roseira Brava
22.00 Parabéns
00.35 24 Horas



O destaque nas reposições da RTP 1 vai para os Monty Python: «Os Malucos do Circo» todas noites

00.55 Vingança em Paris (de Charlotte Brändstorm, EUA-1958. Comédia)
02.25 A Marcha da Revolta (de Martin Sheen, EUA-1990, com Charlie Sheen, Martin Sheen, F. Myrray Abraham. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Desporto
18.30 Jogo Falado
19.00 7º Oeste
19.50 Cinema no Mundo («Orlando», de Sally Potter, 1992. Ver Destaque)
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.30 Figuras de Estilo
23.25 Teatro: «Enxofre e Melão»

SIC

09.00 Buêrére
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Justiça Negra
16.00 Danielle Steel - Zoya
18.00 O Juiz Decide
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.35 História de Amor
21.35 Big Show Sic
23.50 Último Jornal
00.10 Encontro Marcado (de Anthony Harvey, EUA-1971, com George C. Scott, Joanne Woodward. Ver Destaque)

TVI

09.40 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Quem Sai aos Seus...
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.20 A Hora do Recreio
16.20 Doutores e Engenheiros
17.40 Paris em Abril (de David Butler, EUA-1952, com Doris Day. Comédia Musical)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.10 Como Nasce Um Bravo (de Delmer Daves, EUA-1958, com Glenn Ford, Jack Lemmon. Ver Destaque)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Taxi Driver (de Martin Scorsese, EUA-1976, com Robert De Niro, Jodie Foster. Ver Destaque)

Domingo, 5

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.00 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.45 Fórmula Um - Grande Prémio de S. Marino
15.00 Made in Portugal
16.00 Alta Voltagem
16.30 Animação Disney
17.00 100% Natural
17.30 Euro 96
18.00 Marco Paulo com Música no Coração
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.35 Canções Festival Eurovisão
20.45 Domingo em Cheio
23.00 Domingo Desportivo
00.15 Fórmula Um (Resumo)
00.30 24 Horas

00.50 Golpe de Vingança (de Mark DiSalle, EUA-1989. Acção)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade
11.50 Euronews
13.00 Nos Pincaros da Ilha
13.35 Como Roubar Milhões Sem Fazer Força (de Jerry Paris, EUA-1968. Comédia policial)
15.00 Voleibol
16.30 Atlanta 96
17.05 Desporto
18.30 Golo Europa
19.05 Jornada na 2
19.30 Bombordo
20.00 Frei Luís de Sousa (de António Lopes Ribeiro, Port.-1950. Ver Destaque)
22.00 Notícias
22.05 Artes e Letras - «Marilyn Horne»
23.50 New York, New York (de Martin Scorsese, EUA-1977, com Liza Minnelli, Robert de Niro. Ver Destaque)
01.35 Planeta Música

SIC

09.00 Buêrére
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
14.55 Rebeldes
15.55 O Guarda-Costas
16.55 Walker, o Ranger do Texas
18.00 O Parceiro do Diabo (de Andrew V. McLaglen, EUA-1971, com George Peppard, Diana Muldaur. Ver Destaque)
19.20 Clube Vip
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Sim ou Não
22.45 Cães de Guerra («Regarding Henry», de Mike Nichols, EUA-1991, com Harrison Ford, Annette Bening. Drama)
01.00 Último Jornal
01.20 Cinco Mil Dólares, Morto ou Vivo (de R. G. Springsteen, EUA-1964. «Western»)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.00 Portugal Português
15.20 Jornal do País
15.50 Pão, Amor e... Totobola (de Henrique Campos, Port.-1964. Comédia)
17.40 Christy
18.30 Caída do Céu
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 O Pai da Chefe
21.10 Raio Azul
22.20 Academia de Génios (de Martha Coolidge, EUA-1985. Ver Destaque)
00.15 Hunter

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.00 Portugal Português
15.20 Jornal do País
15.50 Pão, Amor e... Totobola (de Henrique Campos, Port.-1964. Comédia)
17.40 Christy
18.30 Caída do Céu
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 O Pai da Chefe
21.10 Raio Azul
22.20 Academia de Génios (de Martha Coolidge, EUA-1985. Ver Destaque)
00.15 Hunter

Segunda, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
21.40 Todos ao Palco
22.45 Nova Oportunidade
24.00 24 Horas

00.25 Cômicos - Monty Pythons
00.45 Jogo de Interesses (de Carol Wiseman, EUA-1991. Comédia)

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Os Mais Belos Contos da Europa
19.10 Universidade Aberta
19.55 TV Nostalgia - «A Jóia da Coroa»
20.40 Foyer
21.40 Dinheiro não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 O Agente da Broadway («Broadway Dany Rose», de Woody Allen, EUA-1984, com Woody Allen, Mia Farrow, Nick Apollo Forte. Ver Destaque)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Amores Secretos
15.00 O Papá É Major
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buêrére
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ponto de Encontro
22.05 Van Damme Implacável (de Deran Serafian, Can.-1990. Acção)
00.25 Último Jornal
00.45 Ciclismo
01.00 Flash Back
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.10 Novos Ventos
11.45 Rumores
12.15 AIF
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Assassino Sem Nome (de Charles Connel, EUA-1991. Drama)
23.55 TVI Jornal + Primeira Fila
01.00 Rua Jump, 21

Terça, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
22.00 Ligações Perigosas
23.00 Sensibilidade e BomSenso
00.30 24 Horas

01.00 Cômicos - Monty Pythons
01.30 Casado com Todas (de Baz Taylor, EUA. Comédia)

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Contos a Óleo
19.25 Rotações
19.55 Remate
20.10 TV Nostalgia - Os Vingadores
21.00 Os Astrónomos
21.40 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Ana e as Suas Irmãs (de Woody Allen, EUA-1985, com Mia Farrow, Barbara Hershey, Dianne Wiest. Ver Destaque)
00.35 Planeta Música

SIC

10.30 Flash Back
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Amores Secretos
15.00 O Papá É Major
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buêrére
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ai, os Homens!
23.15 Cross Fire
00.25 Último Jornal
00.40 Ciclismo
00.50 Escrita em Dia
01.40 Visita de Médico (de Howard Zieff, EUA-1978, com Walter Matthaw, Glenda Jackson. Comédia)
03.00 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.05 Negócios de Filhos (de Mimi Leder, EUA-1990, com Cybill Sheperd. Drama)
23.55 TVI Jornal
00.35 Jornal de Negócios
01.10 Rua Jump, 21

Quarta, 8

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.40 Praça da Alegria
12.15 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Canções Festival Eurovisão
21.00 Roseira Brava
22.15 Quem É o Quê?
23.00 Variedades

24.00 24 Horas
00.30 Cômicos - Monty Pythons
01.00 As Paredes Têm Ouvidos (de Jean Girault, Fr.. Comédia)

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.45 Mitos da Antiguidade
18.55 Olho Clínico
19.25 Remate
19.40 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
20.40 Lendas e Narrativas
21.15 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Setembro (de Woody Allen, EUA-1987, com Mia Farrow, Dianne Wiest e Elaine Strich. Ver Destaque)
00.40 Planeta Música

SIC

10.30 Escrita em Dia
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 O Papá É Major
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buêrére
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Barba e Cabelo
21.10 Explode Coração
22.00 Osadidas
23.00 Casos de Polícia
00.50 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade: Kennedy - A Conspiração (II)
01.40 O Papá É Major
02.10 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 O Turno da Noite
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Informação
17.50 Os Caloiros
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.35 Fora de Jogo
22.00 Os Novos Intocáveis
23.50 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo
01.05 Rua Jump, 21



Uma das séries de culto em reposição na RTP 2: «Quinta Dimensão»

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Kramer contra Kramer

(Quinta, 22.00, TVI)

Aconselha-se que o espectador se muna de alguns pacotes de lençinhos de papel se decidir plantar-se diante do televisor para ver este «dramalhão» que fez bilheteira por todo o lado e gira à volta da luta de um casal pela posse de um filho, na sequência de um divórcio. Mas se quisermos embarcar nalguma demagogia com que o filme está construído, acabamos por ficar esmagados pelos desempenhos de **Dusty Hoffman** e **Meryl Streep**, sobretudo o do primeiro que, na companhia do jovem **Justin Henry**, é protagonista de algumas sequências de antologia, entre as quais a da preparação do primeiro pequeno-almoço que o pai-solteiro vai preparar para o seu filho.

Um Americano em Paris

(Quinta, 23.10, RTP2)

Aquí estamos perante uma das obras de culto do cinema musical norte-americano, que não é de mais rever pela enésima vez. Como por vezes acontece, mesmo nos mais bem acabados exemplares do género, a história é um tanto canhestra: os cambiantes inverosímeis que rodeiam a paixão que um artista de *music-hall* francês e um pintor americano nutrem pela mesma mulher, sem o sabermos, são mais do que forçados. Mas o excelente bom gosto da produção, a música de **George Gershwin** e os bailados congeminados por **Gene Kelly** (e maravilhosamente dançados por ele na companhia de **Leslie Caron**) tornam a visão deste filme um prazer sempre renovado.

Instinto Fatal

(Sexta, 22.30, RTP1)

Este é um filme que provocou longas e inflamadas controvérsias - e a correspondente e não inocente promoção - em artigos nas «revis-

mulher. Trata-se de uma luxuosa co-produção entre vários países, com rebuscadíssima cenografia e que se diz ter sido dirigida por **Sally Potter** com grandes requintes cinematográficos e elevada sensibilidade artística. A personagem principal é desempenhada com grande rigor por **Tilda Swinton** e o filme resulta da adaptação de um romance de **Virginia Wolf** escrito em finais dos anos 20.

Como Nasce Um Bravo

(Sábado, 21.10, TVI)

Realizado por um especialista - **Delmer Daves** - e bem interpretado por dois actores maiores do cinema americano - **Glenn Ford** e **Jack Lemmon** - *Como Nasce Um Bravo* conta-nos a história da amizade entre um recepcionista de hotel e um negociante de gado que as peripécias da vida juntam num itinerário aventureiro em direcção ao México. Uma fotografia admirável de **Charles Lawton**.

Encontro Marcado

(Sábado, 00.25, SIC)

Um reputado jurista, após o choque que para si constituiu a morte da mulher, toma-se por **Sherlock Holmes** e mete-se a investigar o caso, pelo que o seu irmão tenta interná-lo alegando loucura. Acontece que o médico dá pelo nome de **Watson**... Enfim: «Este filme é um jogo. A regra é simples: há os loucos e os que o não são e trata-se de adivinhar quem é quem, quem trata e é tratado, quem persegue e é perseguido...». Assim descrevia o conteúdo deste filme o seu realizador **Anthony Harvey**. Um desafio suplementar à nossa curiosidade.

Taxi Driver

(Sábado, 01.05, TVI)

Eis um filme que não é, naturalmente, desconhecido dos telespectadores. Uma história extremamente violenta, poderosamente encenada por **Scorsese**, de um «veterano» da guerra do Vietname, simples motorista de táxi em Nova Iorque, que, levando uma vida dramaticamente vazia, se acolhe à violência para sair do «anónimo». Um filme que retrata com um realismo brutal e um profundo pessimismo a tragédia da sociedade americana, mãe de todas as «democracias de sucesso». Pontos altos em todo o filme são o seu início, com a rigorosa *déoupage* do táxi amarelo, a complexa figura composta por **Jodie Foster**, a patética conversa entre os motoristas de táxi na noite de Nova Iorque, ou a transformação milimétrica e rigorosa que **Robert De Niro**, perante a câmara de **Scorsese**, opera na sua pessoa - uma esmagadora lição de como se vai construindo e decompon-

do uma personagem - em particular na impressionante cena do diálogo com o espelho. Imbatível.

O Parceiro do Diabo (Domingo, 18.00, SIC)

Uma vez libertado, um ladrão de comboios que havia sido traído por um cúmplice regressa para se vingar. E a oportunidade é um carregamento de ouro, vindo da China, e que vai transitar pela região de S. Francisco. Um *western* clássico com um final a não perder.

Academia de Génios (Domingo, 22.00, TVI)

Numa instituição para adolescentes sobredotados, alguns dos seus membros vêm-se obrigados a lutar contra a prepotência do director, um professor especialista em *lasers*, que lhes dificulta a existência já de si pouco normal para jovens da sua idade. Uma comédia que se diz ser interessante e bem dirigida pela realizadora **Martha Coolidge**.

Cães de Guerra (Domingo, 22.45, SIC)

Filme de ficção realizado pelo ex-documentarista e realizador da TV britânica **John Irvin**, *Cães de Guerra* debruça-se sobre a activi-



Jodie Foster e Robert De Niro, numa cena de «Taxi Driver», de Martin Scorsese

dade de um grupo de mercenários num suposto país da África Ocidental submetido a uma ditadura do tipo Idi Amin. Extremamente violento e adaptado do romance de um ex-mercenário, **Frederick Forsythe**, parece que o filme constitui uma forte denúncia do papel dos mercenários a soldo de potências estrangeiras. A conferir.

New York, New York

(Domingo, 23.05, RTP2)

Neste filme, **Scorsese** tenta corajosamente o quase-impossível: ir contra as convenções dos géneros e, em meio de uma história que todos associamos às histórias antigas e aos clichés dos musicais dos anos 40, procurar descobrir o outro lado do celulóide - a realidade escura que se esconde por debaixo das lantejoulas, dos projectores, da música e dos fardamentos novos. Falhou, como raramente aconteceu na sua carreira. É isso que torna o filme simpático.

O Agente da Broadway

(Segunda, 23.10, RTP2)

Desta vez afastando-se de **Freud**, mas acenando em direcção a **Capra** ou **Chaplin** - sem esquecer **Daymond Runyon** - **Woody Allen** construiu uma excelente comédia, brilhantemente interpretada por si próprio e por **Mia Farrow** (sem esquecer figuras «secundárias» como esse inesperado **Nick Apollo Forte**) que nos dá conta da história de um pobre agente artístico da Broadway com uma flagrante tendência para se ocupar de artistas em começo de carreira ou em plena decadência, os quais, por uma razão ou por outra, acabam por ir parar às mãos de outros circuitos artísticos com mais «iniciativa», os quais roubam ao nosso pobre pequeno agente os «louros» das suas ocasionais «descobertas». Tudo é encenado por **Woody Allen** com o seu habitual e multifacetado talento, num filme rodado num adequado e granulento *preto-e-branco* e, como sempre, tendo por pano de fundo uma Nova Iorque sempre a descobrir pela sua mão.

Ana e as Suas Irmãs

(Terça, 23.10, RTP2)

Igualmente a não perder é, mais uma vez, a visão de uma das melhores obras de **Woody Allen**. Tal como *Manhattan* e *Annie Hall*, *Ana e as Suas Irmãs* é um poema cinematográfico às encruzilhadas e contradições dos amores e de uma cidade - Nova Iorque - construído como uma tragicomédia em episódios, com pequenas histórias cruzadas entre os membros de uma família cujos membros estão ligados ao espectáculo e que começamos a conhecer e a tentar compreender durante um típico jantar do feriado do Dia de Acção de Graças. A partir daí, **Woody Allen** dá largas à sua fina ironia mas também ao seu agudo sentido crítico, como sempre colocando-se do «lado de fora» do observador, por vezes impiedoso com os outros mas também consigo próprio - representando, aliás, mais uma impagável figura de hipocondríaco «executivo» de TV, sempre perseguido pelo medo da morte e da doença. Mas as outras grandes figuras do filme são as desempenhadas por **Michael Caine** (num dos seus mais memoráveis papéis) e, ainda, por **Barbara Hershey** e **Carrie Fisher**. Imprescindível.

Setembro

(Quarta, 23.10, RTP2)

Com um argumento que nos sugere uma sensível mescla entre reminiscências do teatro de **Tchekov** e apontamentos de *Sonata de Outono* de **Bergman**, **Woody Allen** encena aqui a história de seis pessoas que se reúnem durante um fim-de-semana numa casa de campo e que deparamos a confrontar os seus desajustes em matéria de amor. Um filme de belíssimos diálogos, extremamente inteligente e realizado com o habitual rigor e invenção por um realizador único na cinematografia americana, esta semana em primeiro plano na RTP2. Grandes interpretações de **Mia Farrow**, **Denholm Elliott**, **Dianne Wiest** e **Elaine Stritch**.



Robert De Niro e Liza Minnelli, em «New York, New York», de Martin Scorsese

ta da especialidade». Sabendo-se que as cópias em distribuição, consoante os países e televisões de destino, contêm ou não esta ou aquela «cena eventualmente chocante», é chegada também a altura de finalmente sabermos se estamos ou não no «pelotão da frente». Na primeira cadeira, se possível, para confirmar em «horário nobre» se **Sharon Stone** cruza ou não as pernas em frente de **Michael Douglas**... Se, **ron Stone** cruza ou não as pernas em frente de **Michael Douglas**... Se, entretanto, a «vista» não entorpecer o «ouvido», o espectador poderá apreciar, já agora, a fabulosa banda sonora de **Jerry Goldsmith**, que constitui uma homenagem ao compositor favorito de **Hitchcock** - **Bernard Herrmann** - o verdadeiramente único elemento cinematográfico de qualidade num filme que é, sobretudo, um produto comercial com acabamentos de luxo.

Dançando nas Nuvens

(Sexta, 23.10, RTP2)

Forte e decisiva é a concorrência que a RTP2 faz à RTP1 com a transmissão de um filme de muito maior qualidade, a começar 45 minutos depois. Última das frutuozas colaborações de dois magos do musical clássico (**Gene Kelly** e **Stanley Donen**), *Dançando nas Nuvens* encerra, também, o excelente ciclo dedicado a este género pela RTP2. Aquí, três antigos marinheiros encontram-se para comemorar o armistício, dez anos após o termo da II Grande Guerra onde haviam combatido, concluindo, após tão longa ausência, que as suas vidas tinham evoluído em sentidos totalmente diversos uns dos outros. Mas o que mais nos importa é que, agora reunidos, se invente uma história em que possam transmitir-nos aquilo em que são por igual irrepreensíveis: a cantar e a dançar. E assim se sucedem grandes momentos musicais, como o bailado em patins de rodas de **Gene Kelly** ou o número dos três a dançar com tampas de caixotes de lixo, visualmente servidos pelo *cinemascope* e pela técnica do *écran repartido*. O problema é que, muito provavelmente, estas técnicas deverão ser assassinadas na cópia para televisão. Tal como as pernas de **Cyd Charisse**...

Orlando

(Sábado, 19.35, RTP2)

Este filme mostra-nos, ao longo de um período da História, o itinerário fantástico de um jovem aristocrata inglês (desde os tempos da corte de Isabel I até ao sec. XX) num percurso extravagante em que a primeira metade é vivida como homem e a segunda metade como



Mia Farrow, Barbara Hershey e Dianne Wiest, em «Ana e as Suas Irmãs», de Woody Allen

■ Francisco Costa

Primeiras impressões (1)

Era inevitável. Depois de tantos meses à espera de um sinal de esperança que fosse, não poderíamos deixar de aqui conferir se as expectativas criadas pelas modificações operadas na direcção da RTP teriam finalmente correspondência plena nas novas grelhas de programas idealizadas e, sobretudo, na sua concretização prática, como único meio de comprovar a materialização de uma qualquer vontade de fazer diferente e melhor.

Embora, como é natural, seja ainda impossível fazer uma análise acabada de tudo o que de novo nos está a ser proposto, adiantamos hoje uma primeira abordagem da programação da RTP 2, dividindo as nossas apreciações por duas grandes áreas e deixando ainda de fora a análise mais aprofundada de um domínio tão sensível e decisivo como é o da Informação.

Entretenimento e Ficção

É justo e necessário afirmar desde já que os programas da RTP 2 estão, em geral, mais bem arrumados do que anteriormente acontecia, apresentando a grelha de programas uma coerência interna e uma funcionalidade que parece ter sido fruto de uma óbvia reflexão acerca dos públicos potenciais aos quais se destina e aparenta a saudável assunção de uma atitude descomplexada e não propriamente subserviente em relação à concorrência. Dito isto, já parece contraditória ligeireza ter-se programado uma rubrica bem-vinda como é «Nostalgias» precisamente para uma hora em que a maioria das pessoas, como é inevitável, está a ver um ou outro dos telejornais à disposição - o que é tanto mais lamentável quanto, à parte de desajustada e dispensável repetição de *Os Vingadores*, quer *Colditz*, quer *Eu, Cláudio* ou *A Jóia da Coroa* ou *5ª Dimensão* são séries de elevada qualidade cuja reposição é sempre agradável.

No domínio do cinema, bastou o simples facto de se ter estabelecido um espaço da programação diário e a hora certa, de forma organizada e tendo por base uma ideia, por mais simples que ela seja (no caso concreto, a *concentração temática*, servida por filmes relevantes), para que o «tigre de papel» da concorrência tivesse estremeado. Sinal significativo foi ter-se começado pelo ciclo do cinema português na semana em que se comemorava mais um aniversário do 25 de Abril; mas os ciclos em curso ou já anunciados (o *musical* americano ou o dedicado ao cinema de *Woody Allen*) garantem seguramente audiências atentas e reconhecidas. Também o espaço «O Filme da Minha Vida» é uma boa ideia, tanto mais que o *olhar agudo* que a câmara frequentemente surpreende em *Inês de Medeiros* corresponde inteiramente a um *ouvido atento*, coisa rara nos dias que correm e qualidade fundamental quando se conversa com personalidades com coisas interessantes para dizer.

Mas não há bela sem senão: insuportável é, por outro lado, a constante interrupção dos filmes com intervalos absolutamente inúteis, já que antecipada e burocraticamente previstos no alinhamento da emissão para a hipótese de haver publicidade para transmitir. A triste realidade é que, na habitual falta dela, se multiplicam artificialmente as inserções de *spots* promocionais da estação (longe de ser interessantes) e se quebra a unidade essencial de uma obra de arte. Um aspecto inaceitável num país do Terceiro Mundo, quanto mais no «serviço público» de um país que tão orgulhoso aspira ao «pelotão da frente» da União Europeia!

É provável que esteja mais disfarçado (o que é, sem dúvida, um talento do programador!) mas a primeira ideia que também fica é que o *Desporto* resulta porventura mais bem doseado e menos opressor (porventura, menos futebolístico?) no conjunto da programação da RTP 2. Mas, verdadeiramente inconcebível é que, por exemplo, se persista neste domínio a fazer encomendas a produtoras externas - como no caso de uma série sobre os *Jogos Olímpicos de Atlanta*, transmitida aos Sábados à tarde. Ora isto vem juntar-se à principal e fundamental crítica que continua a justificar-se, mesmo depois das mudanças verificadas: o ainda muito insuficiente aproveitamento e rentabilização dos meios de produção humanos e materiais próprios, tanto no campo dos documentários ou séries documentais como no capítulo da ficção portuguesa teatral ou de seriados de qualidade e origem nacional.

Não pretendendo esgotar tudo o que há para ir dizendo ao longo do tempo, refira-se, ainda, a inclusão em final da emissão de programas musicais de géneros e durações muito diversas. Aquela hora, lógico seria que a sua concepção fosse a de um pequeno apontamento, como é o caso da preciosa série «Grandes Árias». Com o formato que tem, corre-se o risco de (desperdiçando dinheiro) alienar bons e recheados momentos musicais a altas horas da madrugada, completamente impróprios mesmo para os mais entusiásticos amadores, e que poderiam merecer outras honras de destaque. E, depois, uma chamada de atenção para o Departamento de Tratamento de Programas

Estrangeiros: é inaceitável que, ainda por cima num canal como a RTP 2, tenhamos de suportar sintomas de incultura e calinadas de tradução como as verificadas no notável documentário sobre *Benny Goodman*, na passada terça-feira, em que nomes conhecidíssimos como os do maestro *Toscanini* ou do trompetista *Harry James* deram respectivamente lugar, nas legendas, a... *Tuskerninni* (!) e *Herb Jameson* (!) ou em que o termo *reeds* (*palhetas*, de clarinete) sistematicamente foi traduzido por *partituras*.

Cultura e Ciência

Também neste capítulo da programação, ficaremos hoje longe de esgotar o que há para dizer. Mas já é possível detectar tendências positivas, embora nalguns casos acompanhadas por correspondentes perigos. O primeiro é o de tentar fazer programas sobre *Cultura* ou *Ciência* recorrendo sobretudo à palavra falada e parecendo desprezar o trabalho com a imagem e o som, enquanto suportes audiovisuais eminentemente televisivos. Nenhuma conversa, por mais inteligente que seja, é susceptível de substituir em televisão, com a mesma eficácia, desenvoltura e capacidade de atracção, a visão ou interpretação mais ou menos ousada do objecto artístico sobre o qual se fala ou o detalhe documental da investigação que se cita. «*Figuras de Estilo*» e «*Rumo à Lua*», independentemente do facto desde logo positivo que é existirem, são para já exemplos acabados de como é perigoso desprezar as imensas potencialidades da televisão e apenas nela ver um veículo para fazer chegar a um muito considerável número de mortais a presença de personalidades com coisas mais ou menos interessantes para dizer. Mais no segundo do que no primeiro programa: as curtas imagens no início de «*Rumo à Lua*», revelando a configuração «aracnídea» da curiosa *máquina-robot* inventada para desbastar florestas, foram insuficientes e deixaram água na boca. Há que tornar visíveis não só os resultados da investigação científica mas sobre-

tudo o *processo* de chegar a esses resultados. Fazer o contrário, é cair no perigo de parecer ter-se preguiça para ir mais além - e, no que toca a estas desconfiças, os espectadores de televisão podem ser cruéis nas suas decisões de segregar e excluir.

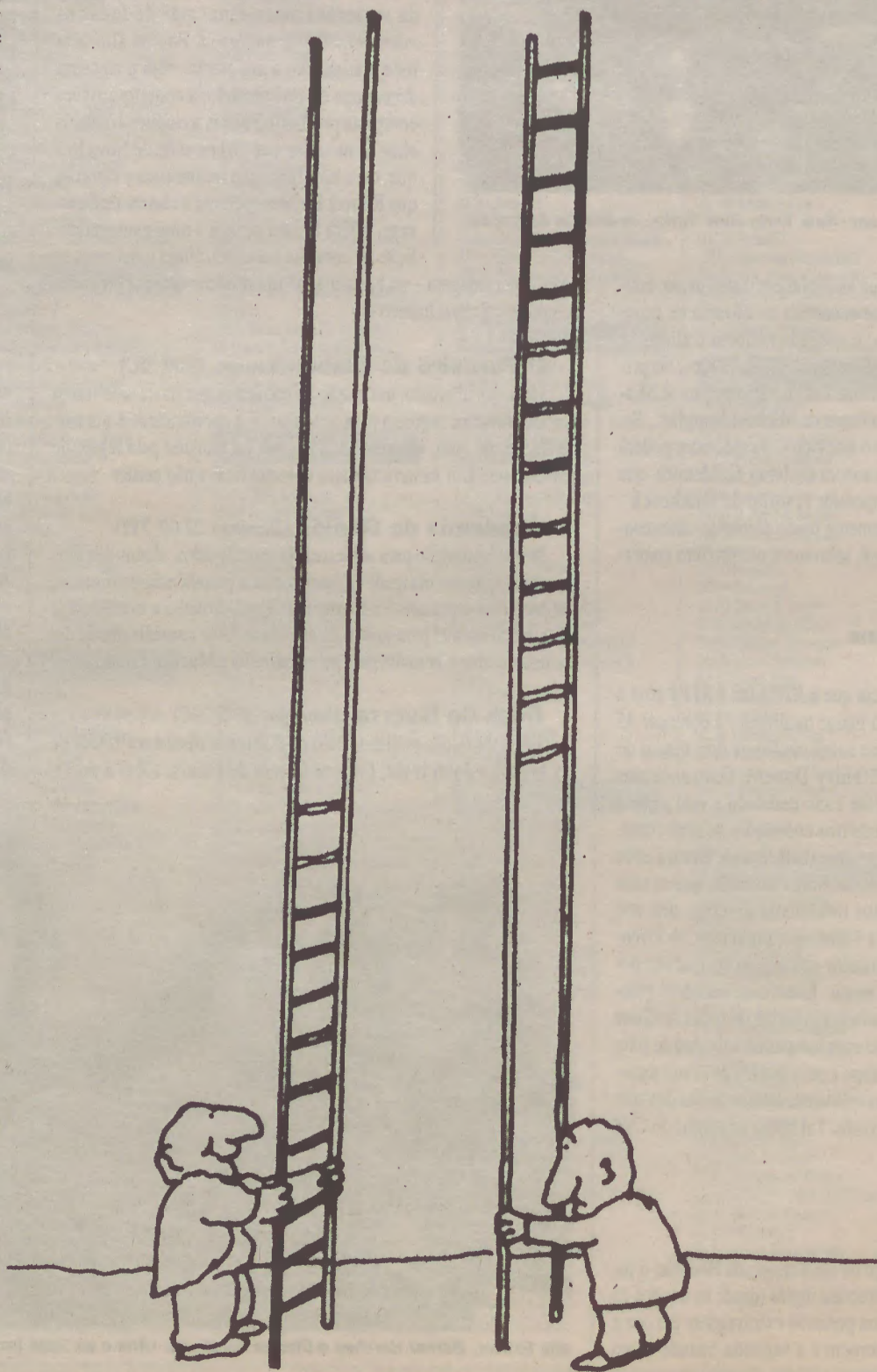
Também o *design* dos cenários, a concepção dos genéricos e outros cuidados cénicos e da área visual deveriam ser preocupação fundamental em qualquer tipo de programas. Foi assim que a desenvoltura inicial da SIC (antes do mergulho na fase da piroseira e da lixeira televisiva) arrecadou imediatos frutos para a estação de Carnaxide e também agora se nota um esforço na RTP para mudar as coisas neste domínio. Mas, enquanto que a textura dos materiais atrás de *Clara Pinto Correia* e seus interessantes convidados em «*Rumo à Lua*» decorria naturalmente do conteúdo previsível desta série (tendo sido, em contrapartida, negligenciada a disposição dos outros convidados perguntadores), já é difícil fazer pior do que inventar-se, como elemento decisivo do dispositivo cénico de «*Figuras de Estilo*», aquela mesa para à sua volta sentar dois apresentadores hirtos como ainda estão *Clara Ferreira Alves* e *Vasco Graça Moura* ou convidados de estaturas físicas tão diversas como *Jorge Sampaio*, *Tania Achot* ou *Vasco Vieira de Almeida*. Para um programa com este formato, teria sido mil vezes preferível a realista, consagrada e tradicional sala de visitas, para a conversa à volta da lareira. Assim, «com todo o respeito», como diria Manuel Monteiro, a disposição encontrada confundia-se às vezes com uma cena de «*A Última Ceia*» (não confundir!) que, neste caso, para além da curiosa e agradabilíssima conversa, apenas conseguiu ter um leve estremeamento de assimetria quando ganhámos a surpresa de ver e ouvir *Vieira de Almeida* tocar um *Prelúdio* de *J. S. Bach* - e, mesmo assim, por montagem inserida *a posteriori*.

Horários? É para esquecer!

Por fim, resta desfazer o mito e a ilusão em que, mais uma vez, se transformaram as repetidas promessas dos novos responsáveis da RTP. Só quem quer mesmo acreditar que tudo é diferente é que poderá afirmar que, agora sim, se respeitam os horários! Vejam, a mero título de exemplo, alguns pouquíssimos

casos de flagrante desrespeito, entre tantos outros: em 24.04.96, a série «*Eu, Cláudio*», à hora anunciada para começar (20.00) já estava no intervalo; em 25.04.96, o programa «*Ver Artes*», previsto mais ou menos para as 19.00, estava no ar por volta da meia-noite; em 26.04.96, a notável série «*Dançando na Rua*» (sobre a história do *rock'n'roll*) estava a ser transmitida às 21.00, em vez do magazine «*A Par e Passo*» que deve ter ido para o ar muito depois do que estava programado; em 29.04.96, «*O Dinheiro Não Dorme*» entrou quinze minutos mais cedo do que o previsto. E isto, em relação aos horários que constam da imprensa escrita - e que, já de si, nada têm que ver com os Boletins de Programação publicados pelo Gabinete de Comunicação da RTP, por sua vez completamente desfasados dos anúncios inseridos no final das emissões, antes do hino e bandeira. E que estará a fazer na RTP 2, entre as 16.00 e as 17.00, todos os dias, uma coisa chamada «*Televentas*»?!

Apesar das positivas transformações operadas, ainda há muito que penar (e perseverar) para que um verdadeiro «serviço público» seja entre nós realidade. Mesmo na RTP 2!



ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Uma Antologia

No Centro Cultural de Belém prossegue até 16 de Junho a apresentação de uma indispensável antologia do catalão Antoni Tàpies, um dos maiores pintores e escultores vivos do país vizinho. Abrangendo quatro décadas de trabalhos, a exposição de 38 obras datadas entre 1959 e 1995 é a mais completa jamais apresentada em Portugal, seguindo-se à retrospectiva de 92 (Serralves e Gulbenkian), e chega até nós vinda do Auditorio da Galiza, de Santiago de Compostela.



Obras de Pavia

Na Casa de Cultura de Mora está patente até 26 de Maio uma exposição com mais de 100 obras de Manuel Ribeiro de Pavia, um dos maiores pintores do período neo-realista português. O conjunto destas obras é constituído por desenhos e gravuras, algumas das quais ficaram históricas designadamente como ilustração de obras literárias de Alves Redol, Fernando Namora, José Régio ou Antunes da Silva. O horário da exposição é o seguinte: dias úteis - 9.00/12.30, 14.30/17.30, 19.00/22.00; aos fins-de-semana - 15.00/22.00.

Regressos

Sob o título em epígrafe, prossegue na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de Portimão, a exposição de Margarida Tengarrinha inaugurada no passado dia 25 de Abril e integrada nas comemorações da Revolução dos Cravos. Nas próprias palavras da pintora, *Regressos* constitui uma homenagem a Manuel Teixeira Gomes, «guia dos meus passeios, quando eu fruí todo o colorido da sua memória saudosa, na inconsciente soberbia da juventude de estar e de viver a plenos olhos».

TEATRO



Mês do teatro em Pombal

Um recital de poesia pela atriz Carmen Dolores marcou o início, terça-feira, do II Festival de Teatro de Pombal, iniciativa da Câmara Municipal local que se prolongará até 1 de Junho.

Para sábado, está agendada a apresentação da peça *Isto é que é a República*, pelo Grupo de Teatro «Intervalo», no Cine-Teatro de Pombal, enquanto no dia 11 caberá ao Teatro Regional da Serra de Montemuro apresentar a encenação *Lobo-Wolf*.

Só Nós Dois é que Sabemos, pelo Trigo Limpo - ACERT, de Tondela, no dia 17, e *A Roda da Noite*, pelo mesmo grupo, no dia 19, serão as duas encenações seguintes deste festival de teatro, cujo programa contempla, para o dia 25 de Maio, a apresentação da peça *RTX*, pelo Teatro Amador de Pombal.

O Núcleo de Teatro do Externato Liceal de Albergaria dos Doze leva à cena *O Cravo Espanhol*, no dia 26, enquanto o encerramento do festival, em 1 de Junho, será marcado pela apresentação da peça *Afonso Henriques*, pelo Grupo de Teatro «O Bando».



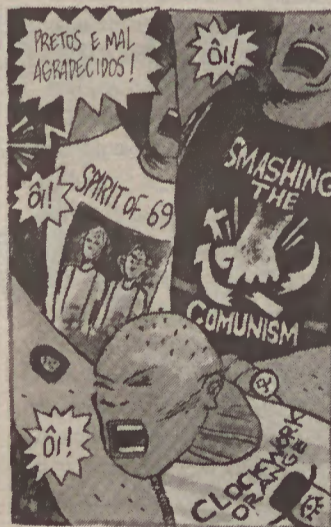
BANDA DESENHADA

BD em Lisboa

A Bedoteca de Lisboa abriu as suas portas a semana passada no Palácio do Contador-Mor, com mais de cinco mil volumes especializados em banda desenhada. O espaço, uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, não se fica pela vocação de biblioteca específica e propõe ainda uma zona de exposições, uma fonoteca e uma videoteca, além de possibilitar à consulta de base de dados de BD e o acesso à Internet ou o visionamento de cinema de animação.

O Palácio do Contador-Mor estará aberto de terça-feira a sábado, e tem neste momento três exposições patentes: *Filosofia de Ponta*, divulgando as pranchas de Nuno Saraiva e Júlio Pinto já editadas em álbum e semanalmente publicadas no *Independente*, *Mariachi Fontexperience*, de Mário Feliciano, um espaço laboratorial de tipografia, onde o texto é tratado como se fosse imagem, e ainda *Pequenas Histórias*, de Fernanda Fragateiro, entre a ilustração e a BD.

O ponto da situação da banda desenhada em Portugal é o tema de uma série de sete colóquios, a começar hoje, sempre às quintas-feiras à noite, que visa todas as áreas, desde a produção até à comercialização e à investigação, passando pelos «fanzines».



Outras fronteiras

«Cumplicidades». Luís Represas com Bernardo Sassetti e David Spillane, entre outros. Edição EMI-Valentim de Carvalho, 1996.

Luís Represas apresenta o seu segundo disco a solo para uma partilha de responsabilidades de arranjos e direcção musical com Bernardo Sassetti e a participação especial em alguns dos dez temas da gravação do próprio Sassetti e ainda de Davy Spillane - o virtuoso e mais popular «tocador» de gaita-de-foles do mundo - e de Joaquim de Almeida, co-autor da canção *Enquanto Vivos*.

Este é um dos aspectos de realce: para além das reconhecidas qualidades como músico e cantor de Represas, este álbum *Cumplicidades* segue o caminho do anterior e mostra que o artista tem ideias bem definidas sobre o universo de pessoas que quer ver, artisticamente, ao seu lado. Depois de Cuba e Milanez no álbum de estreia a solo, o salto para outras fronteiras.

CINEMA



Augusto Cabrita, um fotógrafo do «Cinema Novo» português

Videoteca debate «Cinema Novo»

Jorge Leitão Ramos e José de Matos Cruz são os moderadores de uma série de encontros/debates sobre «Cinema Novo» realizados na Videoteca Municipal de Lisboa, os quais se iniciaram na terça-feira e se estendem até 1 de Junho.

A iniciativa, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, conta ainda com a participação de

realizadores como Alberto Seixas Santos, Alfredo Tropa, José Fonseca e Costa, Gérard Castello Lopes e Artur Ramos, entre outros.

Assinalar os 100 anos do cinema é um dos objectivos da iniciativa, que tem entrada gratuita e no âmbito da qual serão exibidos os filmes *Verdes Anos*, *Pedro Só*, *Belarmino*, *O Cerco*, *O Recado* e *Domingo à Tarde*.



Jutta Wachowiak e Barbara Zinn, em *Die Verlobte*

O cinema antifascista da RDA num ciclo em Coimbra

O primeiro filme produzido na Alemanha após a II Guerra Mundial é exibido amanhã em Coimbra, no âmbito de um ciclo de cinema organizado pelo Goethe-Institut. *Die Morder sind unter uns* (*Os assassinos estão entre nós*), realizado por Wolfgang Staudte em 1946, foi a primeira película a ser rodada na Alemanha do pós-guerra e foi também o primeiro filme produzido nos estúdios da DEFA, a sociedade cinematográfica criada na República Democrática Alemã (RDA) após a vitória dos Aliados sobre a Alemanha nazi.

Para além desta obra, o Goethe-Institut vai apresentar no ciclo «Filmes anti-fascistas da DEFA - 1946-1988», *Der fall Gleiwitz* (*O caso Gleiwitz*), realizado em 1961 por Gerhard Klein, e *Die verlobte* (*A Noiva*), produzido por Günther Rucker e Günther Reisch em 1980, películas a projectar na segunda e terça-feira, respectivamente. Segue-se *Jakob der Lügner* (*Jacob o Mentiroso*), rodado por Frank Beyer em 1974 - e a exibir dia 8 -, a única obra da DEFA a ser nomeada para um Óscar, na categoria de Melhor Filme Estrangeiro.

A 9 de Maio é projectado *Dein unbekannter Bruder* (*O teu Irmão Desconhecido*), datado de 1982 e realizado por Ulrich Weiss. *Die Schauspielerin* (*A Actriz*), exibido a 10 de Maio, foi estreado na RDA em Novembro de 1988 para assinalar a passagem do cinquentenário da «Noite de Cristal».

Os filmes são projectados, a partir das 17.30, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), legendados em inglês.

No dia 13 de Maio, uma mesa-redonda com Jaime Ferreira e Joaquim Feio (docentes da FEUC), Abílio Hernandez Cardoso (pro-reitor) e Karl Heinz Delille (Director do Goethe-Institut de Coimbra) encerra o ciclo, organizado em colaboração com o Núcleo de Cinema da Faculdade de Economia.



20^{os} ENCONTROS GULBENKIAN DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
SERVIÇO DE MÚSICA

8 A 19 MAIO 1996

MÚSICA

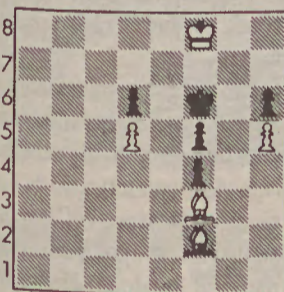
Música Contemporânea

Começaram ontem e prolongam-se até ao próximo dia 19 de Maio os XX Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea que todos os anos são organizados pelo Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian. Este ano os Encontros são dominados pela homenagem à memória do compositor português Jorge Peixinho (1940/1995) e ainda por dois temas destacados: a música finlandesa e a colaboração de compositores portugueses e franceses com o IRCAM. Na sexta-feira, 10, a Orquestra Gulbenkian será dirigida por Álvaro Salazar e as obras que preenchem o programa são: *Berceuse Élégiaque*, de Ferruccio Busoni, *Concerto de Outono para Oboé e Orquestra* e *Concerto para Saxofone e Orquestra*, ambos de Jorge Peixinho, e *Variações Canónicas sobre a série do op. 41 de Schonberg*, de Luigi Nono. Serão solistas: Leon Biriotti (oboé) e Daniel Kientzky (saxofone).

XADREZ

DLVIII - 3 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X019
Por: GERKE L. de BOER
Sissa, 1862

Pr.: [5]: Ps. d6, f4, f5, h6 - Rf6
Br.: [5]: Ps. d5, h5 - Bs. f2, f3 - Rf8



Mate em 6 lances

SOLUÇÕES DO Nº DLVIII

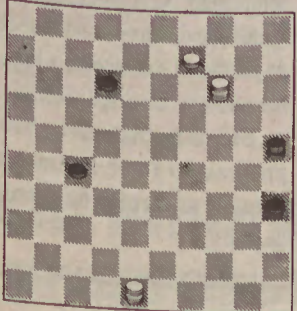
Nº 1996X019 [G.L. de B.]: 1. Bb6!, Ré5; 2. Ba7/Bg1, Rf6; 3. Bf2!!, Ré5; 4. Bb6, Rf6; 5. Ba5, -; 6. Bg3/Bd8 ++ 3. Rg5; 4. Bb1, Rf6; 5. Ba5 ... ++

A. de M. M.

DAMAS

DLVIII - 3 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D019
Por: A. BIZOT - França, 1941

Pr.: [4]: 12-(25)-27-35
Br.: [3]: 9-(14)-(48)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLVIII

Nº 1996D019 [A.B.]: 1. 14-19!!!, (25x3); 2. 48-25!, (27-32); 3. 19x37!!!, (3-8); 4. 37-42!!!, (35-40); 5. 25-34 + 4. (8-3); 5. 42-20 + 3. (3-8); 4. 19-2, (27-32); 5. 25-3, (12-18); 6. 3-12 +

A. de M. M.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Os romeiros de Santa Comba

No passado domingo, o cemitério do Vimieiro, em Santa Comba Dão, foi desassossegado por uma curiosa romagem.

Meia centena de pessoas deslocou-se ao local para homenagear Salazar, que ali está sepultado desde 1970. Mas não foi a morte que levou os peregrinos. Tão sinuosa viagem fez-se em nome do nascimento do ditador, já lá vão 107 anos, e os discursos foram de saudade.

Uma saudade bastante debilitada, diga-se em verdade: dos 15 mil panfletos impressos e distribuídos há uma semana apelando à participação na romagem, resultou uma passeata excursionista de 50 e tal maduros, e nem todos fiáveis em matéria de devoção à causa.

Imagine-se que, da já escassa meia centena de devotos salazaristas, apenas cerca de 30 participaram na missa celebrada no quadro da homenagem.

Fosse o homem vivo e iam ver. Nem um dos desenfados havia de sair dali sem, pelo menos, ficar devidamente fichado e pronto para figurar na Torre do Tombo.

Além disso faltaram incompreensivelmente à chamada - e à promessa de estar presentes - salazaristas tão refinados como os da «Acção Fundamental Nacionalista» (do Porto), da «Federação de Direita Nacionalista» (de Lisboa) e de grupos de «cabeças rapadas».

A não ser que estivessem entre os tais 50 peregrinos e ficassem tão estrangidos pela escassez da quantidade de saudade expressa no terreno, que preferiram manter-se anónimos.

Se assim foi, procederam erradamente.

Ao identificar-se, ao menos mostrariam que à manifesta ausência de quantidade contrapunham o consolo da qualidade. Fascista, obviamente.

Mas pelos vistos nem essa têm.

Quem não a tem, de certeza, é a totalidade do povo português - e quem o demonstrou foi esta patética peregrinação.

É só por isso que vale a pena perdemos tempo com o caso.

Na verdade, este completo fiasco da romagem ao túmulo do ditador é realmente impressionante no que subentende e não no que revela.

O que revela resume-se a 50 zaranzas perdidos no tempo e se calhar dentro de si próprios, vagueando na bruma atrás de um sebastianismo alucinado.

Do ponto de vista sociológico, nem uma raspa de amostragem chegam a ser, pelo que representam nada de coisa nenhuma.

O que daqui se subentende torna-se, assim, colossal.

É que se os salazaristas assumidos são nada de coisa nenhuma 26 anos depois da morte do ditador, isso significa que Salazar já cristalizou, historicamente, no completo desprezo de um povo inteiro.

O que não deixa de ser impressionante. Afinal de contas Salazar dominou completamente este País durante mais de 40 anos e nele deixou as marcas brutalmente profundas de um regime que tutelava tudo e todos. Nele deixou também uma vasta corte de apaniguados, beneficiários e apoiantes.

Por isso impressiona que, mesmo no caldeamento restauracionista que sucessivos governos de direita têm imposto ao País, ninguém se atreva hoje a dar a cara ao elogiado do ditador.

Não que escassêem por aí, nos meios políticos, económicos e empresariais, admiradores convictos e saudades camufladas do regime salazarista, concomitantes com manobras concretas para a sua restauração mais ou menos «modernizada».

O que é certo é que nem mesmo esses se atrevem a expor perante o seu povo essa secreta admiração.

O que deixa Salazar escarolado na dimensão que tem: a de um governante tão miserável e de uma personalidade tão medíocre que, 26 anos depois da sua morte, nem uma missa conseguem encher para lhe homenagear a memória.

A romagem de domingo passado fez disso a mais crua prova.

■ HC

Regionalização

O debate começou no Parlamento

À hora do fecho da nossa edição decorria na Assembleia da República o debate sobre a regionalização com base nos projectos apresentados pelo PCP e pelo PS. Após semanas de especulação sobre a matéria e múltiplas tentativas do PSD e do PP para adiar o assunto, os socialistas acabaram por reconhecer a justeza das posições dos comunistas e dar início ao grande debate que se impõe sobre a criação de regiões administrativas.

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, defendera já na segunda-feira, à saída da audiência com o Primeiro-Ministro, a necessidade de um grande debate sobre a matéria.

“O que dissemos ao Primeiro-Ministro é que a votação na generalidade permitia a abertura de um grande debate sobre a regionalização, que tão necessário é para combater muitas mistificações”, afirmou.

Na ocasião, o secretário-geral do PCP advertira que se o PS cedesse à chantagem do PSD os comunistas apresentariam propostas na Assembleia da República no sentido de se iniciar esse grande debate, ao mesmo tempo que os “eleitos nas assembleias municipais vão também abrir o debate e a consulta às populações”.

“Pensamos que o PSD ao apresentar a ideia de que se não houver referendo não há revisão cons-

titucional está a fazer bluff - já se desdisse duas ou três vezes e vai desdizer-se uma quarta vez”, considerou Carlos Carvalhas.

Para o líder comunista, o que os sociais-democratas não querem “é um referendo sobre Maastricht, porque um referendo exigiria comícios, tempos de antena, cartazes, uma campanha eleitoral, isto é, uma campanha para o referendo sobre as regiões e outra para o referendo sobre Maastricht.

Carlos Carvalhas recordou que “os três grandes partidos são a favor da regionalização, a Associação Nacional de Municípios também e a regionalização está na Constituição, já foi votada e defendida em vários sufrágios”.

“Nós queremos avançar com a regionalização de baixo para cima, de forma ponderada, procurando, naturalmente, o maior consenso possível, mas sem ceder às chantagens nem aos bluffs”, afirmou também o líder comunista, que sublinhou ainda ser contrário a qualquer referendo sobre matéria constitucional, tendo dado como exemplo o facto de um ou dois crimes graves poderem levar um populista a propor por via do referendo a pena de morte, ou de uma greve de transportes (sempre com incómodos para os utentes) dar pretexto a, por via do referendo, se tentar limitar ou liquidar o direito à greve.

Pacote para socorrer empresas não rompe marasmo da economia

A aprovação pelo Conselho de Ministros, na passada terça-feira, de um Pacote de medidas legislativas e financeiras para socorrer 2500 empresas em dificuldades não irá inverter o crescimento do desemprego nem romper o marasmo da economia nacional. Esta é a conclusão da Comissão Política do PCP que divulgou na passada terça-feira o balanço que fez dos seis meses de governação do PS.

Em conferência de imprensa, Agostinho Lopes considerou com base nas «medidas que entretanto foram sendo divulgadas, tudo indica tratar-se apenas de mais um conjunto de operações de cirurgia económica e medicação financeira e fiscal (e, nalguns casos, de obrigatória «eutanásia»)). Não respondendo, pela assumida inflexibilidade das políticas macroeconómicas decorrentes de Maastricht, às causas fundamentais dos problemas e dificuldades das empresas, nem fazendo a discriminação e a tipificação das situações existentes, é uma evidência que a possível salvação de 200 ou 300 empresas (o que é importante) não vai travar o crescimento global do desemprego (pelo contrário, algumas das medidas vão intensificar o seu ritmo), nem romper com o marasmo da economia nacional.

«Sem pretendermos, como outros, que os problemas da economia se devam, fundamentalmente, a desonestidades e ilegalidades dos empresários, não podemos deixar de referir que tudo aponta para que o Governo não responda

sequer com as medidas e o reforço de meios que uma crescente criminalidade económica exige para pôr fim à descapitalização de empresas, a actos ilícitos no incumprimento de obrigações fiscais e parafiscais, de ofensa aos inte-

resses e violação dos direitos dos trabalhadores e credores das empresas, e às falências fraudulentas, de que a Abel Alves de Figueiredo é um caso exemplar, infelizmente muito longe de ser o único» (ver declaração na página 11).

Contra os abusos patronais

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei destinado a garantir o direito à organização do trabalho em condições dignificantes que impeçam abusos sobre os trabalhadores. Na base desta iniciativa legislativa, segundo Odete Santos, que a divulgou em encontro com os jornalistas no início da semana, está a crescente degradação das condições de trabalho em muitas empresas, onde se assistem a práticas repressivas e de usurpação da força de trabalho, em total desrespeito pelos direitos dos trabalhadores.

Testemunho do estado a que as coisas chegaram, designadamente do uso e abuso pelas

entidades patronais do tempo dos trabalhadores ao seu serviço, é a criação em empresas de cartões magnéticos visando controlar a utilização das instalações sanitárias, isto é, contabilizar o tempo nelas gasto pelos trabalhadores. Chega-se mesmo ao ponto, como referiu a deputada do PCP, de determinar o tempo máximo de interrupção do trabalho com aquela finalidade, sob pena de desconto no vencimento ou de perda de prémios de produtividade.

Para a formação comunista, trata-se, por conseguinte, de incrementar medidas que assegurem o “direito a interrup-

ções de trabalho destinadas a garantir um mínimo de condições exigidas pela Saúde e Higiene do Trabalhador”, clarificando simultaneamente aspectos da legislação actual no que se refere a prémios de produtividade e de assiduidade.

Ao conferir ao trabalhador o direito às referidas interrupções da prestação de trabalho com vista à preservação da sua saúde, o diploma do PCP veda, ao mesmo tempo, à entidade patronal, qualquer controlo, por qualquer meio, magnético ou outro, dos períodos de tempo gastos para esse efeito.

Congresso do MDM

Assegurar a igualdade no respeito da diferença é o lema do V Congresso do MDM, que irá decorrer a 11 e 12 de Maio na Aula Magna do ISCTE, em Lisboa.

O Congresso ocorre “numa altura de grandes desafios, para as mulheres e os movimentos femininos, numa sociedade em que se regista um evolução económica e política não isenta de perturbações e conflitos, mas que permite uma maior participação das mulheres” - como é sublinhado em publicação do Movimento Democrático de Mulheres.

Um novo contexto em que os movimentos femininos terão um papel determinante a desempenhar. Na reivindicação da igualdade de direitos no mundo da produção e no acesso a lugares públicos de responsabilidade, e ainda no contestar da marginalização a que continuam votadas as tarefas de reprodução.

Toxicoddependência em debate

Promovido pelo Grupo de Trabalho do PCP para as questões da toxicoddependência e narcotráfico, realiza-se no próximo sábado, dia 4 de Maio, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, um debate subordinado ao tema «Toxicoddependência e sociedade, políticas e mobilização antidroga».

No debate, que encerrará às 18 horas com uma intervenção

do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participarão deputados, autarcas e especialistas, instituições e cidadãos ligados a esta problemática.

Este debate do PCP, no quadro das suas responsabilidades institucionais e políticas, visará, para além do estudo dos problemas, discutir as políticas e acções necessárias à alteração positiva da situação.

